

ALEXANDRE ELIAS DA SILVA

**Política e Populismo:
Rio de Janeiro, 1931-1936.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador

Prof. Dr. Fernando Antonio Faria

Niterói

2006

ALEXANDRE ELIAS DA SILVA

**Política e Populismo:
Rio de Janeiro, 1931-1936.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Antonio Faria
Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Emília Prado

Prof. Dr. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

S586 Silva, Alexandre Elias da.
Política e populismo: Rio de Janeiro, 1931-1936 / Alexandre
Elias da Silva. – 2006.
128 f.; il.
Orientador: Fernando Antonio Faria.
Dissertação (Mestrado) –
Universidade Federal Fluminense,
Departamento de História, 2006.
Bibliografia: f. 154-161.
1. Rio de Janeiro (Cidade) – História – 1931-1936. 2. Rio de
Janeiro (Cidade) – Política e governo – 1931-1936. 3. Populismo.
I. Faria, Fernando Antonio. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.
CDD

Este trabalho é dedicado à minha
mãe e à memória de meu pai.

“É indiscutível, (...) o alargamento das funções do governo, no momento presente. É indiscutível que o mesmo não se pode, hoje, restringir a sua primeira função de mantenedor da ordem. É indiscutível que deve ir mais longe. Deve manter a ordem, mas, sobretudo melhorá-la é hoje, o único meio de mantê-la. E como querem que façamos isto? Conservando os mesmos órgãos e as mesmas atividades e as mesmas funções anteriores? Ou, pelo contrário, abrindo ao governo novas possibilidades de contato com o povo, com a maioria do povo, cujos interesses, acima de tudo deve defender, sentindo-lhe as necessidades e as aspirações para que as mesmas possam influir e atuar sobre os rumos e as diretrizes que ao governo compete seguir, em face de suas novas responsabilidades e novos deveres?”

Pedro Ernesto. Discurso pronunciado na inauguração da União Trabalhista do Distrito Federal. 13/05/1935.

RESUMO

Esta dissertação analisa a política carioca durante a primeira metade da década de 1930, privilegiando o governo Pedro Ernesto (1931-1936) e suas reformas na saúde e na educação. Assim, o objetivo principal foi avaliar o seu período como decorrência de uma gama de questões surgidas e articuladas por grupos sociais ainda pouco considerados no cenário político nacional e local. Sua administração tenta buscar respostas, de certa maneira inovadoras, para algumas das reivindicações formuladas durante Primeira República, bem como articular o governo como intermediador destas demandas. Ao considerar a população trabalhadora como um interlocutor legítimo do governo, elaborando um programa de intervenção estatal amplo e fornecendo serviços que antes boa parte da população não tinha acesso, sua gestão traz para a cena política um setor marginalizado. Embora tenha criado medidas de inegável valor social, buscou também conformar, utilizando-se pioneiramente de medidas populistas, procurando amenizar os possíveis conflitos entre a classe trabalhadora e a elite dominante.

ABSTRACT

This dissertation analyses the politics of Rio de Janeiro during the first half of the 1930's, privileging Pedro Ernesto's administration (1931 – 1936) and your reforms in health and education. And so, the main objective was to evaluate this tenure off like a consequence of gamma of questions raised and articulated by social groups still shattered in the nacional and local political scene. His administration seeks to find answers, in a way innovating, to some demands which took place during the First Republic, as well as to position the government as the mediator of these demands. Considering the working population as the government's legit speaker, elaborating an immense state intervention program and providing services which great part of the population had no access to - his belief brings to the political scene a marginalized sector. Even having taken measures of undeniable social values, he also seeked to comfort, pioneering the use of popular measures searching to smoothen any possible conflicts between working and elite classes.

RESÚMEN

Esta disertación analiza la política de la ciudad de Río de Janeiro durante la primera mitad de la década de 1930, privilegiando el gobierno Pedro Ernesto (1931-1936) y sus reformas en la salud y en la educación. Así, el objetivo principal fue evaluar su período como consecuencia de una gama de cuestiones surgidas y articuladas por grupos sociales aún poco considerados en el escenario político nacional y local. Su administración intenta buscar respuestas, de algún modo innovadoras, para algunas de las reivindicaciones formuladas durante la Primera República, bien como articular el gobierno como mediador de estas demandas. Al ver a los trabajadores como interlocutores legítimos del gobierno, elaborando un programa de intervención estatal amplio y suministrando servicios a los que antes la mayoría de la población no tenía acceso, su gestión trae a la escena política un sector marginado. Aunque haya creado medidas de incontestable valor social, buscó también conformar, utilizándose por primera vez de medidas populistas, tratando de amenizar los posibles conflictos entre la clase trabajadora y la elite dominante.

RÉSUMÉ

Cette dissertation analyse la politique du carioca pendant la première moitié de la décennie de 1930, le privilégier / il gouvernement Pedro Ernest (1931-1936) et leurs réformes dans le santé et dans l'éducation. Comme ceci, le sujet central était évaluer sa période comme conséquence d'une gamme de sujets parus et articule pour les groupes sociaux encore peu a considéré dans le décor politique national et place. Son administration essaie de rechercher des réponses, de certain chemin innovateur, pour quelques-uns du les demandes ont formulé pendant première République, aussi bien qu'articuler le gouvernement comme intermediador de ceux-ci demandes. Quand étant donné la population travailleuse comme un orateur légitime du gouvernement, en élaborer un programme large d'intervention de l'état et fournir services qui avant bonne partie de la population n'avaient pas J'accède, son administration derrière pour la scène politique une section marginalisé. Bien qu'il ait accompli des mesures de valeur sociale indéniable, aussi a cherché pour se conformer, être utilisé pioneiramente de mesures du populiste, essayer d'adoucir les conflits possibles parmi la classe ouvrière et l'élite dominante.

AGRADECIMENTOS

Elaborar agradecimentos de um trabalho acadêmico é sempre um risco. O período de maturação de uma dissertação engloba um tempo relativamente curto, porém sua intensidade só pode ser medida por aqueles que passaram por tal experiência. O que há de consenso é que é impossível finalizar o trabalho solitariamente, assim como contemplar todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, estiveram presentes no texto ou em nossa vida.

Essa dissertação não seria concluída sem a inestimável ajuda do meu orientador, o professor doutor Fernando Faria, que com sua paciência, perseverança e conselhos fez com que um trabalho inconcluso chegasse a tomar o corpo de uma dissertação. Ele soube “aos 40 do segundo tempo”, como um dos melhores “técnicos” que já vi, virar a partida e levar o time até a vitória.

À Comissão de Planejamento que me concedeu o importante adiamento, sem o qual não seria possível concluir o trabalho.

Sou grato à prof^a. dr^a. Sonia Mendonça, que me proporcionou rico convívio intelectual desde o trabalho final do *lato sensu*, passando pela orientação ainda no início do curso em 2004, até dezembro de 2005.

Inicialmente, cabe um agradecimento especial à minha família que, com mais ou menos compreensão, conseguiu dar força nos momentos mais difíceis do trabalho. À minha mãe que, mesmo sem nunca ter entrado em uma escola e muito menos imaginar o que é uma dissertação, sabe muito mais da vida do que qualquer banco escolar poderia ter lhe ensinado. Ao meu pai, um sapateiro revolucionário sem teoria, mas que possuía aquilo que de mais precioso pôde ensinar, a indignação perante a desigualdade e a opressão.

Aos amigos que carregou e me aturaram nesses anos intensos. Cabe um agradecimento especial aos que me ajudaram na pesquisa: Andrezinho, Abner, Maycon, Alinne, Carusão e Alexandre Oliveira.

Mais do que intelectualmente, sou intensamente devedor à Flávia Miguel, que dispensou muitas horas de sua vida nas ricas discussões que tivemos.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO I:	
A Cidade do Rio de Janeiro e as transformações na virada do século XX.....	20
A Reforma de Pereira Passos, o projeto higienizador e a questão social.....	24
Os anos vinte e as rupturas sociais.....	43
CAPÍTULO II	
Construindo a autonomia da cidade: Pedro Ernesto e expansão dos serviços públicos estatais.....	54
De médico a tenente.....	61
Da oposição ao governo.....	65
Um governo de reformas.....	71
CAPÍTULO III	
Pedro Ernesto: política e populismo.....	93
A trajetória do conceito.....	96
Pedro Ernesto e suas práticas políticas.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
FONTES E BIBLIOGRAFIA	132
ANEXO: CADERNO DE IMAGENS	140

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nosso interesse pelo governo Pedro Ernesto (1931-1936), tema dessa dissertação, não é recente, na verdade ele remonta a meados de 1995. Nessa época, como bolsista de iniciação científica da Fundação Oswaldo Cruz, participava do projeto sobre a *História das Profissões em Saúde no Brasil*, sob a orientação do professor doutor André de Faria Pereira Neto. Não há dúvida de que este é um tema extremamente amplo e, naquele momento, a pesquisa se voltava para os anos 20 do século passado, mais especificamente sobre as reformas de Luis Barbosa¹ no campo da assistência médica.

Ao avançarmos para a década de 1930, encontramos uma verdadeira estruturação dos serviços de saúde no âmbito municipal no Rio de Janeiro. Como medida de comparação, observamos que o modelo implementado por Pedro Ernesto teve clara inspiração nas ações iniciadas por Barbosa, como por exemplo, a segmentação dos atendimentos médicos, com a criação de prontos-socorros para atendimentos de emergência, delimitando, assim, as áreas de atuação das unidades de saúde.

Embora esse não fosse o tema específico do projeto em questão, chamou-nos a atenção o impacto e o alcance das reformas promovidas pelo governo de Pedro Ernesto. Para além disso, surpreendeu-nos a insuficiência de trabalhos sobre o tema, se considerarmos sua importância na história política não só carioca, mas também brasileira. Certamente, este não é um período ignorado pela historiografia e podemos citar várias pesquisas que mencionam a gestão Pedro Ernesto ainda que este não seja seu objeto principal. Isso acontece devido ao reconhecimento da importância das medidas levadas a cabo em seu governo, de tal forma que, ainda hoje, estudar os aspectos referentes à saúde e à educação no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, é remeter-se, necessariamente, às mudanças empreendidas em seu governo.

¹ O médico e professor Luis Barbosa, antigo colaborador de Oswaldo Cruz no plano de higienização da Capital Federal na primeira década do século XX, foi responsável pela reforma que leva seu nome enquanto era diretor-geral da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. Ressaltamos como aspectos importantes de sua reforma a expansão do atendimento médico com o aumento e a segmentação das unidades de saúde. O resultado da reforma, no entanto, não alcançou seus objetivos, tendo ficado do plano original apenas a ampliação do posto central e o dispensário do Méier, além do posto de afogados de Copacabana.

Ressaltavam dos trabalhos consultados a preocupação em relatar uma imagem de “médico bondoso e prefeito realizador”, dando pouca ênfase aos aspectos contraditórios de sua biografia de interventor e prefeito. Se por um lado, suas medidas efetivamente ampliavam serviços estatais voltados para a população pobre, por outro também atendiam interesses das elites cariocas. As manifestações populares ocorridas durante as duas primeiras décadas do século XX constituíam um obstáculo ao pleno desenvolvimento político e econômico da cidade, à medida que impõe um estado de sítio quase permanente, provocando uma instabilidade do poder central. A característica de governo “realizador” é salientada sem a devida problematização e o levantamento do caráter dialético de sua gestão.

Dividimos nosso trabalho em três capítulos, abordando respectivamente: a conjuntura dos primeiros anos da República, a trajetória de Pedro Ernesto frente à administração pública do Distrito Federal e a análise de suas práticas políticas. Acrescentamos ainda, em anexo, um caderno de imagens com o propósito de ajudar a compreensão de aspectos referentes à gestão de Pedro Ernesto, a política carioca e a conjuntura das décadas de 1920 e 1930.

No primeiro capítulo nos detivemos acerca das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro a partir da implantação do sistema republicano e das mudanças, não só físicas, mas especialmente sociais, advindas das alterações estruturais que ora se processavam.

O panorama da cidade após cerca de vinte anos de regime republicano não podia – e nem devia, segundo os governantes da época – ser comparado com a cidade de ruas estreitas e feições coloniais herdadas de um passado que deveria ser superado. Na nova organização da cidade não estavam contemplados boa parte de seus habitantes, mais claramente, os trabalhadores, que foram removidos compulsoriamente do centro, até então o local de maior concentração da classe trabalhadora. Sua opção restringiu-se na ocupação da periferia e dos subúrbios, para que a crescente burguesia citadina pudesse usufruir das avenidas e diversões que começavam a se instalar.

A década de 1920 foi um marco para o crescimento das tensões sociais e a partir daí alguns projetos começaram a tomar corpo e ganhar simpatia de

setores da sociedade. A concepção de Estado sustentada pela oligarquia e pela burguesia tornou-se cambaleante diante de tantos ataques. Como alternativa, destaca-se nesse período, o tenentismo e o movimento operário, com o crescimento das greves e do Partido Comunista do Brasil.

Porém, foi na década de 1930, a partir do período varguista, que as funções estatais assumiram uma nova face. As mudanças foram tão marcantes quanto diversas e abrangentes. Basta citar o primeiro governo de Getúlio Vargas, com suas alterações econômicas, políticas e sociais como a criação de novos ministérios e promulgação de leis sociais para se ter uma pequena idéia do que estamos dizendo.

As alterações e reformas que ocorreram na década de 1930 guardam profundas raízes com as reivindicações dos movimentos que se processam anos antes. Como exemplo, ressalta o movimento tenentista – lembrando ainda que Pedro Ernesto foi um dos seus principais líderes civis – ocorrido durante a década de 1920, que perpassa o texto do primeiro e do segundo capítulos, demonstrando o vínculo deste movimento com tais transformações.

No segundo capítulo, investigamos a trajetória pessoal de Pedro Ernesto localizando sua ascensão política, bem como sua gestão, como fruto da conjuntura dos anos 1920. Assim, entendemos este governo como decorrência de uma gama de demandas surgidas e articuladas por grupos sociais até então secundarizados no cenário político nacional e local, tais como as camadas médias urbanas e a classe trabalhadora. A nosso ver, sua administração tentou buscar respostas para algumas das propostas formuladas por estes grupos, até então marginalizados na Primeira República.

A oposição à Primeira República e às oligarquias era tema freqüente para aqueles que questionavam o arranjo de poder vigente. A mobilização e a participação populares foi um dos caminhos escolhidos para promover uma mudança política. Pedro Ernesto escolheu o lado da oposição, certo de que aquilo que ele via ao seu tempo não lhe agradava como futuro para a sociedade.

Compartilhando com um pensamento comum aos tenentes, onde a mudança deveria se dar pela via armada, o futuro interventor soube aproveitar

as chances que lhe foram oferecidas após a Revolução de 1930, que propiciou rápidas transformações no cenário brasileiro. Pedro Ernesto teve em sua formação intelectual uma forte influência dos ideais de mudança presente nas primeiras décadas do século XX. Essa matriz ideológica pode ser observada, especialmente se analisarmos as medidas que este político tantas vezes defendeu em seus discursos que utilizamos ao longo do texto tais como: o aumento participação popular na política, a expansão dos serviços públicos fornecidos pelo Estado e leis de amparo social para o servidor municipal.

Sua aproximação com os líderes das articulações tenentistas facilitou seu caminho no cenário público. Um dos seus principais amigos foi o “tenente” Augusto do Amaral Peixoto Júnior, com quem ele travou forte amizade a partir de sua experiência profissional, trabalhando em uma farmácia do pai de Augusto Júnior, o médico Augusto Amaral Peixoto, no bairro do Riachuelo.

Pedro Ernesto foi figura de relativa importância nas tentativas, articulações e elaborações dos tenentes. Sua experiência médica e cirúrgica foi utilizada para a tentativa de golpe ocorrida em 1924, no caso do encouraçado São Paulo, onde jovens oficiais da Marinha, liderados por Amaral Peixoto Júnior, tomaram de assalto o navio fundeado na Baía de Guanabara, ação pela qual Pedro Ernesto foi o responsável pelos sedativos fornecidos para a missão.

Durante a década de 1920, Pedro Ernesto foi consolidando sua carreira de cirurgião de renome e granjeando grande fama na cidade. Em 1923, abre as portas de Casa de Saúde Pedro Ernesto, no bairro da Saúde, próximo ao centro da cidade. Tal casa, especializada em cirurgia, ginecologia e obstetrícia, ramos em que era perito, se tornou rapidamente um centro de referência médico e hospitalar em todo o estado, tendo atendido em 1928 em suas dependências o presidente Washington Luis, o que lhe valeu inclusive uma contenda com o poder central por ter cobrado pelos serviços médicos prestados.

De médico reconhecido e membro da oposição à componente do Governo Provisório, pouco tempo passou até sua primeira nomeação, em novembro de 1930, para um cargo público. Como parte do reconhecimento de sua carreira pela junta provisória, Pedro Ernesto foi alçado a diretor da

Assistência Hospitalar do Brasil, órgão do Departamento Nacional de Assistência Pública, que apesar do nome sugerir uma abrangência nacional, sua gerência não ia muito além dos limites do Distrito Federal.

Sua crescente reputação aliada à crise da gestão do interventor Adolfo Bergamini à frente do governo da Capital Federal foi fundamental para a aprovação de sua nomeação mais tarde, em setembro de 1931, para a interventoria do Distrito Federal.

Sua administração à frente do executivo municipal pode ser caracterizada como modernizadora, pois organiza serviços municipais antes dispersos e insuficientes. Para sua afirmação e popularidade, o governo de Pedro Ernesto utilizou-se de expedientes muitas vezes de maneira pioneira. Fundou uma rádio que divulgava as obras da prefeitura; aproximou-se de setores organizados com a fundação da União Trabalhista do Distrito Federal, associação que reunia em seus quadros alguns sindicatos cariocas; foi o primeiro governo a patrocinar oficialmente o carnaval; fundou um partido político, o *Partido Autonomista do Distrito Federal*, o mais votado no pleito de 1934 (que pela lei vigente dava direito à indicação do prefeito, Pedro Ernesto – como vereador mais votado – foi aclamado prefeito, dando continuidade à sua gestão como interventor); o partido elegeu também o senador Jones Rocha, um dos seus mais antigos colaboradores políticos; realizou ainda obras de grande impacto como a fundação de escolas, hospitais e da Universidade do Distrito Federal, feitos pelos quais seu mandato ainda é lembrado.

Seu governo fez uma tentativa de aproximação junto a setores pouco considerados pelas administrações anteriores, com medidas de caráter popular. Tal aproximação objetivava solidificar sua base política e consolidar sua imagem nacionalmente.

No entanto, o crescimento de sua reputação de “bom administrador”, ao passo que lhe rendeu um enorme apoio da população, também lhe trouxe embates políticos com aqueles que antes o apoiavam, nomeadamente, o governo Vargas. Em 1935, o Tribunal de Segurança Nacional acusa Pedro Ernesto como um dos participantes da Intentona Comunista, em especial na sua suposta participação nas conspirações levadas a cabo por setores da

Aliança Nacional Libertadora (ANL), com destaque para o Partido Comunista do Brasil, (PCB), e que levaram à deflagração dos levantes armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Embora tenha, de fato, sido convidado por Luís Carlos Prestes, principal líder do movimento, para participar do levante, seu papel naqueles acontecimentos jamais ficou completamente esclarecido.

O embate com o Estado Vargas teve como consequência um paulatino “apagamento” das realizações do governo Pedro Ernesto. Essa drástica mudança no apoio ao governo municipal pode ser entendida como uma estratégia por parte do governo federal para eliminar uma força política que surgia, e cada vez mais se projetava no cenário nacional. Vale observar que no decorrer do ano de 1935 a polarização política observada no âmbito nacional também se fez presente no Distrito Federal.

Por um lado, crescia o descontentamento com os rumos do governo central e surgiam alternativas de oposição organizadas principalmente na ANL, por outro, os setores mais conservadores aderiam à Ação Integralista Brasileira. Com o intuito de conter o crescimento dos setores identificados com a ideologia da esquerda, no início do ano de 1935, o governo federal enviou para a apreciação do Congresso Nacional o projeto para a Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril do mesmo ano, e que definia crimes contra a ordem política e social.

Isabel Lustosa tece a seguinte análise sobre as circunstâncias que levaram à prisão de Pedro Ernesto:

“A Intentona Comunista foi o pretexto que Vargas precisava para se livrar de Pedro Ernesto. Caíram juntos, todos os suspeitos de comunismo ou, por um motivo ou outro, desafetos das forças mais conservadoras que pareciam agora empolgar o poder.”²

A perseguição empreendida pelo governo Vargas fez com que suas ações administrativas ficassem sepultadas sob um mar de acusações e uma

² LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte. (Pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto, à luz das experiências de Maquiavel e Tocqueville)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. Pág. 27.

“desonrosa” saída do poder. Assim, o estudo de suas medidas políticas tornou-se objeto somente da historiografia mais recente. A análise do alcance de tais ações é o tema central do terceiro capítulo deste trabalho, travando ainda um diálogo com as análises anteriores, sobretudo, as que recuperam a imagem de “prefeito realizador”.

A análise que se segue ressalta as características ambíguas de uma administração que ainda hoje é lembrada e reivindicada por setores da política local. Suas medidas efetivas trouxeram melhorias para uma ampla camada da população carioca, no entanto lembramos que seu governo foi permeado por ações de caráter normatizador e regulatório. Como um governo com práticas populistas pioneiras, ao passo em que se efetiva a criação da Guarda Municipal do Distrito Federal, em 1934, órgão que assume responsabilidades de vigilância na Capital, também há uma preocupação em promover e institucionalizar o carnaval carioca, bem como dar publicidade aos feitos da administração com a utilização de uma rádio educacional, a PRD-5, que divulgava os serviços e realizações da Prefeitura.

Outro aspecto importante a ser ressaltado foi a tentativa de consolidar e dar publicidade às suas propostas através da criação de um partido que, como atesta o resultado eleitoral, teve grande aceitação por parte dos cariocas, dada a votação massiva neste partido, que conseguiu a maioria das vagas em duas eleições consecutivas.

Ao mostrarmos o caráter contraditório dessa gestão, trazemos uma abordagem acerca de um período de fundamental importância na história republicana, tentando ajudar na compreensão de uma administração que tem sido alvo uma recente e saudável reflexão.

CAPÍTULO I

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E AS TRANSFORMAÇÕES NA VIRADA DO SÉCULO XX

Ao estudarmos o período compreendido entre 1931 e 1936 e as transformações operadas na cidade do Rio de Janeiro, percebemos que a compreensão do momento vivido por esta metrópole necessita que voltemos nosso olhar a um passado próximo buscando o entendimento de tão radicais alterações. As mudanças ao longo da década de 1930 têm vínculo estreito com aquelas efetuadas no final do século XIX e, especialmente, durante os primeiros anos do século XX.

As transformações pelas quais o Brasil passou nas últimas décadas do século XIX atingiam várias esferas da sociedade. As alterações no regime político, com a Proclamação da República trouxeram consigo a necessidade de mostrar, tanto para a população brasileira, quanto para o resto do mundo, que o país estava entrando em uma nova fase de sua história. A alteração das relações de cunho senhorial-escravista para relações sociais de tipo burguês-capitalista marcou os movimentos operados pelos atores da época.

A crise da economia cafeeira fluminense em fins do século XIX foi evidenciada com a decadência das áreas agrícolas ligadas ao produto. O capital, antes investido na mão de obra escrava, foi realocado para outras áreas, fundamentalmente para o mercado interno³. Intermediadora dos recursos da economia cafeeira e importante praça comercial, a cidade do Rio de Janeiro era a principal dinamizadora da acumulação do capital oriundo do comércio, das finanças e das primeiras aplicações industriais. A decadência da economia cafeeira e o envio da produção paulista para o porto de Santos foram compensados pelo significativo aumento das importações e do comércio de cabotagem. Exemplo do que estamos afirmando pode ser verificado com o aumento do volume comercial do porto carioca, que despontava como o 15º do mundo em volume de comércio.

Os investimentos entraram com vigor na cidade, núcleo da maior rede ferroviária do país, com uma estrutura de transportes em franco crescimento⁴,

³ CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1866-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

⁴ ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores do país e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras.

A cidade do Rio de Janeiro sentiu, de maneira mais intensa, todas as modificações pelas quais passou o Brasil. A cidade, que desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, tornou-se o centro político, econômico e social do país, foi a vitrine das mudanças operadas não só durante o período imperial, que se seguiu ao retorno das cortes portuguesas às suas terras de origem, mas também durante boa parte da República. Nem mesmo a transferência da Capital Federal para Brasília nos anos 60 do século XX fez com que o Rio de Janeiro perdesse seu caráter vanguardista. A mudança da capital fez com que a cidade perdesse sua preponderância política, mas não cultural. O Rio continuava a ser, desde tempos longevos, o pólo de efervescência e a vitrine nacional, onde se ditava a moda e onde as novas tendências entravam no Brasil.

A importância da cidade cresceu junto com sua população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Rio de Janeiro estava estimada em 274.972 mil habitantes em 1872, passando para 522.651 mil habitantes em 1890, e 811.443 mil habitantes em 1900⁵. O ritmo se tornou ainda mais intenso nas duas primeiras décadas do século XX, com a população da capital atingindo 1.157.873 habitantes em 1920. A região metropolitana era a mais populosa do país, só perdendo sua posição, na década de 1950, para São Paulo.

Com o processo de urbanização, ocorrido em fins do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o aumento populacional exigiu da cidade e de seus governos um planejamento do ordenamento espacial. O crescimento da área de povoamento inicial, o centro da cidade, chamou a atenção das autoridades competentes para uma necessária e inadiável reforma.

O aspecto apresentado pela zona central não era nada animador para uma cidade que queria se ver livre dos estigmas do passado. A profusão de pequenas casas comerciais, o tratamento sanitário insuficiente, o grande número de ambulantes, os prostíbulos e os mafuás faziam parte da paisagem

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1997 e Censo Demográfico 2000.

carioca. A maior parte da população pobre morava nos famosos cortiços do centro. As condições dessas moradias eram as piores possíveis com famílias amontoadas e proliferação de doenças, campo fértil para as ações dos governos apoiados nos discursos *higienistas* tão em voga naquele momento. O agravamento das condições sanitárias ficou latente nas muitas epidemias que acometeram a capital: febre amarela, varíola, malária e tuberculose podem ser citadas como doenças de alta mortalidade. Esta mortalidade, no entanto, atingia mais a região de alta concentração demográfica, ou seja, a de maior concentração de cortiços. O aumento dessas moléstias pavimentou o caminho necessário para a intervenção do Estado na ordenação do espaço urbano carioca.

É preciso atentar que as reformas conduzidas pela política republicana visaram não só redimensionar o estatuto de Estado Nacional Brasileiro, mas também regular a nova ordem social. Para além das grandes demolições do bota-abixo do chamado “Hausmann tropical”⁶ que imprimiram uma característica moderna à cidade, é imperioso o controle social das “classes perigosas”. O discurso médico higienista, velho conhecido do Estado Imperial ganha força nessa conjuntura na qual Micael Herschmann afirma que:

“Ao se articular à medicina, no último quartel do século XIX. O Estado republicano decretou o fim da autonomia da família e um incremento no controle social. Cada vez mais, a medicina torna-se responsável pela orientação da vida privada dos indivíduos. O modelo almejado era o modelo burguês de família. O corpo e o sexo, a própria vida íntima do casal, assim como a saúde e a higiene dos indivíduos, passam a ser temas de artigos e teses (...).”⁷

⁶ Para maiores detalhes ver BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

⁷ HERSCHMANN, Micael M. “A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo 1900-1937” In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto M. *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20- 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 48.

Na medida em que se consolida a República, recrudescem as táticas de controle social e a necessidade de inserir a jovem nação brasileira no cenário mundial. Não mais como um apêndice cultural e econômico português, mas como uma sociedade livre, em sintonia com as tendências européias. O século XX inicia-se no Brasil com a derrubada das habitações populares cariocas, a presença do Estado na sala de estar através do discurso e da prática médico higienista, o movimento dos tenentes, o modernismo, a revolta da vacina, os movimentos operários e os novos partidos políticos.

Logo, as práticas políticas do governo Pedro Ernesto, objeto de nosso estudo, só podem ser compreendidas se formos buscar nestas transformações os elementos que a compõem.

A Reforma de Pereira Passos, O Projeto Higienizador e a Questão Social.

A despeito da cidade baiana de Salvador ter sido inicialmente a primeira capital do Brasil foi, sem dúvida, o Rio de Janeiro a cidade que mais rápido incorporou o estatuto de capital. Primeiro vinculada diretamente às cortes portuguesas, elevada em 1815, como sede do Reino Unido de Portugal e Algarve. Anos depois, ainda no século XIX, como capital do Império do Brasil e, finalmente, no último quartel deste mesmo século como centro administrativo e Distrito Federal da jovem República.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, consagrou definitivamente a vocação do Rio de Janeiro como centro de efervescência do país. Entretanto, a mudança de regime não implicou em um rompimento com as antigas estruturas imperiais no que diz respeito à participação popular na esfera política. Ao contrário, o período da primeira república, frustrando as expectativas, traz poucas modificações neste sentido. Como aponta José Murilo de Carvalho “Embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo

regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação.”⁸

Não foi o que se viu. A participação política popular só passou a ser considerada com mais cuidado nos anos 1920. Contudo, embora as reformas das estruturas político-sociais ainda estivessem por vir, o mesmo não se pode dizer com relação a uma preocupação estética com relação ao novo regime. A reforma urbana da capital da República faz-se imperiosa aos interesses do Estado. Herdando do império a concepção de civilização importada da França, o Rio de Janeiro vive a primeira década do século XX sob os auspícios das plantas urbanísticas e dos esquadros.

A preocupação estético-urbanística do principal cartão de visitas brasileiro na República levou ao governo federal a instituir a formação da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro em 1898 pelo então presidente Campos Salles. No esteio das mudanças propostas, seu sucessor, Rodrigues Alves procurou agregar nomes possíveis para a continuidade e efetiva mudança urbanística da capital. O modelo inspirador será o da França de Napoleão III e das transformações efetuadas no governo do Barão de Haussmann na cidade de Paris. O nome do engenheiro Francisco Pereira Passos que, por ocasião da reforma de Haussmann completava seu aperfeiçoamento como engenheiro na *École des Ponts et Chaussées*, na França, surgiu como o mais apto ao cargo.

A gestão de Pereira Passos começa sob o signo da transformação e da expectativa. A remodelação da cidade é a prioridade número um do novo prefeito, administrador da principal metrópole do país. A notícia de três de janeiro de 1903, trazida pelo *Jornal do Brasil*, atesta que:

“Com a posse do prefeito Pereira Passos, ficou claro que o Rio de Janeiro deixará de ser uma cidade fétida e assolada pelas doenças. No lugar de cemitério de europeus, apelido nada lisonjeiro que a capital da República ganhou, a cidade renascerá como o mais grandioso exemplo da *belle époque* tropical. Em vez das imundas vielas coloniais e dos cortiços, onde se

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 12.

acumulam doenças, a prefeitura planeja ruas e avenidas largas, onde serão construídas edificações dignas da mais fina arquitetura européia. No lugar de terrenos, que só servem de depósito de lixo, praças arborizadas. Para tornar realidade o sonho de uma capital da República civilizada, a prefeitura já começa, literalmente, a botar abaixo todos os obstáculos. Os imóveis no caminho planejado para a obra já foram ou serão demolidos. Aos proprietários que amanhecerem com um aviso de desapropriação pendurado na porta principal de seu imóvel, só resta sair o mais rapidamente possível de casa, pois a prefeitura dá apenas alguns dias para que a mudança seja feita. Ao todo, 1.800 operários estão encarregados de demolir 640 imóveis. Pobres, os moradores dos cortiços só têm como opção de moradia juntar-se aos soldados vindos de Canudos, que se fixaram em barracos no Morro da Favela, antigo Morro da Providência.”⁹

Para levar a cabo tal projeto, o prefeito Passos exigiu – e obteve – total liberdade de ação do presidente Rodrigues Alves e teve à sua disposição, além de um reforço de caixa de 4 milhões de libras, um novo estatuto de organização municipal para o Distrito Federal que lhe dava poderes extraordinários para a intervenção¹⁰. Tantas mudanças só foram possíveis acompanhadas de uma grande concentração de poderes nas mãos do executivo municipal. As picaretas da prefeitura arrasaram cerca de cinco mil construções, expulsando em torno de quatorze mil pessoas de suas moradias. Entretanto, atingiram plenamente o objetivo de deixar livre a área central para o escoamento da produção e a circulação de capitais, valorizando assim, o

⁹ *Jornal do Brasil*. 03/01/1903. p. 3. Fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil*, é um dos mais importantes periódicos atualmente em circulação no país. Inicialmente como um veículo monarquista, o periódico passou parte do início do regime republicano criticando severamente o governo. Em maio de 1893, após dificuldades financeiras, alterou seu controle societário, que foi assumido por um grupo controlado por Rui Barbosa, passando então para a defesa do regime vigente. Marcado por assumir um posição quase sempre de apoio ao regime, o jornal mudou várias vezes seu controle acionário passando grande parte do tempo sob controle do conde Pereira Carneiro. O jornal, em 1933, após a entrada do conde Pereira Carneiro no Partido Autonomista, apoiou o governo de Pedro Ernesto e as candidaturas do partido. Ver FERREIRA, Marieta de Moraes e MONTALVÃO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves de (et. al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Versão CD-ROM.

¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. Ed. Scipione, 1993. p. 46.

espaço para o setor imobiliário e expelindo, por força da pressão econômica e da violência policial, os setores populares para os subúrbios. Os moradores dos cortiços passaram a ocupar as encostas mais próximas do centro da cidade e aos poucos dirigiram-se aos bairros mais afastados.

Além de modificar, pela força da lei, a freqüência e os costumes daqueles que utilizavam o centro da cidade, as posturas expedidas pela prefeitura, proibiram, dentre outras coisas: transitar com animais, andar descalço, cuspir no chão, vender alimentos em *freges* (quiosques populares), praticar mendicância, chegando mesmo a ponto de obrigarem os cidadãos a usar paletó para trafegarem pelas ruas.

Como conseqüência do rigor da reforma, a administração Passos acabou por acirrar o já precoce processo de favelização do Rio de Janeiro, com o crescimento desordenado e sem investimento por parte do Estado nas áreas que passaram a ser ocupadas por estes trabalhadores.

Na prática, tornou-se mais complicado atribuir à metrópole tropical as tão sonhadas características européias. A atração que a capital federal exercia sobre o resto do país traduziu-se em um *boom* habitacional que incluía o aumento do valor dos terrenos e o aparecimento de construções mais modernas do que as antigas moradias do período imperial. A ocupação geográfica da cidade após a Proclamação da República foi intensa, o que fez o Estado voltar-se não só para o problema habitacional, mas também para a questão de transportes públicos e saneamento básico.

Em fins do século XIX o governo começou a demonstrar preocupações com o crescimento dos cortiços. A própria definição do que era um cortiço foi sendo elaborada aos poucos, visto que a multiplicidade das habitações populares impedia o poder público de efetuar uma definição precisa. Em um relatório apresentado ao ministro da justiça J. J. Seabra, o cortiço é definido como:

“habitação coletiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos dos prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso;

sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum”¹¹.

Já em uma postura de 15 de setembro de 1892 os cortiços eram definidos como: “são todas as [construções] que abrigarem sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes”¹².

Leis visando o controle das moradias populares foram expedidas pela Câmara Municipal, pela Comissão de Posturas da Câmara Municipal, pela Junta Central de Higiene do Distrito Federal, no intuito de disciplinar esse tipo de habitação, mas também de monitorar seus habitantes que, aos olhos dos governantes compunham as “classes perigosas”. A aliança entre pobreza, disseminação de doenças e hábitos não condizentes com o projeto da elite foi motivo para a intervenção estatal neste setor habitacional. Afinal, uma cidade que se preparava para a *civilização* não podia exibir domicílios com aquele caráter. Os regulamentos previstos para os cortiços iam desde a instalação de latrinas em lugares apropriados até o calçamento e iluminação dos pátios, além da instalação de portões de ferro para o controle dos moradores. Tais medidas eram acompanhadas com a proibição de novas construções o que segundo Sidney Chaloub¹³, preparava o “ambiente intelectual” para que nas décadas seguintes a cidade sofresse intervenções “regeneradoras” de médicos e engenheiros, que escolheriam os cortiços e a classe trabalhadora como alvo privilegiado de suas práticas.

A progressiva normatização da cidade não conseguia, entretanto, atingir os objetivos propostos. Ao contrário, a crise habitacional agravava-se a passos largos. A reforma com seu alargamento de ruas, criação de *boulevards*, arborização e higienização não buscou alternativas para a inclusão da já crescente quantidade de marginalizados que vagavam pelas ruas cariocas,

¹¹ CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.* p. 134.

¹² CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.40.

¹³ Cf. CHALOUB, Sidney. *Idem.* p. 29-35.

mas sim afastar dos olhos e narizes da burguesia as classes perigosas. Iniciou-se o povoamento dos subúrbios em substituição aos desagradáveis cortiços. A necessidade das mudanças é justificada por Nicolau Sevckenko da seguinte maneira:

“Muito cedo ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifóide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles (...) Era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta pra armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim”¹⁴.

Se a reforma urbana buscou sanear e imprimir uma configuração moderna ao Distrito Federal, não menos importante foi uma outra reforma empreendida no mesmo período. No lugar dos engenheiros de Pereira Passos, assumiram o controle os médicos preocupados em erradicar não só os males do corpo dos cariocas, mas também em normatizar seu comportamento. Neste sentido, as modificações do espaço físico caminharam lado a lado com a regulação do espaço privado e da vida doméstica.

A mudança que a sociedade brasileira e carioca estava passando adquiriu sentido a partir do discurso de modernização proferido pelo Estado,

¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Brasiliense, 1983. p. 25.

tanto por parte do poder municipal quanto da instância federal. Tal modernidade, no entanto, vinha acompanhada de um *cientificismo* próprio dos tempos republicanos. Fortemente influenciados pelo positivismo, uma geração de intelectuais, que ficou conhecida como a *geração de 1870*, buscou ter mais influência na sociedade, propondo uma maior participação nas instâncias decisórias. Em contraposição aos bacharéis do tempo do Império, surgiram médicos, engenheiros e educadores com a missão de reordenar o aparelho de Estado, com vistas a sua adequação à nova ordem republicana. O engajamento aponta como condição *sine qua non* para a intelectualidade do período, que agregava nomes como Tobias Barreto, Silvio Romero e Capistrano de Abreu, e onde as “palavras de ordem” *Abolição* e *democracia* visavam acabar de vez com os resquícios do Império.

A mudança e a construção de um Brasil moderno passavam pela regeneração da sociedade suprimindo-a de seu passado colonial e imperial. Longe de restringir-se a mudanças forjadas com cimento e asfalto, a ousadia da reforma buscou regular também a vida doméstica carioca através da medicina. O discurso higienista presente no Brasil desde o século XIX faz valer sua força.

“A semelhança física e de costumes com os europeus, já higienizados e domesticados em seus países de origem era indispensável ao reconhecimento social e ao sucesso econômico da família. Os estigmas do brasileiro colonial e senhorial passaram a funcionar como o sinal negativo. E tudo que pudesse favorecer a persistência ou a reprodução desses estigmas passou a ser renegado, como o foi a habitação tradicional”¹⁵

Junto com a remodelação do centro da cidade, a nova política implementada no Distrito Federal possuía um forte cunho moral. Assim, o Estado passou a interferir na vida doméstica e nos hábitos da população. É preciso livrar a capital da promiscuidade que nela se instala desde os primeiros anos de sua fundação. Nos compêndios de medicina revistos figuravam novas doenças que não só àquelas que atacam o corpo, mas que, na visão dos

¹⁵ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 120.

doutos, debilitaria e corromperia o espírito. Dentre estas doenças figuram o lesbianismo, o homossexualismo e a prostituição. Neste sentido, nada mais natural que começar pelo “coração” da cidade, região de povoação mais antiga e de hábitos mais notadamente permissivos.

O centro da cidade foi, durante a maior parte da história carioca, o ponto de ebulição da metrópole. Nele concentravam-se os cafés, as casas bancárias, as modistas francesas, os órgãos públicos e também o cais do porto, os prostíbulos e as rodas de capoeira. Elite e “arraia-miúda” conviviam no espaço urbano. A evolução sócio-econômica da cidade tornou imperioso o afastamento progressivo dos desprivilegiados do coração da cidade. Enquanto o cais da Praça Mauá estava agradavelmente aberto a políticos e investidores estrangeiros, tornava-se cada vez mais restrito aos indivíduos das “classes perigosas”. Sobre o Rio de Janeiro deste período José Murilo esclarece que:

“Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia) E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República.”¹⁶

Tamanha efervescência demandava um devido acompanhamento dos hábitos sociais. A sociedade carioca buscava seguir as últimas tendências européias na moda e no comportamento. A rua do Ouvidor tornou-se o centro das lojas mais chiques e do comércio dos sofisticados artigos importados, freqüentadas por uma clientela ávida pelos lançamentos de Paris. As mudanças sociais e comportamentais são apresentadas por Jurandir Freire Costa da seguinte maneira:

“Diante da grande e pequena burguesia européias, não bastava ser branco, católico ou proprietário de terras. Estas qualidades diluíam-se, agora,

¹⁶ CARVALHO, Jose M. *op. cit.* p. 18.

em meio a uma população que desprezava em bloco o atraso e o primitivismo locais. As mulheres tinham que expor-se ao mundo em teatros, recepções oficiais e restaurantes públicos que começavam a surgir. A nova etiqueta, o novo código social impunham essas formas de sociabilidade¹⁷

Na realidade republicana, os excluídos e marginalizados tornaram-se cada vez mais, casos de polícia. Sucessivas alterações no Código Penal brasileiro buscaram combater de maneira veemente os costumes impróprios da população. A partir de 1890, o lenocínio passou a ser crime passível de reclusão e multa. Nesta categoria encontram-se os capoeiras, cafetões, alcoviteiros, prostitutas, enfim, os mais emblemáticos personagens da paisagem carioca.

A preocupação com o bem-estar biológico social atingiu todos os âmbitos, público e doméstico. Além dos capoeiras, velhos conhecidos da legislação – são citados pela lei desde 1850, tornando-se preocupação do Código Penal republicano de 1890¹⁸ – os homossexuais femininos e masculinos são enquadrados no novo código pelo crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias, bem como por ultraje ao pudor. Da mesma forma, era passível de punição aquele que “Disfarçar o sexo, tomando trajés impróprios do seu, e trazê-los publicamente para enganar”¹⁹. As normas de conduta observadas pelo novo Código regulam a maneira do indivíduo trajar-se, como visto neste artigo, bem como no convívio social e na normatização de práticas correntes entre a população de baixa renda, como o concubinato. Segundo o artigo 270 deste mesmo documento, torna-se crime: “Tirar do lar doméstico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viúva, atraindo-a por sedução ou emboscada, ou

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.* p. 120.

¹⁸ *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil comentado por Manoel Godofredo de Alencastro Autran*. Rio de Janeiro: Laemmert e C. Editores, 3ª ed. 1898. Livro III, Cap. XIII – Dos vadios e capoeiras, Art. 402: “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal”. p. 204.

¹⁹ *Idem*. Livro III, Cap. VIII – Do uso de nome suposto, títulos indevidos e outros disfarces, Art. 379. p.169-169.

obrigando-a por violência, não se verificando a satisfação dos gozos genésicos”²⁰. Tal medida coíbe a prática do amancebamento, a qual recorriam as camadas populares a fim de burlarem as taxas públicas e religiosas para a concretização da união oficial.

Entretanto, tais classes populares, que eram o alvo privilegiado da reforma sanitária, não assistiram passivamente a brusca e progressiva entrada do poder público em suas vidas domésticas. Motins recorrentes e manifestações de desagrado assaltavam constantemente as praças cariocas. A maior e mais notável destas manifestações ocorreu em 1904, no movimento que conhecemos como “Revolta da Vacina”. Tal revolta opôs médicos, a polícia e o estado contra a população indignada com a obrigação de abrir seus lares à entrada de estranhos que vinham inocular em suas famílias o vírus da varíola e, mais do que isso, ter acesso ao corpo de suas esposas e filhas.

A despeito das reformas urbanas que grassavam pela cidade, o Rio de Janeiro continuava sendo uma metrópole insalubre, especialmente no que dizia respeito à periferia e aos bairros próximos à zona portuária como a Praça Mauá, a Gamboa e a Saúde. Sobre esta última, Gastão Cruls observa ainda que:

“(...) a Saúde era a antítese do seu nome. Densamente habitada e sem condições higiênicas, a vida promíscua que ali se fazia, em grandes ‘cabeças-de-porco’ e infectas baiúcas, trazia em constante preocupação as autoridades sanitárias, sobretudo diante das epidemias mais mortíferas.”²¹

As péssimas condições higiênicas faziam com que, de tempos em tempos, epidemias varressem a capital de forma avassaladora, provocando um elevado número de mortos, especialmente entre as crianças e os idosos. Havia sido assim com a gripe espanhola, a febre amarela, o tifo e inúmeras outras doenças. O princípio de uma epidemia de varíola, aliado à importância

²⁰ *Idem*. Livro III. Título VIII – Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor. Cap. II – Do Rapto. p. 116.

²¹ CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1965. *Apud* SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Ed. Scipione, 1993. p. 34.

crescente do discurso e das práticas médico- higienistas, motivaram a atitude do poder local em sancionar uma lei que estabelecesse a obrigatoriedade da vacina.

O Governo Federal apoiou a medida que foi votada pelo Congresso e pela Câmara dos Deputados. Após sua aprovação, caberia ao Departamento de Saúde Pública, na pessoa de seu diretor, o médico sanitariano Oswaldo Cruz, elaborar o conjunto de procedimentos e normas a serem tomadas a fim de fazer cumprir a lei. Dotado de plenos poderes e tendo o apoio político necessário, o jovem doutor não fez por menos e estabeleceu um rigoroso regulamento no qual instituiu não só as vacinações, mas também a necessidade de exames periodicamente e a inclusão neste projeto de toda a população. As medidas punitivas para aquele que se recusasse a cumprir este regulamento variavam entre multas e demissões. O uso da força também era permitido e foi largamente utilizado, o que causou espanto e indignação.

A inabilidade da polícia e dos agentes de vacinação contribuiu para aumentar o clima de revolta. No afã de fazer valer a letra da lei que instituiu a vacinação e revacinação obrigatória, estes indivíduos usaram de extrema violência no processo de erradicação da doença, muitas vezes abusando da força frente à resistência da população.

Não só a população rebelava-se contra uma medida que não compreendia como também obtinha o apoio da imprensa e de intelectuais da dimensão de Rui Barbosa, entre outros. Sobre a vacinação obrigatória manifestou-se o *Correio da Manhã*²², um dos periódicos de maior circulação neste período, da seguinte maneira:

²² O jornal *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. De grande importância na imprensa brasileira, seu perfil foi, desde sua fundação, de um jornal "independente" e oposicionista. Engajou-se em campanhas contra a carestia e fez oposição a sucessivos governos. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas em 1929, mas logo passou a fazer oposição pedindo a reconstitucionalização do país. Após o Golpe de 1964, o jornal veio a sofrer diversas retaliações, ocasionando uma grave crise financeira. Apesar de sua trajetória ficar marcada como um periódico voltado às causas populares, o *Correio* em sua fase final assumiu nitidamente uma posição governista após arrendamento da empresa para um grupo ligado à empreiteira Metropolitana. Ver LEAL, Carlos Eduardo. In: *DHBB. Versão CD-ROM*.

"O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos e que foi ecoar na Câmara dos Deputados através de diversas representações assinadas por milhares de pessoas. De posse desta clava, que o incondicionalismo bajulador e mesureiro preparou, vai o governo do Sr. Rodrigues Alves saber se o povo brasileiro já se acanahou ao ponto de abrir as portas do lar à violência ou se conserva ainda as tradições de brio e de dignidade com que, da monarquia democrática passou a esta República de iniquidade e privilégios. O atentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o patrimônio de cada cidadão: pretende se esmagar a liberdade individual sob a força bruta..."²³

A aprovação definitiva da lei, tempos depois, transformou o Rio de Janeiro numa verdadeira praça de guerra. Barricadas foram armadas e os confrontos entre polícia e população eram constantes e cada vez mais violentos. Algumas mortes foram atribuídas à vacina obrigatória, acirrando ainda mais os ânimos. À oposição capitalizava o conflito a fim de "reformular" a recém proclamada República, alegando que esta nada mais era que uma continuidade do Império. Em 5 de novembro de 1904, foi fundada a Liga Contra a Vacina Obrigatória, presidida pelo oposicionista Lauro Sodré, e apoiado por líderes dos movimentos populares trabalhistas como o Deputado Barbosa Lima e Vicente de Sousa.

Dias depois, entre 11 e 15 de novembro o conflito chegou ao seu auge. Armados de paus e pedras, a população enfrentou a polícia para impedir a invasão das residências pelos mata-mosquitos. O embate ganhou contornos de uma pequena guerrilha na qual os postes de iluminação pública foram quebrados, as calçadas reluziam com o brilho dos cacos de vidro das vitrines do comércio local, que fechou suas portas a fim de evitar maiores prejuízos que tão somente algumas janelas quebradas, os paralelepípedos que cobriam as

²³ *Correio da Manhã*. 07/10/1904. p.1.

ruas foram arrancados e arremessados contra a força policial, bondes foram virados e queimados numa onda de violência.

Os militares de oposição aproveitaram-se do tumulto que instalou-se nas ruas da cidade e tentaram tomar o Palácio do Catete, sede da administração federal, partindo da Praia Vermelha. O dia escolhido foi o 15 de novembro, numa clara referência à Proclamação da República. Tanto o levante militar quanto o popular foram sufocados pelas forças do Estado. Sobre o evento e seu saldo, podemos encontrar a notícia publicada no *Jornal do Brasil* de 15 de novembro de 1904:

“Do Encantado ao Jardim Botânico, não ficou um único poste de iluminação de pé. A Saúde foi apelidada de Porto Arthur, nome do local, onde, na Ásia, guerreiam japoneses e russos. No dia 14, aproveitando-se da batalha nas ruas, 300 cadetes da escola militar tomaram o prédio da Praia Vermelha e, liderados pelos generais florianistas Silva Travassos e Olímpio Silveira, marcharam rumo ao Palácio do Catete, onde enfrentaram e venceram os 2 mil homens da guarda palaciana. Os feridos entre os cadetes, no entanto, eram muitos, e o grupo foi obrigado a retornar para a escola, onde foram subjugados no dia seguinte. Foram cinco dias de conflitos sangrentos. No fim, a força das armas, apoiada pela decretação do estado de sítio, falou mais alto. A vacinação foi feita e, pelo que mostram as estatísticas, a varíola realmente tende a desaparecer na capital da República. Apenas 39 casos foram registrados em todo o ano de 1904, contra os mais de 600 do ano anterior. Porém, o preço da conquista sanitária foi alto: 30 mortos, 110 feridos, 945 presos, 454 homens enfiados em sujos porões de navios e mandados para o Acre, e 7 estrangeiros extraditados.”²⁴

Ainda que houvesse uma razão justa para empreender uma campanha pela erradicação de doenças epidêmicas na metrópole carioca, o furor com que tais medidas sanitárias foram executadas fez com que esta se tornasse mais

²⁴ *Jornal do Brasil*. 15/11/1904. p. 13.

uma ação de controle social, perdendo seu caráter original de higienização e civilização.

Ao nos dispormos a analisar a conjuntura política dos anos 1920 a fim de melhor compreendermos o alcance do projeto político de Pedro Ernesto e de suas medidas sociais, não podemos nos furtar a fazer uma breve análise sobre o desenvolvimento da classe operária no Brasil, em especial no Distrito Federal, e suas imbricações com o poder público.

A maioria das interpretações sobre a formação do movimento operário brasileiro nos remete a sua origem essencialmente agrária. Essas primeiras formulações recorrem a questão da economia rural no intuito de compreender a parca organização verificada em seus momentos iniciais. Outro aspecto importante ressaltado por essas análises se detém sobre o alcance das idéias estrangeiras no movimento brasileiro. A influência da imigração seria fundamental para as ideologias, sindicalização e organização.

Tal explicação deve-se ao fato de que o intenso fluxo migratório que o Brasil conheceu nas últimas décadas do século XIX alterou radicalmente as idéias circulantes no mundo do trabalho. Entretanto, o aumento deste contingente deveu-se especialmente a dois acontecimentos que provocaram uma ruptura na ordem vigente: a Abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Em pouco mais de um ano, o Brasil altera o regime de mão de obra vigente e descarta o único sistema de governo que havia conhecido até então, a Monarquia.

Estudos mais recentes como os de João José Reis²⁵, questionam este tipo de enfoque. Voltando-se para a compreensão de práticas políticas grevistas ainda no tempo da escravidão e de outras atitudes que ensaiam um sistema minimamente associativo. João Reis aponta as sucessivas manifestações populares para a manutenção do preço dos gêneros de primeira necessidade, em especial nos anos de carestia, a exemplo movimentos verificados em meados do século XIX nas principais metrópoles brasileiras como Rio de Janeiro e Salvador.

²⁵ REIS, João José. "De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição". *Afro-Ásia*. Salvador: v.24, p.199-242, 2000 e "A Greve Negra de 1857". *Revista USP*. Universidade de São Paulo, v.18, São Paulo: p. 6-29, 1993.

Herdamos desse tempo o temor da classe trabalhadora, enxergando nela um foco de constante revolta. Inúmeros relatos quer de viajantes, quer de senhores de engenho, apontam para a possibilidade de um confronto entre brancos e negros, com inequívoca vantagem numérica para os últimos. Joaquim Manuel de Macedo²⁶ chega a referir-se ao Rio de Janeiro como “*uma cidade de mercadorias*” visto a imensa quantidade de escravos urbanos que esta possuía.

O temor chega à República sob a forma de controle social. Várias leis são elaboradas no sentido de domesticar uma classe em convulsão potencial. No Código Penal brasileiro de 1890 há um capítulo que versa sobre “Os crimes contra a liberdade de trabalho”. Seus artigos visam restringir o direito de associação, imputando à greve o caráter de crime contra o trabalho. No artigo 206 consta que é delito grave, passível de prisão e multa, “Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário”²⁷. Bem como constitui contravenção grave “Seduzir, ou aliciar, operários e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal”²⁸. Isso demonstra a preocupação estatal no sentido de enquadrar a força de trabalho e regular suas possíveis reivindicações.

Ainda assim, apesar de todo aparato do poder público para cercear a classe trabalhadora, esta continuou a movimentar-se no sentido de uma organização mais sólida. Exemplos claros do que falamos podem ser encontrados na fundação de sindicatos e associações mutualistas. Podemos ressaltar como um caminho para a maturidade do movimento, a organização do I Congresso Operário Brasileiro de 1906 no Rio de Janeiro. Nesse congresso, de maioria anarquista, foi aprovada a criação da Confederação

²⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Zelio Valverde, 1942.

²⁷ *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil comentado por Manoel Godofredo de Alencastro Autran*. Rio de Janeiro: Laemmert e C. Editores, 3ª ed. 1898. Livro II, Título IV – Dos crimes contra o livre exercício dos direitos individuais, Capítulo VI – Dos crimes contra a liberdade de trabalho, Art. 206, p.85.

²⁸ *Idem*. Art. 205. p.85.

Operária Brasileira (COB), que se opunha à proposta socialista de criação de um partido da classe trabalhadora e aprovada também a fundação do jornal *A Voz do Trabalhador*, que circulou entre os anos de 1908 e 1909. A COB assumiu como uma de suas principais bandeiras a jornada de oito horas de trabalho e a luta contra o alistamento militar obrigatório.

As deliberações do Congresso demonstram a divisão existente no seio do operariado organizado. As principais correntes organizatórias são o anarquismo, o reformismo (também chamados de *amarelos*) e o socialismo. Boris Fausto sinaliza também como importante movimento o *trabalhismo carioca*²⁹, que se diferenciava do socialismo mais pelo seu pragmatismo nas conquistas sociais.

O que nos interessa sublinhar, em particular acerca das correntes do movimento operário, são as suas principais idéias e o relativo alcance dessas ideologias. Começando com o anarquismo podemos dizer que este movimento teve grande relevância, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos iniciais da República, estendendo sua influencia até a década de 1920 do século passado. Aos anarquistas interessava uma maior organização da classe trabalhadora, rejeitando qualquer mediação de cunho político-partidário, o que é apontado por muitos analistas como um grave sintoma de sua debilidade. Segundo Ricardo Antunes,

“(..) o movimento operário anarquista no Brasil, tal qual nos países de origem do anarquismo, desconsiderava ou, mais ainda, não admitia na sua doutrina a criação da organização político-partidária das classes subalternas e, decorrentemente, além de isolar-se do cenário político, não permitia a formação de um bloco hegemônico de classes subalternas, pois não buscava, concretamente, a necessária política de aliança com os demais setores dominados, especialmente o campesinato”.³⁰

²⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.

³⁰ ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a aliança nacional libertadora*. São Paulo: Cortez, 1990.

Apesar dos vários erros cometidos pelos anarquistas, onde ressalta claramente sua aversão às organizações partidárias, tal premissa expressa uma visão não condizente com a realidade daqueles dias e das lutas enfrentadas pelos anarquistas. A instauração de um Congresso Operário expressa uma tentativa real de enfrentamento por parte dos setores ali organizados no intuito de buscar formas de resistência ao domínio da burguesia e da máquina estatal. A opção pela luta direta e a rejeição da atuação político-partidária de cunho liberal não invalida a luta anarquista em favor da organização do operariado em busca da superação da dominação capitalista.

A forte influência anarquista na cena sindical começa seu lento declínio a partir da década de 1920, com a entrada em cena do Partido Comunista do Brasil. Vale ressaltar que os anarquistas jamais “desapareceram” do movimento sindical, porém, sua influência passou a ser rapidamente consumida à medida que se fortaleceu a organização político-partidária que eles tanto combateram. Além disso, o triunfo da Revolução Russa de 1917 e o conseqüente aumento da repressão por parte do Estado dão a verdadeira dimensão do progressivo refluxo do movimento anarquista no cenário político brasileiro.

Outra corrente ideológica que influenciou o movimento operário nos seus primeiros momentos foi o socialismo. Também chamados de *amarelos* pelos anarquistas (em oposição aos vermelhos, representados pelos comunistas) ou *reformistas*, os socialistas tinham como principais propostas políticas a luta pela melhoria das condições de vida do operariado, a conciliação dos interesses de classe e a organização em partidos políticos, visando superar a existência de uma estrutura organizacional de cunho gremial ou mutualista. Particularmente influentes no Rio de Janeiro, este setor teve sua atuação marcada pelas propostas economicistas e pelas várias tentativas de formação de partidos operários, com graus variados de sucesso.

Fortemente marcados pelo positivismo e pelo naturalismo, os socialistas se diferiam dos anarquistas por não apostarem na luta de classes como instrumento privilegiado de mobilização e de conquistas, preferindo tentar

reformas no sistema capitalista, afastando assim a perspectiva de sua superação. Podemos notar em suas hostes uma grande participação de setores de classe média e de funcionários do Estado, além de militares.

A importância dada pelos socialistas à participação operária na democracia burguesa tinha como fim a conquista de melhorias para a classe trabalhadora. Vários foram os projetos tentados na Câmara dos Deputados no sentido de diminuir a exploração e aumentar os direitos sociais. O ponto alto dos socialistas foi a organização do Congresso Operário em 1912 com apoio do governo federal na figura do filho de Hermes da Fonseca, o deputado Mário Hermes. Este Congresso – apontado como *governista* pelos anarquistas – foi realizado em novembro de 1912 no Palácio Monroe, teve uma baixa participação e, das medidas votadas pelos delegados relativas a direitos sociais, não conseguiu a implementação de nenhuma delas.

Cabe agora ressaltar aquele que foi certamente o mais influente grupo do movimento operário brasileiro, os comunistas. O Partido Comunista do Brasil (PCB) surge em um ambiente bastante diferente daquele dos primeiros tempos da República. A intensa agitação operária dos anos iniciais trouxe consigo um fortalecimento e um endurecimento por parte do Estado, que não só vai publicar leis relativas à questão social, mas tratá-la no já consagrado jargão, *caso de polícia*. As conseqüências foram prisões, deportações de estrangeiros, fechamento de sindicatos e a utilização do instrumento do *estado de sítio* para aumentar a vigilância e a repressão.

O refluxo no número de greves no início da década de 1920, o sucesso da já citada Revolução Russa de 1917, o progressivo influxo anarquista e a aparente cooptação dos socialistas para as propostas governamentais nos ajudam a entender o crescimento da proposta comunista.

Com um discurso que pregava a organização operária e o combate ao capitalismo, os comunistas priorizaram a luta político-sindical como foco irradiador de suas propostas. A disputa com os anarquistas vai se prolongar durante toda a década de 1920. Apostando na organização dos trabalhadores para “superar” o divisionismo gerado pelo anarquismo, os comunistas propõem a fundação de sindicatos por categorias profissionais, ao contrário dos

sindicatos por ofício defendidos pelos anarquistas. A hegemonia no movimento conseguida por volta de fins da década de 1920 pelos comunistas possui várias interpretações, mas acreditamos que a estratégia adotada de um trabalho sistemático de propaganda aliada à luta política parlamentar com a fundação do Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1926, vai projetar o partido de maneira extraordinária no cenário político.

A luta do operariado brasileiro seguiu intensa durante todo o período republicano, tentando diversas formas de mobilização e participação nos rumos da sociedade. Como nos sinaliza, José Miguel Arias, um dos objetivos da classe trabalhadora, bem como de outros grupos de excluídos, foi o de ampliar sua participação política tentando encontrar na nova República um espaço que lhes foi negado no Império. Arias nota que:

“Por outro lado, vistos de uma perspectiva histórica, os movimentos sociais do período, as revoltas – como a da Vacina de 1904, a dos Marinheiros de 1910, a de Canudos e do Contestado –, as associações operárias, as lutas quotidianas contra o arbítrio e a violência, nas quais as classes populares empregaram largamente o *habeas corpus*, direito novo e instituto jurídico *original* criado pelos constitucionais de 1891, verifica-se que houve uma apropriação e reelaboração da promessa republicana de democracia, liberdade e direitos de cidadania.”³¹

Entretanto, ainda que a Primeira República tenha avançado na tentativa de inserir os marginalizados é, sem dúvida, no período entre 1930 e 1934 que localizamos as tentativas reais do Estado na criação de projetos no sentido de atender demandas crescentes por uma legislação trabalhista que busca dar “amparo” ao trabalhador brasileiro. Vargas seria então, como nos diz Boris Fausto³², “um intermediário” entre os interesses da burguesia e as necessidades do proletariado nascente. Se Vargas de fato ocupou este papel,

³¹ ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 227-228.

³² FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

não é objeto de nosso estudo. Mas é certo que algumas medidas por ele implementadas no tocante ao operariado que o fez receber a alcunha de “pai dos pobres” foram antes estabelecidas de maneira localizada por Pedro Ernesto enquanto interventor do Distrito Federal. Os trabalhadores, tema constante nos seus discursos, constituem uma das principais fontes de preocupação do interventor.

Os anos 1920 e as rupturas sociais.

A década de 1920 foi um período bastante conturbado e com profundas transformações na sociedade brasileira, culminando em uma crise intra-oligárquica. A demanda de maior participação dos setores urbanos, a insatisfação das elites com o pacto oligárquico e a insatisfação dos segmentos militares, fez surgir, em junho de 1921, o movimento que ficou conhecido como a Reação Republicana. Tal movimento se formou a partir da campanha oposicionista de Nilo Peçanha à candidatura oficial de Artur Bernardes e propunha maior autonomia do legislativo frente ao executivo, equilíbrio fiscal no orçamento federal e criticava ainda o processo de escolha dos sucessores presidenciais.

A crise formada a partir do aparecimento da Reação Republicana mostra o desequilíbrio das oligarquias “de segunda grandeza” no cenário político. Estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e outros começavam a buscar mais espaço representativo. A historiografia interpretou este evento de maneira distinta ao longo dos últimos anos.

O pacto oligárquico que se sustentou durante toda a Primeira República começava a dar seus primeiros sinais sérios de desgaste. A disputa presidencial foi uma pequena mostra do que se avizinhava no terreno político. O ano de 1922 foi crucial para a política brasileira e nos permite olhar o cenário com maior precisão.

Os primeiros analistas a se debruçarem sobre o tema, como Sertório de Castro³³, já em 1932, atribuem esta crise à impossibilidade de um acordo entre as elites regionais envolvidas. O progressivo distanciamento temporal fez com que novos modelos explicativos surgissem ao longo dos anos. Boris Fausto³⁴ vê razões mais complexas para esta polêmica, encontrando suas raízes em intrincadas questões econômicas como a terceira política de valorização do café, porém não ignorando as tensões políticas geradas entre elite cafeeira e as elites regionais na disputa pelo aparelho de Estado. A partir da década 1990, outra interpretação defendida por Marieta Moraes Ferreira³⁵, procura considerar a insatisfação dos estados de “segunda grandeza” como o motor dessa crise. Ferreira destaca que a complexidade do jogo oligárquico entre os estados deu origem, desde o início do Pacto dos Governadores, a disputas contestatórias da hegemonia política do eixo Minas – São Paulo.

A crise que irrompeu nesse período foi oriunda de diversos fatores que se combinam e complementam. O esgotamento econômico que se estendeu desde o início do século XX até os anos 1930, levou a tentativas de auxílio ao principal produto da pauta de exportação brasileira, o café, por parte da elite econômica que dominava o governo federal. As crises recorrentes da lavoura cafeeira corroem não só a economia do Estado, mas também o poder político das oligarquias ligadas a este produto.

É certo que a crise pelo qual passa o preço do produto nos mercados interno e externo não é nova. Entretanto, o fato do café ter dominado o cenário econômico brasileiro desde o Segundo Reinado e, conseqüentemente, seus produtores – apesar das diferenças relevantes entre as oligarquias cafeeiras do sul fluminense e do interior paulista – terem se mantido como oligarquia dominante desde então, fez com que a jovem República herdasse do Império sua elite dominante. Se o café perdia seu vigor no mercado, o mesmo não

³³ CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução destruiu*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1932.

³⁴ FAUSTO, Boris. “Expansão do café e política cafeeira”. In: *O Brasil Republicano vol.1: Estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. São Paulo: Difel, 1977. v. 1, págs. 193/248.

³⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol.6. n°. 11. p. 9-23.

podia se dizer de seus produtores na política interna. O melhor exemplo disso é a série de subsídios que o Estado concede aos cafeicultores. O engendramento de políticas estatais dirigidas para o pleno atendimento dos interesses dessa elite, ocasionou fissuras no modelo montado a partir da Política dos Governadores e aprofundado no Convênio de Taubaté (1906). É essa estrutura que vai ruir lentamente até ser substituída com a Revolução de 1930.

As grandes transformações ocorridas em 1922 terão como culminância a perda do poder por parte da oligarquia cafeeira e a total reformulação do regime republicano entre os anos de 1929 e 1930. Se em 1929 acontece a *quinta-feira negra* que afeta não só o mercado norte americano, mas todos aqueles que a ele estavam atrelados. Entendemos tal crise como um produto da desarticulação política e econômica que mostrava seus sinais através da escalada da inflação, do aumento do custo de vida, das primeiras greves operárias, das revoltas tenentistas e da Reação Republicana.

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro embora sejam o alvo principal de nossa atenção não constituem um movimento isolado no Brasil. Outras metrópoles passavam também por transformações visíveis e extremamente importantes para a consolidação de uma identidade nacional “republicana” e, mais do que isso, “brasileira”. Exemplo por excelência dessa afirmação é sem dúvida encontrada na *Semana de Arte Moderna de 1922*, ocorrida na cidade de São Paulo.

Se o Rio de Janeiro dos anos 1920 era a Capital Federal do país e seu centro nervoso, São Paulo era, sem dúvida, o “motor” que movia as engrenagens da tateante República. As primeiras décadas da Primeira República transcorreram sob os auspícios das políticas acordadas entre mineiros e paulistas, a tão decantada “política do café com leite” que traçava os rumos do país. Talvez a mostra mais cabal da aliança aparentemente indissolúvel “Estado-oligarquias agrárias” seja o Convênio de Taubaté. Firmado em 1906, segundo o qual caberia ao Estado adquirir o excedente de produção do principal produto agrícola brasileiro, o café, fonte de lucro e poder da região do Oeste Paulista, com a finalidade de garantir a competitividade do preço da saca do grão no mercado externo. O elo mais fraco dessa corrente foi, sem

dúvida, o Estado que contraiu dívidas oriundas de empréstimos estrangeiros para fazer valer tal Convênio.

A solidez das relações de São Paulo com o Estado oligárquico e a constante urbanização daquela que chegaria aos nossos dias como a maior metrópole do país permitiu um importante crescimento de sua elite e também dos setores médios urbanos. Esse crescimento trouxe consigo uma demanda por uma interpretação da complexidade que surgia.

Neste sentido, é compreensível o interesse por parte desta elite em fazer florescer uma arte paulistana que nada deixe a dever àquela que pode ser encontrada na Europa. Mais do que representar o ideário de São Paulo, o modernismo acaba por lançar as bases de uma identidade nacional brasileira, largamente pensada na literatura e que se propaga pela pintura, escultura entre outras manifestações artísticas. Mesmo o Estado populista apropria-se das leituras modernistas para pensar a construção de uma nacionalidade. Assim, a antropofagia chega até as telas de cinema, na figura do diretor Humberto Mauro no filme *Descobrimento do Brasil*, uma interessante abordagem da carta de Pero Vaz de Caminha, produzido pelo governo Vargas, em 1937.

Se a primeira década do século XX encontra o Rio de Janeiro em mutação, o mesmo acontece em São Paulo. 1905 é o ano do bonde elétrico, do cinema e do rádio. A urbanização da cidade influenciará sobremaneira as obras dos futuros modernistas. O *Abaporu* de Tarsila do Amaral, *Memórias Sentimentais de João Miramar* de Oswald de Andrade, *Macunaíma* de Mario de Andrade, *Operários*, de Anita Malfatti e várias outras obras trazem à tona o espírito nacionalista e engajado do movimento. A produção artística é, nesse sentido, uma materialização das mais diversas tendências “deglutidas” neste período. Anarquismo, feminismo, comunismo, nacionalismo, o movimento operário e as vanguardas européias convivem na nova corrente artística brasileira.

As polêmicas não tardaram. Monteiro Lobato critica veementemente uma exposição de Anita Malfatti em 1917.

“Essa artista possui um talento vigoroso, fora do comum. Poucas vezes, através de uma obra torcida em má direção, se notam tantas e tão preciosas qualidades latentes. Percebe-se, de qualquer daqueles quadrinhos, como a sua autora é independente, como é original, como é inventiva, em que alto grau possui umas tantas qualidades inatas, das mais fecundas na construção duma sólida individualidade artística.

Entretanto, seduzida pelas teorias do que ela chama arte moderna, penetrou nos domínios de um impressionismo discutibilíssimo, e pôs todo o seu talento a serviço duma nova espécie de caricatura.”³⁶

Não seria correto dizer que Monteiro Lobato desaprovava o ideário *Modernista*. Entretanto, entendia que a nova corrente artística que surgia era excessivamente vinculada às elites agrárias de São Paulo, configurando-se assim em um movimento voltado para uns poucos privilegiados. Lobato, que em 1918 publicava *Urupês* onde apresenta o Jeca Tatu, um de seus mais emblemáticos personagens. O Jeca personificava o brasileiro mais legítimo para o escritor, o caboclo, tomado por mazelas e “bicheiras”: “*É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não!*”³⁷ Podemos notar na “denúncia” do escritor um afinamento com o discurso médico-higienista do qual já falamos, embora voltada para outro *locus*: o interior do estado onde minava o impaludismo e a febre amarela.

Tais críticas têm sua razão de ser. O nascente mecenato paulista fez da arte seu mais novo investimento. E foi sob a perspectiva do investimento que alugam o Teatro Municipal de São Paulo para dar lugar à *Semana de 22*. Para esta elite agrária, é preciso colocar São Paulo no mapa das vanguardas, para o Estado, é ainda mais necessário estabelecer os fundamentos de uma identidade “nacional” através da arte.

A despeito de o movimento modernista ter iniciado em São Paulo, o Rio de Janeiro ainda era um importante centro cultural do país. A cidade possuía duas das mais importantes instituições nacionais no campo cultural: a Academia Brasileira de Letras e o Museu Nacional de Belas Artes, para onde

³⁶ "A exposição de Anita Malfatti", *Jornal do Comércio*, São Paulo. 11/01/1918. p.5.

³⁷ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 37ª edição. 2004.

convergem os artistas e escritores de maior relevância do período. O Rio possui também uma “geração” de modernistas que vinha pensando tais temas bem antes de 1922.

Como nos aponta Mônica Velloso³⁸, o Rio de Janeiro terá uma geração com características que podemos chamar de “moderna” desde 1870. Temas como identidade nacional, abolicionismo, republicanism, entre outros, serão pesquisados por intelectuais como Lima Barreto, Bastos Tigre, José do Patrocínio e Emílio de Menezes, além dos caricaturistas Kalixto, J. Carlos e Raul Pederneiras. Esse grupo, também conhecido por sua frequência boêmia nos salões e cafés cariocas, alia política e humor e terá nas revistas sua grande vitrine. São dessa época a *Fon-Fon*, *O Malho*, *Careta*, *Tagarela* e *D. Quixote*, e nas suas páginas esse grupo irradiava sua crítica para um diferenciado espectro social.

Uma diferença importante que deve ser ressaltada do modernismo carioca é a sua proximidade com as camadas populares. Parcerias entre esses intelectuais e nomes como Sinhô, Eduardo das Neves e Paulino Sacramento, darão um tom mais próximo da crítica social e da ironia. A cultura modernista carioca se apropriou dos tipos urbanos da cidade para pensar sua temática social e teve como fonte de inspiração a *Alma Encantadora das Ruas*, se quisermos usar uma expressão bastante fidedigna e consagrada por Paulo Barreto, o cronista *João do Rio*, que certamente possui sua faceta modernista.

Outra importante manifestação dessa crise pertinente à década de 1920 foi o movimento tenentista. Oriundo de uma matriz castrense, o tenentismo teve atuação política ressaltada até 1935. Por defender a alteração do regime pela via armada, o movimento teve grande atração e destaque durante todo o período.

Se considerarmos a importância da participação de Pedro Ernesto no movimento tenentista, veremos o quanto esta manifestação de parte do exército influenciou não só seus princípios ideológicos, mas também sua postura política durante a gestão na prefeitura do Distrito Federal. Sendo

³⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. “O modernismo e a questão nacional”. in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

assim, não poderíamos deixar de analisar tal fenômeno à luz dos debates historiográficos tecidos sobre ele por analistas como Anita Leocádia Prestes, Boris Fausto e Maria Cecília Spina Forjaz.

As primeiras formulações acerca do movimento tenentista o enquadraram como organizador dos anseios da classe média que se opunha ao regime oligárquico. O livro de Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*³⁹, escrito em 1933, ainda no calor dos acontecimentos, marca uma fase de valorização do movimento pela sua defesa dos “verdadeiros” ideais da República, “moralização” da política e o resgate dos princípios contidos na carta constitucional de 1891.

A polêmica acerca dos ideais e da representação dos tenentes como *porta-vozes* da classe média, descontente com o regime oligárquico, divide boa parte dos estudiosos sobre o tema. Para Anita Leocádia Prestes⁴⁰, o tenentismo teria um caráter *liberal*, visando reformas na Constituição de 1891. Resgatando os escritos de uma das principais lideranças do movimento, Juarez Távora, Anita Prestes aponta que:

“(…) no período citado [final da década de 1920], as lideranças do tenentismo se mantiveram fiéis à defesa dos preceitos liberais – voto secreto, moralização dos costumes políticos, ‘representação e justiça’ etc –, sem que, em nenhum momento, levantassem bandeiras de caráter autoritário, centralizador, corporativista ou nacionalista. (...) No máximo, os ‘tenentes’ chegaram a propor uma reforma da Constituição de 1891, que restringisse ‘sensatamente os exageros da obsessão descentralizadora dos ideólogos da constituição de 24 de fevereiro’⁴¹.

Outras interpretações como a de Bóris Fausto⁴², assinala que em sua inicial, o tenentismo pode ser definido como um:

³⁹ SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

⁴⁰ PRESTES, Anita L. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁴¹ *Idem*. p. 15.

⁴² FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

“(...) movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião. (...) Trata-se de um movimento substitutivo e não organizador do povo”⁴³.

Fausto aponta que, apesar de granjearem relativa simpatia na opinião pública, a baixa vinculação dos tenentes com outros movimentos da sociedade civil limitava o raio de ação de suas propostas.

Buscando as origens desse movimento podemos enquadrá-lo como *elitista e militarista*, visto que buscavam retomar os ideais originais da República através das armas. Embora seu “programa”, nos anos 1920, possa ser identificado como sendo essencialmente liberal, buscando eleições “limpas”, voto secreto, correção dos costumes políticos e oposição aos desmandos do Poder Executivo, sua crítica aos governos oligárquicos obtiveram grande simpatia da opinião pública.

Recusando a participação do povo na tomada do poder, os tenentes eram avessos aos partidos e não pretendiam organizar nenhum movimento que primasse pela democratização dos mecanismos decisórios, ao contrário, propunham que o país fosse governado por uma “ditadura”, materializada em um Estado forte, que pudesse implementar tais medidas em contraposição às oligarquias. Em um esboço de projeto constitucional encontrado entre os papéis do general Isidoro Dias Lopes percebemos parte do projeto político e social desse grupo:

“A direção suprema do país será confiada, provisoriamente, a uma ‘Ditadura’ cujo governo se prolongará até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos sejam alfabetizados.

⁴³ *Idem.* p. 57.

§1 – Uma vez conseguida esta percentagem, será convocada a constituinte que resolverá definitivamente sobre os destinos do país”⁴⁴.

O próprio tenentismo viria a sofrer cisões durante as décadas de 1920 e 1930. A concreta perspectiva de participação no poder deixaria divididos os tenentes. Os grupos foram ora à direita (Aliança Integralista Brasileira), ora à esquerda (os comunistas representados, principalmente por Prestes). Atribui-se a Vargas a irônica frase: “Promovi os tenentes a capitães”, onde sintetiza não só sua política em relação a esse segmento, mas as contradições que se avizinhavam.

O setor representado pelo capitão Luis Carlos Prestes, figura de maior projeção durante a década, rompeu com os ideais militares autoritários, aproximando-se, cada vez mais, dos ideais comunistas. Chega inclusive a rejeitar uma pretensa participação no comando dos rebelados de 30, preferindo aliar-se às classes populares, conclamando o emergente proletariado urbano e o campesinato a tomarem lugar na revolução socialista queurgia fazer-se no país.

Já outro setor, onde encontramos figuras como Juarez Távora, mostrou a premente necessidade de conformação de um “bloco político” visando à participação no cenário político nacional, visto a importância adquirida com as nomeações dos “tenentes históricos” para a direção de organismos de poder nacionais e regionais. Citamos como exemplo, o próprio caso de Juarez Távora⁴⁵ que assume a Delegacia Regional do Norte, órgão da esfera federal

⁴⁴ SARMENTO, Carlos E. *Autonomia e Participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ, 1996. p. 100. [Dissertação].

⁴⁵ Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em 14 de janeiro de 1898 e faleceu em 18 de julho de 1975. Militar de carreira foi promovido a primeiro-tenente em janeiro de 1921. Teve intensa atividade conspirativa na década de 1920. Participou do levante de 5 de julho de 1922 na Escola Militar e aderiu, em 1923, aos militares revoltosos contra o governo de Artur Bernardes e articulou o levante no Rio Grande do Sul, em 1924. Foi um dos membros mais ativos nos preparativos da Revolução de 1930 no Nordeste. Após a vitória do movimento, ocupou por menos de mês a pasta de Viação e Obras Públicas, vindo a assumir, em janeiro de 1931, a interventoria Norte e Nordeste, região que abrangia desde o Acre até a Bahia e que lhe valeu o apelido de *Vice-rei do Norte*. Exerceu diversos cargos públicos durante o governo Vargas, sendo o principal deles Ministro da Agricultura de 1932 a 1934. Ver PANTOJA, Silvia. In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

responsável pelas interventorias da região Norte e Nordeste do país, sendo apelidado de *Vice-Rei do Norte*, tamanha foi a extensão de seus poderes.

Por outro lado vemos a figura de Góis Monteiro⁴⁶ debater-se com a inexorável aproximação dos *autênticos revolucionários* com o governo Vargas, fato que levou ao seu afastamento da presidência do Clube 3 de Outubro, uma associação que congregava militares e civis com o objetivo de pressionar o Estado varguista no sentido de implantar reformas que eram, na visão dos *outubristas*, indispensáveis.

Participava deste clube também Pedro Ernesto Baptista, que foi o primeiro a ocupar a cadeira de vice-presidente da associação que, após o afastamento de Góis Monteiro, assume a presidência da entidade em junho de 1931. Pedro Ernesto teve o importante papel de articulador das propostas tenentistas junto aos setores civis, visto que a percepção do Clube naquele momento era a de acumulação de forças e de troca de idéias. Enxergamos também na fase *outubrista* de Pedro Ernesto, referenciais importantes que nortearam seu governo tais como: uma administração técnica e o uso da ciência para nortear as políticas públicas. O anseio reformista do prefeito marcou profundamente sua gestão à frente da prefeitura carioca.

Podemos apontar a crise dos anos 1920 como um momento precursor de um novo modelo de Estado que ainda estava em elaboração, e que vai encontrar no populismo da gestão Pedro Ernesto, uma tentativa de romper os limites impostos no período da Primeira República. Ao ampliar os serviços estatais de saúde e educação, o governo carioca buscou controlar alguns setores como a população da periferia do Distrito Federal, que até então não tinham acesso a esses serviços básicos. Isso aponta para o atendimento de propostas formuladas por diferentes atores sociais nas primeiras décadas do

⁴⁶ Pedro Aurélio de Góis Monteiro nasceu em 12 de dezembro de 1889 e faleceu em 26 de outubro de 1956. Militar de carreira, Góis Monteiro exerceu importante papel na deflagração do movimento revolucionário de 1930. Foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro, exercendo grande influência sobre o Governo Provisório. Teve uma atuação destacada no combate aos rebeldes paulistas de 1932, o que lhe credenciou ainda mais, alçando o posto de ministro da Guerra em janeiro de 1934, permanecendo até maio de 1935 no governo. Teve intensa atuação política durante todo o período da década de 1930, Mesmo fora do governo, atuou como elaborador do golpe do Estado Novo, em 1937, propondo mudanças na Constituição no sentido de endurecer o regime e dar plenos poderes ao governo. Góis Monteiro foi ainda chefe do Estado Maior do Exército, Senador, chefe do Estado Maior das Forças Armadas e ministro do Superior Tribunal Militar. Ver RAMOS, Plínio de Abreu. *In: DHBB*.

século passado e que serão, de alguma forma, relidas pelo governo que é objeto de nosso estudo.

CAPÍTULO II

CONSTRUINDO A AUTONOMIA: PEDRO ERNESTO E A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTATAIS

“A cidade precisa de um prefeito que construa escolas, hospitais e pavimento as ruas de acesso aos subúrbios cariocas”⁴⁷

O editorial do *Correio da Manhã* refletia uma demanda da população: que os governos se detivessem na assim chamada “questão social”, ou seja, nas graves diferenças sociais causadas pelo empobrecimento progressivo das camadas populares que sofriam, especialmente com a crise dos anos 1920⁴⁸, os efeitos do avanço do capitalismo no Brasil e sua face mais cruel, a deterioração do poder aquisitivo da classe trabalhadora, acarretado pelos sucessivos aumentos de preços, perdas salariais e desemprego.

A mudança na forma de governo no Brasil, de Monarquia para República, interferiu não só na esfera política, mas também na estrutura física da cidade do Rio de Janeiro. O aumento populacional, verificado no período de 1890 até 1906 (datas dos censos governamentais), foi de 43%, mostrando o vigor do crescimento da cidade. Tal aumento, no entanto, era cerceado pela própria constituição espacial da cidade, que ainda detinha, mesmo no século XX, inúmeras permanências urbanísticas e arquitetônicas coloniais tais como: rede de esgotos deficitária, iluminação pública insuficiente, ruas estreitas e transportes inadequados.

Com tantos problemas emergenciais, o foco das gestões dos prefeitos da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos primeiros anos da República passou a ser a reforma na saúde e na aparência da cidade. Para implementar tal política, os governantes foram escolhidos preferencialmente entre engenheiros e médicos, tendo predominância dos primeiros.

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 01/04/1926. Apud SARMENTO, Carlos E. *op. cit.* p.201.

⁴⁸ Segundo Winston Fritsch, as dimensões da crise dos anos 20 só podem ser comparadas àquela que ocorreu em 1890. Seus principais efeitos foram uma rápida elevação da inflação, aliada à uma profunda crise fiscal que culminou na perda do poder aquisitivo por parte da classe trabalhadora. Suas conseqüências foram de tal monta que fez-se necessário a queima de toneladas de café para a manutenção do preço do produto. Para maiores informações ver FRITSCH, Winston. “1922: a crise econômica”. *Estudos Históricos*. vol. 6, n. 11. Rio de Janeiro: 1993. p. 3-8.

Tomando como parâmetro o primeiro prefeito da capital no período republicano, Alfredo Augusto Vieira Barcelos (1892), observamos que as profissões mais comuns são engenheiro, médico, advogado e militar, dentre aqueles que ocuparam este cargo no período de 1892 até 1931, aí incluindo-se também, Pedro Ernesto. Dos trinta prefeitos no período assinalado temos: oito engenheiros, seis advogados, seis médicos, cinco militares e cinco de profissões diversas, o que nos dá uma proporção de 26,6% de engenheiros, 20% de médicos e 20% de advogados e 16,6% de militares.

Obras como as efetuadas nos governos de Pereira Passos (1902-1906), Paulo de Frontin (1919) e Carlos Sampaio (1920-1922), trouxeram algumas modificações substanciais na capital, no intuito de adequá-la aos moldes capitalistas, dando nova expressão e trânsito aos espaços urbanos do centro do Rio de Janeiro. O desfrute dessas obras, porém, tinha alvo certo: a classe burguesa que investiu seu capital na cidade. O resultado dessas intervenções foi um claro distanciamento geográfico entre os grupos sociais, já que seu objetivo era o afastamento e controle das classes perigosas do centro da cidade. Entretanto, não se tratou de prover os meios necessários para sua instalação no novo espaço destinado a ela, o subúrbio e as áreas periféricas ao centro. Carente da presença estatal, essa zona vai crescer assustadoramente nas primeiras décadas do século passado.

Tabela 1: População por freguesias.

Grupo de Distritos	1890		1906		1920	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Freguesias						
Centro	124,2	24	119,9	15	99,2	9
Periferia do Centro	105,2	20	121,3	15	143,8	12
Zona Sul	77,6	15	119,8	15	165,9	14
Zona Norte	90,6	17	195,7	24	279,6	24
Subúrbios	58,4	11	158,9	20	331,8	29
Zona Rural e ilhas	62,3	12	89,7	11	127,3	11
Totais	518,3	100	805,3	100	1147,6	100
Em milhares de habitantes.						

Fonte: Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tabela 2: Crescimento populacional por freguesias.

Grupo de Distritos		Crescimento
Freguesias	1906/1890	1920/1906
Centro	-3%	-17%
Periferia do centro	15%	19%
Zona sul	54%	38%
Zona norte	116%	43%
Subúrbios	172%	109%
Zona rural e ilhas	44%	42%
Totais	55%	43%

Fonte: Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Como podemos perceber nas tabelas acima, algumas regiões, como os subúrbios e a Zona Norte, sofreram um crescimento vertiginoso de 109% e 43%, respectivamente, no curto espaço de quatorze anos compreendido entre 1906 e 1920. Tais números, embora aparentemente desconcertantes, não surpreendem, pois estão em consonância com o projeto republicano de zoneamento espacial e valorização imobiliária do centro financeiro da cidade.

Se, por um lado os governos conseguiram modificar substancialmente as feições do centro da cidade acarretando um decréscimo populacional, por outro, o crescimento verificado nas regiões periféricas deveria ser também controlado.

O aumento verificado nas novas zonas de habitações populares, contudo, não vinha acompanhado de um desenvolvimento no fornecimento de serviços públicos. As preocupações dos governantes e de suas políticas públicas encaravam esse novo contingente de moradores ora com um viés repressivo; promulgando leis que regulamentavam o uso do espaço público⁴⁹, ora com um viés assistencialista; já que não partia de um projeto permanente

⁴⁹ Como exemplos de regulamentações com esse objetivo podemos citar os Decretos municipais números 314 de 11/04/1903, 370 de 07/01/1903, 371 de 09/01/1903, 403 de 14/03/1903 que estabeleciam regras para, respectivamente, captura de cães, ordenha de vacas, venda de miúdos de reses e mendicidade pública.

de intervenção estatal visando sanear os problemas decorrentes dessa elevação populacional, e sim valendo-se de medidas paliativas.

Como exemplo de tais medidas, podemos citar a questão da saúde e do atendimento médico à classe trabalhadora carioca. Embora os primeiros postos de pronto socorro e assistência médica gratuitos tenham sido criados pelo prefeito Pereira Passos, em 1904, muito ainda havia por fazer. Essas primeiras unidades foram instaladas em prédios impróprios, muitas vezes em condições insalubres e a despeito da crescente demanda por estes serviços, neles faltava de tudo, médicos, material para o atendimento, espaço adequado, estrutura, enfim, demonstrava a falta de planejamento da municipalidade em relação aos serviços de saúde.

O objetivo desses postos era atender essencialmente os casos de emergência, como acidentes em geral, atropelamentos, vítimas de violência, dentre outros. Tal prerrogativa é justificada por autores como Alberto Gawryszewski⁵⁰ e Michael Conniff⁵¹ como uma nova demanda de uma cidade em rápida modernização, onde os transtornos, ocasionados por este tipo de acidente, deveriam ter seu impacto diminuído, a fim de evitar alterações significativas na rotina da cidade.

Se a instalação no novo local de moradia era ruim, a condução desse contingente para seu trabalho, em sua maioria no centro da cidade, era uma verdadeira penitência. Uma das maiores dificuldades encontradas pela população expulsa do centro da cidade era a questão dos transportes urbanos. Desconfortáveis e insuficientes, os deslocamentos dos trabalhadores para seu labor tornavam-se castigos diários, aumentando o descontentamento, como podemos notar na descrição feita pelo cronista Benjamim Costallat:

“A população é uma população exausta... É uma gente que acorda já cansada, pensando nas duas viagens de trem, no calor, na poeira, no dia que recomeça, idêntico ao da véspera e que se repetirá na manhã seguinte... O

⁵⁰ GAWRYSZEWski, Alberto. *Administração Pedro Ernesto: Rio de Janeiro (DF) 1931-1936*. Niterói: PPGH-UFF, 1988. [Dissertação]. p. 179 e ss.

⁵¹ CONNIFF, Michael L. *Urban Politics in Brazil: the rise of populism 1925-1945*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981. Ver especialmente cap. 2 (“Cidade Maravilhosa”).

Rio, distante, como um monstro insaciável, absorve nas suas usinas, nos seus escritórios, nas suas repartições, aquela população inteira que, à noite, ele devolve, extenuada, aos seus lares. Enquanto a grande cidade, numa orgia de luz, espreguiça-se pelas avenidas lindas e floridas... os subúrbios soturnos e tristes, adormecem estafados, uma noite curta que acabará cedo, pela madrugada, ao apito do primeiro trem...⁵²

A dureza das condições de vida da população das zonas periféricas fez também com que esse contingente buscasse a organização como resposta à nova realidade na região, ocasionando o surgimento de ligas, associações, grêmios e centros que buscavam melhorias urbanas, tornando-se assunto corrente na imprensa carioca. A importância crescente assumida por estas organizações pode ser percebida à medida que estes jornais dedicavam colunas específicas para a cobertura dos movimentos sociais. Citamos como exemplo, o *Jornal do Brasil* que possuía uma coluna diária intitulada “O Operariado” responsável pelas divulgações da pauta semanal de tais associações.

A luta em busca da melhoria das condições materiais foi travada durante toda a década de 1920 num ritmo ascendente, devido ao maior rigor dispensado pelas autoridades policiais aos reclamos da população. A saída encontrada pelos governantes foi o aumento da repressão aos trabalhadores como visto durante o governo de Artur Bernardes, que passou tristemente para a história por ter levado a cabo seu mandato (1922-1926) quase todo sob “estado de sítio”.

“Entre 1923 e 1924, sob pretexto de conexões com os militares revoltosos dos levantes tenentistas, são presos e deportados vários líderes operários, tendo sido fechados jornais da imprensa operária (p. ex., *Movimento Comunista*, *Voz Cosmopolita*, *O Alfaite*) e invadidas pela polícia algumas sedes importantes de associações sindicais, como a União dos Operários e

⁵² COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural / Divisão de Editoração, 1980. p. 74-75.

Construção Civil e o Centro Cosmopolita (empregados em hotéis e restaurantes), no Rio de Janeiro.”⁵³

No entanto, depois de muitos embates, foi a partir dos anos 1920 que podemos observar o início de uma relativa mudança no caráter da intervenção estatal, fruto de pressões de várias ordens na sociedade. Apontava-se que o poder público deveria adotar medidas no intuito de minimizar a miserável situação dessa população, o que denota uma diferença na postura assistencialista, muitas vezes individualizada ou promovida através dos clubes de caridade, que vinha sendo adotada durante todo período republicano. Uma das marcas desse momento foi a ausência de leis sociais de amplo alcance, como reclamado pelo movimento operário. A atuação dos governos era muito mais sentida por sua face repressiva do que a sua intervenção no intuito de dirimir as desigualdades sociais.

O surgimento de editoriais como do *Correio da Manhã* citado na epígrafe do capítulo, deve ser analisado como uma alteração na postura em relação às reivindicações populares. Pouco tempo havia decorrido desde grande campanha que tomou conta de quase toda imprensa e que causou grandes debates na sociedade, a favor do arrasamento do Morro do Castelo e que teve como móvel principal as comemorações do Centenário da Independência, minimizando-se nos discursos os impactos sociais para as famílias que lá moravam⁵⁴.

As mudanças operadas pelos “governos dos engenheiros” enfatizaram transformações espaciais na face da cidade (Pereira Passos e Paulo de Frontin, principalmente) deixando à mostra o tecido social. Percebia-se como uma função estatal a regeneração do corpo social e, paulatinamente, a

⁵³ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 286.

⁵⁴ Ver por exemplo: MOTTA, Marly Silva da. *A Nação Faz 100 Anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992 e KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

sociedade começava a entender que, em se tratando da *problemática social*, o “olhar dos médicos” poderia ser de grande valia.

Desde o século anterior, os médicos vinham estendendo sua influência ao urbanismo devido à amplitude de seu discurso e aos avanços conseguidos pela medicina “...questionava-se a era dos grandes engenheiros e se justificava a ascensão dos médicos, daqueles capazes de cuidar do ‘corpo social’ na condução do Executivo Municipal”⁵⁵. É com essa legitimidade que vamos encontrar os médicos orientando as políticas públicas e se imiscuindo nelas.

De médico a “tenente”

Fruto dessa nova conjuntura, Pedro Ernesto Baptista, viveu intensamente os embates de sua época. Pernambucano de nascimento radicou-se no Rio de Janeiro para concluir seus estudos na Faculdade de Medicina, iniciados na Bahia, após dificuldades financeiras vividas por sua família em Pernambuco. Ainda como estudante, vendia desenhos para custear os estudos.

Sua carreira teria começado em uma farmácia-prática no bairro do Riachuelo, e como não podia aviar receitas, consegue um médico para emitilas, Augusto do Amaral Peixoto⁵⁶, com quem vai travar uma forte amizade e que mais tarde vai ser seu assessor em sua casa de saúde.

Num momento em que precisava se estabelecer no mercado, a ajuda profissional fornecida por Amaral Peixoto foi fundamental. O convívio com

⁵⁵ SARMENTO, Carlos E. *op. cit.* p. 201.

⁵⁶ Médico carioca que combateu a Revolta da Armada durante o governo de Floriano Peixoto. Ajudou Pedro Ernesto no início de sua carreira e foi assessor da Casa de Saúde Pedro Ernesto e chefe de gabinete na Prefeitura do Distrito Federal, durante a administração de Pedro Ernesto. Assumiu interinamente a prefeitura durante os meses de outubro de 1934 a abril de 1935 devido às eleições para o legislativo e o executivo municipal. Ver LEMOS, Renato. *In: DHBB*. Versão CD-ROM.

Amaral Peixoto aproxima Pedro Ernesto dos seus filhos, Augusto Junior⁵⁷ e Ernani⁵⁸. Os dois eram jovens oficiais que se incorporaram à oposição militar ao governo de Artur Bernardes e, mais tarde, participaram ativamente do movimento tenentista. A intimidade com a família Amaral Peixoto levaria ao convívio com a família Vargas, de quem se torna próximo ao salvar a vida de seu filho, Lutero Vargas, após um acidente automobilístico⁵⁹.

Seu sucesso como cirurgião vai alcançar grande parte da cidade, e já no final da década de 1910, inaugura a sua *Casa de Saúde Pedro Ernesto*, uma instituição especializada em cirurgia, ginecologia e obstetrícia, bem aparelhada e com uma equipe médica de alto nível, auferindo grande reputação no Distrito Federal em matéria de atendimento médico. É importante ressaltar que em meio ao atendimento da classe média carioca, Pedro Ernesto dava consultas gratuitas em sua Casa de Saúde. Alcançando enorme prestígio entre as classes populares e, principalmente, entre a colônia portuguesa, torna-se sócio-benemérito de agremiações lusas e recebendo assim, algumas vezes, doações como, por exemplo, o extenso terreno onde constrói sua Casa de Saúde, que lhe foi doado por uma senhora por ele tratada.

Segundo Gawryszewski, o filho de Pedro Ernesto, Odilon Baptista, em depoimento ao CPDOC/FGV, vai colocar que a Casa de Saúde "...só deu prejuízo, pois quase não cobrava dos que não podiam pagar, o que era às

⁵⁷ Augusto do Amaral Peixoto Júnior nasceu em 07 de dezembro de 1901 e faleceu em 29 de julho de 1984. Sua trajetória pessoal está intimamente ligada aos ideais tenentistas. Militar da marinha desde 1919, ainda jovem, Augusto foi um dos líderes da revolta do *Encouraçado São Paulo*, fato que marcou sua participação na oposição durante os anos 1920. Após a Revolução de 1930, movimento que Augusto participou intensamente das articulações a partir do sul do país, viria a assumir a tesouraria do Clube 3 de Outubro. Fortemente marcado pelas posições militaristas, foi eleito deputado federal pelo Partido Autonomista do Distrito Federal em maio de 1933. A partir de 1935, juntamente com Luis Aranha, fez oposição ao governo de Pedro Ernesto. Ver LEMOS, Renato. In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

⁵⁸ Ernani do Amaral Peixoto nasceu em 14 de julho de 1905 e faleceu em 12 de março de 1989. Assim como o irmão, iniciou sua carreira política a partir do contato com o tenentismo nos meios militares da Marinha após a revolta do *Encouraçado São Paulo*. Participou da fundação do Clube 3 de Outubro e filiou-se ao Partido Autonomista do Distrito Federal em 1933 e foi responsável pelas zonas eleitorais de Irajá e da Penha. Foi nomeado interventor do Rio de Janeiro em 1937. Ver MOREIRA, Regina da Luz e SOUZA, Luis Otávio de. In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

⁵⁹ Os dados biográficos de Pedro Ernesto foram consultados de BRANDI, Paulo in: *DHBB*. Versão CD-ROM.

vezes a sua maior clientela”⁶⁰. Parte de sua imagem de “médico bondoso” foi construída nessa época. Boa parte dos estudos sobre o prefeito não problematiza satisfatoriamente sua carreira, contentando-se em aceitar seu sucesso como empresário da saúde. No entanto, a pesquisa apontou que, se por um lado, sua fama como cirurgião cresceu consideravelmente, a administração da casa de saúde passou por maus bocados.

Sua crescente fama como bom médico lhe traria também a exposição nas páginas da imprensa carioca. O episódio do financiamento para sua segunda casa de saúde vai, rapidamente, chamar a atenção dos jornais. Pedro Ernesto solicita crédito junto ao Banco do Brasil, mas o caso toma proporções de escândalo. Alguns jornais, como, por exemplo, *A Esquerda*⁶¹, apontam o início dos problemas quando o presidente Washington Luís, vítima de uma crise de apendicite aguda, é operado em seu estabelecimento e a direção da instituição cobra pela cirurgia. A partir daí, o episódio toma outro rumo. O valor solicitado junto à instituição financeira é inicialmente negado, apontando indícios de intervenção do Governo Federal, e culminou no pedido demissão do presidente do banco, o Sr. José da Silva Gordo.

O debate trouxe à tona a questão do papel do Banco do Brasil no financiamento para investimentos privados e também seu uso eleitoral. Em comunicado oficial, Pedro Ernesto escreveu uma carta à imprensa dando sua versão dos fatos, onde alega ser somente diretor-médico e que não tomava parte da área comercial.

Podemos considerar o começo de sua carreira política quando ele toma contato com as idéias do movimento tenentista, a partir de discussões com o primo de sua esposa, Aníbal Duarte, que foi militar e ajudante-de-ordens de Hermes da Fonseca e, após participar de combates em 1922, teve a vida

⁶⁰ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.* p. 8.

⁶¹ *A Esquerda*. 18/09/1929. Arquivo Pedro Ernesto CPDOC/FGV. *A Esquerda* foi fundado por Pedro Mota Lima em 06 de julho de 1927 no Rio de Janeiro e extinto em agosto de 1933 devido à dificuldades financeiras. De cunho nacionalista e interessado nas causas da classe trabalhadora, o jornal era identificado com o Partido Comunista Brasileiro, embora não fosse seu órgão oficial. Apesar de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas em 1930, manteve uma postura de relativa independência perante o Governo Provisório colocando-se contra as arbitrariedades dos interventores e chamando a reconstitucionalização. Ver *A Esquerda* In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

ceifada devido aos maus tratos que recebe na prisão. O tenentismo é parte importante na formação política de Pedro Ernesto. Sua participação mais direta com o movimento tenentista se dá por volta de 1924, quando se envolve na trama para os levantes deste ano.

Com formação oposicionista, desde o início do movimento que Pedro Ernesto acompanhava suas ações. No entanto, um aspecto interessante de seu *batismo político* se dá quando do levante do Forte Copacabana em 1922. Após saber do processo, Pedro Ernesto vai até o local, mas só encontra o sangue nas areias de Copacabana. Segundo Carlos Eduardo Sarmento tal fato:

“...marcaria profundamente o médico, que passaria a acompanhar atentamente os movimentos rebeldes da jovem oficialidade e a oposição civil ao governo federal, tanto que em outubro de 1924 Pedro Ernesto encontrava-se diretamente envolvido com as conspirações em torno de um levante da marinha em apoio à revolta tenentista de São Paulo”⁶².

Seu prestígio junto aos tenentes será tanto que, em depoimento ao CPDOC/FGV em 1975, Augusto do Amaral Peixoto cita uma carta onde havia a data da revolução, e que somente três pessoas sabiam:

“Pedro Ernesto, aqui, foi o principal elemento; tanto que nesta carta, a comunicação foi feita a ele, reconhecendo nele a chefia civil e militar. E ele foi, realmente, o chefe civil e militar aqui no Rio de Janeiro. Ele tinha contatos com todos os oficiais revolucionários. Tudo que era pessoal do Exército e da Marinha que estava ligado à Revolução freqüentava a Casa de Saúde de Pedro Ernesto e era através dele que tinham conhecimento de todas as providências a serem tomadas”⁶³

Seu engajamento na causa tenentista foi de tal monta que era conhecido como *tenente-civil*, e sua casa de saúde passou a ser o quartel-general dos

⁶² SARMENTO, Carlos E. *op. cit.* p. 95.

⁶³ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.* p. 9.

revolucionários, com parentes dos tenentes lá morando e suas ambulâncias transportando armamentos. Cumpriu também um papel importante na tomada do encouraçado *São Paulo*, pois é o principal fornecedor de clorofórmio usado na operação, instruindo os tenentes em seu uso.

Da Oposição ao Governo

A direção da prefeitura do Distrito Federal era, sem dúvida alguma, um cargo altamente estratégico e, portanto, bastante cobiçado. A Junta Militar que toma posse em 1930 tem clareza desse aspecto, e nomeia, antes mesmo de sua chegada na Capital Federal, o político Adolfo Bergamini⁶⁴ para a interventoria.

Sua nomeação tem sentido de mudança nos rumos da política local. Bergamini ingressou na política em 1921, ao eleger-se Intendente Municipal do Rio de Janeiro. Em 1924 foi eleito deputado pelo Distrito Federal. Sua trajetória foi marcada pela oposição às leis que coíbiam os movimentos sociais como, por exemplo, a Lei Celerada de 1927 que previa a intervenção em sindicatos, associações, reprimia greves e proibia a difusão de propaganda considerada contrária à ordem e segurança públicas.

Sua atuação como parlamentar opositor rendeu a reeleição em 1927, tendo fundado, ainda no mesmo ano, o Partido Democrático Nacional (PDN) com a intenção de aglutinar as oposições de todo o país para uma ação de escala nacional. Em 1929, o PDN aliou-se à Aliança Liberal, tendo

⁶⁴ Adolfo Bergamini nasceu em 11 de outubro de 1886 e faleceu em 07 de janeiro de 1945. Jornalista, com passagens pela *Folha do Dia*, *Jornal do Comercio e Correio da Manhã*, elegeu-se intendente municipal do Distrito Federal em 1921. Em 1924, foi eleito deputado federal e atuou como importante tribuno de oposição ao governo Artur Bernardes (1922-1926). Foi nomeado interventor do Distrito Federal em novembro de 1930. Sua gestão iniciou a construção de algumas escolas, criou comissões de sindicância e concentrou-se no saneamento das finanças da prefeitura e no pagamento dos salários atrasados do funcionalismo. Sua administração sofreu forte pressão do Clube 3 de Outubro, que em outubro de 1931 apóia a nomeação de Pedro Ernesto para a Interventoria do Distrito Federal. Ver PANTOJA, Sílvia. In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

Bergamini como o principal articulador da propaganda a favor da candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa no Distrito Federal. Essa aliança lhe valeu, em novembro de 1931, a indicação para a interventoria da Capital Federal, cargo que ocupa em parte devido ao fato de ser uma referência política próxima dos movimentos sociais, pelos quais se aproximara desde seu mandato parlamentar, tais como, a organização de comícios de oposição ao governo de Washington Luís e às constantes violações das garantias individuais. Sua nomeação parecia ser o início da renovação política pretendida pela Revolução de 30. Segundo Carlos Eduardo Sarmiento, Bergamini:

“seria assim o paladino dos novos tempos, um político que pudesse romper com as solidificadas relações estabelecidas sob a lógica da sobreposição de atribuições municipais e federais, que propiciaria, assim, condições para reconfigurar o campo político carioca, saneando-o dos vícios da política *carcomida*”⁶⁵.

Seu governo, porém, será marcado pelo signo da intolerância e perseguição. Em seu mandato são criadas as Comissões de Sindicância, visando vasculhar os governos anteriores atrás de provas de corrupção e irregularidades administrativas. Tal elemento acabou por se tornar sua própria *lápide política*, pois seu curto mandato como interventor foi também alvo de investigações por parte desta Comissão que solicitou a Vargas o seu afastamento do cargo. A situação se tornou de tal maneira insustentável que Adolfo Bergamini ficou menos de um ano à frente do executivo municipal.

Estava instalada a crise. E é em meio a esta que surge o nome de Pedro Ernesto para ocupar o posto que Bergamini deixou vago. Até sua indicação à interventoria da Capital Federal, Pedro Ernesto ocupava, desde o início do Governo Provisório, o cargo de diretor do Departamento Nacional de Assistência Pública, responsável pela administração do serviço de saúde.

À frente do órgão durante onze meses, Pedro Ernesto implementou medidas de caráter financeiro e administrativo, como a interrupção da

⁶⁵ SARMENTO, Carlos E. *op. cit.* p. 88.

construção do Hospital das Clínicas, situado no bairro da Mangueira, devido às suspeitas de elevados gastos para sua finalização. Outra medida de caráter administrativo tomada pelo diretor foi dotar a Inspetoria Técnica da diretoria de maior poder de controle dos gastos. Em recente trabalho sobre a reforma dos serviços de saúde na gestão Pedro Ernesto, Claudia Teixeira em sua dissertação de mestrado afirma:

“Podemos constatar que a passagem de Pedro Ernesto pelo “Departamento Nacional de Assistência Pública” caracterizou-se, sobretudo, por sua habilidade e competência em gerenciar os recursos financeiros que dispunha. Com esta capacidade, Pedro Ernesto teve a possibilidade de ampliar o número de leitos nas unidades de assistência do Distrito Federal. É possível que sua atuação bem sucedida na iniciativa privada tenha lhe fornecido os elementos imprescindíveis para que pudesse ter desempenhado, com êxito, a função que lhe fora delegada.”⁶⁶

Após um curto período de relativo sucesso, Pedro Ernesto teve seu nome indicado para a interventoria do Distrito Federal. Sua nomeação, em 29 setembro de 1931, foi em parte proporcionada pela fama obtida à frente daquele departamento, mas também devido às pressões do Clube 3 de Outubro junto a Getúlio Vargas.

A ligação de Pedro Ernesto com o Clube vem desde sua fundação, que ocorreu em fevereiro de 1931, num encontro na casa de Afrânio de Melo Franco, então ministro das Relações Exteriores. Sua primeira reunião contava com cerca de 30 “revolucionários históricos”, vinculados ao movimento tenentista, como Góis Monteiro, Augusto do Amaral Peixoto, Oswaldo Aranha e Temístocles Cavalcanti. Sua participação como articulador civil do movimento tenentista, propiciou uma aproximação do círculo mais restrito do poder, chamado pela imprensa de *Gabinete Negro*, grupo que reunia civis, tenentes e revolucionários, que se agrupavam em torno de Getúlio a fim de discutir as bases políticas de seu governo.

⁶⁶ TEIXEIRA, Claudia R. Rodrigues Ribeiro. *A Reforma Pedro Ernesto (1933): perdas e ganhos para os médicos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: PPGH-COC-FIOCRUZ, 2004. p. 21. [Dissertação].

Das reuniões do *Gabinete* surgem os fundamentos do Clube 3 de Outubro, com o propósito de fortalecer politicamente suas posições dentro do governo, além de buscar fazer frente à oligarquia que havia apoiado Vargas na Revolução de 1930.

Como um dos idealizadores do clube, Pedro Ernesto justificava assim a sua criação:

“A reunião a que estamos assistindo é a revelação de que o povo representado em todas as suas esferas já compreendeu que os ideais revolucionários são os princípios verdadeiros que consubstanciam as aspirações nacionais.

A agremiação que irmana os elementos verdadeiramente revolucionários é o ‘Clube 3 de Outubro’, que, disseminando-se pelo país, vai levando a propaganda dos nossos ideais e reunindo os brasileiros que desejam o progresso de sua terra e sua grandeza, num só bloco, que se torna em pouco tempo a força real da nacionalidade.”⁶⁷

Para além de consolidar-se politicamente, o Clube procurava centralizar os ideais propagados pelo movimento tenentista que, segundo eles, havia se dispersado após a vitória da Revolução de 1930. Sua atuação tinha como fundamento exercer pressão sobre o governo varguista para a implementação das propostas tenentistas. Inicialmente contrário à reconstitucionalização, o Clube foi importante elemento de contraposição aos opositores do Governo Provisório, principalmente as oligarquias regionais. Após certa pressão por parte de elementos oposicionistas, os membros do Clube apresentaram um esboço programático em fevereiro de 1932.

O programa defendia uma atuação forte do Estado, que seria assessorado por conselhos técnicos intervindo em todos os níveis de governo. Marcado pelo corporativismo, propunham uma representação setorial e regional, com eleição indireta do Legislativo. Suas propostas sociais e econômicas tinham um caráter de reforço da intervenção estatal, com a criação

⁶⁷ Arquivo Pedro Ernesto Baptista, FGV/CPDOC, PEB pi 1931.00.00/2.

de instâncias de controle do mercado e da iniciativa privada, além da criação de leis sociais e trabalhistas.

Seu programa previa a execução das propostas mais radicais do movimento de 1930, sendo, portanto contra a reconstitucionalização do país, que, segundo sua visão, atrasaria o processo de mudança tão necessária ao país.

“Ao clube interessam os governos como propulsores de progresso. Interessam os partidos como compromissos momentâneos entre o passado e o presente. Mais que uns e outros, interessa-lhe o futuro da comunhão social.

Os regimes democráticos são cultura de todos os germens e nele sempre é possível a fermentação dos grandes ideais. As grandes realizações são porém a obra das ditaduras que se implantam com programa definido e apoiadas em forte corrente de opinião nacional.⁶⁸

O primeiro presidente do Clube foi Góis Monteiro, ficando na presidência até junho, quando se desloca para o Vale do Paraíba para assumir o controle de tropas federais e acompanhar o governo do interventor João Alberto em São Paulo. Devido à vacância do cargo, Pedro Ernesto assume a presidência em junho de 1931. A agremiação vai até 1932 assumir grande prestígio junto ao Governo Federal e vários “tenentes” foram nomeados por Vargas para cargos de interventores em todo o país. Além de Pedro Ernesto, que assumiu o cargo no Distrito Federal, João Alberto Lins de Barros que é indicado para a interventoria de São Paulo e Juarez Távora que coordena a Delegacia Regional do Norte, sendo apelidado de *Vice-Rei do Norte*, tamanha era a extensão de seus poderes.

Neste sentido, Pedro Ernesto se torna um elemento de total confiança por parte do Governo Provisório, sendo apontado em alguns estudos como um

⁶⁸ Arquivo Augusto do Amaral Peixoto (AAP) 3f. CPDOC-FGV. *Manifesto, estatutos e programa do Clube 3 de Outubro*, 1933. Rio de Janeiro.

“importante elemento de ligação entre os tenentes e a Presidência da República”⁶⁹.

É certo que o político que assumiu a interventoria do Distrito Federal em setembro de 1931 não era mais o mesmo jovem idealista que militara nas fileiras tenentistas nos idos de 1922. À medida que os tenentes foram sendo incorporados em funções governamentais, ocorreram significativas alterações em seu programa. De rebeldes armados combatentes dos vícios da Primeira República, a componente de várias instâncias governamentais e defensores da ditadura, o tenentismo passou por uma década de rupturas e alterações profundas.

Em seus primórdios, os tenentes se identificavam com um programa essencialmente liberal, defendendo eleições “limpas”, voto secreto, moralização dos costumes políticos e oposição à hipertrofia do poder executivo. Como caracterizado pela historiadora Anita Prestes: “o liberalismo é a concepção ideológica do tenentismo durante os anos 1920”⁷⁰.

Para a autora, movimento não foi capaz de elaborar um programa independente devido não só a ausência de uma base social, já que o mesmo era essencialmente composto por elementos oriundos de setores médios urbanos, subordinados a elementos civis e militares que estavam à cabeça do movimento de 1930, como pela desorganização dos setores populares e da hegemonia das oligarquias agrárias.

Outra razão aponta Anita Prestes, seriam as fragmentações e rupturas internas como no caso de sua maior liderança da década de 1920, Luis Carlos Prestes, que adere ao comunismo em 1930, e a morte, em um acidente de avião, no mesmo ano de Siqueira Campos, importante articulador com as forças civis em São Paulo, especialmente o Partido Democrático, deixando assim acéfalo o movimento. Por tudo isso, os tenentes teriam somente como

⁶⁹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 99.

⁷⁰ PRESTES, Anita. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 19.

alternativa “aderir às posições que viriam a predominar com a vitória do movimento armado de 30, liderado por Getúlio Vargas”⁷¹

Um governo de reformas.

O cenário do Distrito Federal nas primeiras décadas do século passado não era nada animador. Apesar de várias modificações tentadas por diferentes governos, problemas de toda ordem se avolumavam e pediam a intervenção do executivo na Capital Federal. Governar a cidade significava ter que administrar uma “vitrine”, foco das atenções e palco das principais manifestações políticas desde os tempos da Colônia. O Rio de Janeiro, principalmente após a Proclamação da República, foi local de tensões de alcance nacional como, por exemplo, a Revolta da Vacina de 1904, a Revolta da Armada de 1910 e os levantes tenentistas de 1922 e 1924.

O governo de Pedro Ernesto, tributário dos ideais da Revolução de 1930, elaborou um programa que se fundamentava no atendimento das necessidades básicas de saúde e educação para a maioria da população trabalhadora. Outro eixo a ser ressaltado em sua administração foi a profissionalização do corpo burocrático municipal, elaborando leis sociais e de assistência aos empregados da municipalidade antes mesmo da esfera federal. Exemplos desse tratamento dispensados aos funcionários são os decretos que regulamentam as férias, licença-maternidade, segurança no trabalho, licença médica, regime de oito horas de trabalho e salário mínimo⁷².

O seu governo, baseado no binômio educação e saúde, foi responsável por diversas reformas nestas áreas, ampliando sobremaneira a rede de hospitais e escolas. Para levar a cabo seu projeto, Pedro Ernesto cercou-se de nomes reconhecidos para seu secretariado. Na saúde – então denominada

⁷¹ *Idem*, p. 22.

⁷² GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.* p. 26.

Secretaria de Assistência Municipal – foi nomeado o médico Gastão de Oliveira Guimarães, e para a Secretaria de Instrução foi escolhido o reconhecido educador baiano Anísio Teixeira.

A indicação do médico e professor Gastão Guimarães buscava aliar a excelência acadêmica com a prática médica necessária para um plano de tamanha envergadura como o proposto pelo governo. Além de participar constantemente de bancas universitárias, também havia ocupado a Comissão de Higiene responsável pelos distritos da Lagoa e da Gávea, órgão ligado à Diretoria de Saúde Pública do Governo Federal.

Para a execução das reformas na saúde, foi elaborado um minucioso relatório, cuja redação coube ao doutor Annibal de Moraes Mello. Neste relatório, cujas pesquisas começaram em agosto de 1932, constavam as carências de leitos, profissionais e unidades, todos em números julgados insuficientes para a demanda então existente. A situação da saúde no Distrito Federal não era estranha a Pedro Ernesto, que anteriormente havia ocupado o cargo de diretor da Assistência Pública, pelo curto período de onze meses, nos quais suas principais tarefas foram o saneamento das finanças e a administração das verbas públicas destinadas à construção de novos hospitais.

Como era seu método desde os tempos de diretor do Departamento Nacional de Assistência, Pedro Ernesto visitou pessoalmente algumas unidades de atendimento municipal, constatando a necessidade urgente da reformulação da rede de saúde.

Além do relatório e das visitas, não foi possível ignorar as constantes denúncias que figuravam diariamente nas páginas dos principais periódicos da época, sobre o precário sistema de saúde da Capital Federal.

A percepção do governo era que se fazia necessário uma total remodelação dos serviços de saúde municipais. A reforma Pedro Ernesto, instituída pelo decreto nº. 4.252 de 8 de junho de 1933, e modificada pelo decreto nº. 5.046, de 14 de junho de 1934, organiza e sistematiza a dispersa rede de saúde municipal. Na verdade, estes decretos criam, de fato, a rede municipal de assistência, que até então, existia mais “no papel” que de forma efetiva. O objetivo dos decretos é ampliar o alcance da Diretoria Geral de

Assistência Municipal (DGAM), regulando suas funções e abrangendo todas as modalidades de assistência social. A reforma médica instituiu ainda o Instituto de Ensino, encarregado da formação e capacitação de novos profissionais de saúde, e o Conselho Técnico, cuja função era supervisionar o funcionamento das unidades de saúde, produzindo relatórios periódicos sobre as condições da assistência municipal. O resultado dessas medidas não se fez esperar.

Tabela 3:

Serviços prestados pela Diretoria Geral Assistência Municipal (DGAM)					
Ano	Emergência	Consultas	Curativos	Intervenções	Injeções
1930	60.318	56.028	50.783	2.432	24.428
1931	61.702	67.402	64.569	2.310	38.518
1932	67.873	91.491	75.906	2.785	47.312
1933	73.235	147.993	68.549	5.656	63.932
1934	93.048	252.393	153.892	17.838	178.301
1935	100.999	-----	-----	-----	-----

Fonte: Prefeitura do Distrito Federal. *Boletim da Assistência Municipal*, Ano 1, 1935. p. 118/9.

Como podemos perceber pelos dados da tabela 3, o número de atendimentos na Assistência Municipal teve um aumento extraordinário, com um percentual dos serviços de emergência crescendo em cerca de 67,44% desde 1930 até 1935. Já para as consultas o índice foi ainda mais espantoso, chegando a 350,47% no mesmo período. Além do aumento do número de postos de saúde, foram inaugurados na sua gestão diversos hospitais que ainda se mantêm com intensa atividade. Construções hospitalares de grande porte como os hospitais Miguel Couto, Getúlio Vargas, Carlos Chagas, Rocha Faria, Manuel Villaboin, Hospital Jesus, entre outros, são marcas de sua administração no Distrito Federal. A instituição de um sistema como esse de atendimento à população trabalhadora e que abrangia bairros diversos, como Campo Grande, Vila Isabel, Penha, Marechal Hermes, Gávea, tornaram visíveis as obras de seu governo. Essa estratégia motivou a ampliação de sua popularidade na cidade. Se tomarmos os números do aumento dos

atendimentos de consultas médicas na cidade, temos a dimensão da ampliação do aparato estatal promovido pela administração. Toda essa estrutura era habilmente controlada pelo governo em prol da construção de uma imagem “realizadora”, que atendia às demandas da população e da cidade como um todo.

Esse crescimento do poder de intervenção estatal nos serviços públicos, projetou na população, e mesmo na sociedade civil, a imagem de um Estado preocupado com os problemas sociais, expediente tão caro nas práticas populistas. As obras eram sempre acompanhadas de uma solenidade que divulgava os feitos da Prefeitura, além da cobertura da imprensa. O lançamento, em 1934, da pedra fundamental dos hospitais da Gávea, Vila Isabel, e Jesus, assim foi descrita pelo jornal *O Globo*:

“Assim, o Sr. Pedro Ernesto vai dando cumprimento ao plano a que se traçou de dotar esta capital dos múltiplos serviços de assistência à altura de suas necessidades impostas pelo seu desenvolvimento vertiginoso.”⁷³

Se na saúde o governo investia bastante, a ponto de expandir muito a rede de atendimento médico no município, na outra área do binômio que marca sua gestão, a educação, o governo Pedro Ernesto também é considerado um marco.

Como dissemos acima, sua administração teve a preocupação de manter um secretariado com amplo reconhecimento nas áreas prioritárias de seu governo. A reformulação por que passava a educação a partir da década de 1920, refletiu também na escolha do secretário. O educador baiano Anísio

⁷³ *O Globo*, 06/01/1934. p. 3. Jornal carioca fundado por Irineu Marinho em julho de 1925 e um dos mais importantes periódicos atualmente em circulação. De um perfil ideológico inicialmente simpático às causas populares e ao tenentismo, após a morte de seu fundador mudou para uma posição favorável ao capital estrangeiro no país e contrário aos princípios da Aliança Liberal. Sob a direção de Roberto Marinho, já durante a década de 1930, o jornal apoiou com reservas o governo varguista, clamando pela reconstitucionalização e contra os “extremismos” tanto da ANL como do Integralismo. Durante os últimos anos do Estado Novo, *O Globo* alinhou-se àqueles que queriam a volta do governo democrático. Nos anos seguintes, o jornal assumiu uma postura liberal diferenciada da sua origem, voltando-se contra as organizações populares, especialmente os comunistas. Ver LEAL, Carlos Eduardo e MONTALVÃO, Sergio. In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

Spínola Teixeira⁷⁴, nome de imenso prestígio na educação nacional e internacional, era, sem dúvida, a pessoa mais qualificada para o cargo. Discípulo do estadunidense John Dewey, que priorizava o aluno como centro do processo educacional, incitando-o a ser parte ativa na sua formação, Anísio Teixeira teve uma carreira bastante precoce e com grande reconhecimento.

Nascido no ano de 1900, o educador teve suas primeiras nomeações para cargos públicos na Bahia, seu estado natal. Foi inspetor-geral de ensino em 1924 e professor catedrático de filosofia e história da educação na Escola Normal de Salvador. Entre 1924 e 1927 Anísio realizou uma grande reforma educacional em seu estado. Triplicou o número de matrículas oferecidas e dobrou o orçamento destinado à educação.

Em 1927, Teixeira viaja aos Estados Unidos onde toma contato com as idéias de Dewey, retornando dois anos depois para ser seu orientando no *Teacher's College of Columbia University*, onde obteve o título de *master of arts*. Sua estada nos Estados Unidos foi responsável pelo seu contato com a teoria ligada ao *escolanovismo*. Essa concepção educacional começou a ser formulada a partir das críticas à pedagogia tradicional. Segundo seus adeptos, a escola tradicional se fundava num modelo livresco, já ultrapassado pela realidade das grandes cidades e pela busca da modernização. O ensino baseado no acúmulo e repetição de conhecimentos adquiridos no ambiente escolar não seria o mais apropriado a um mundo em constante mudança como aquele das primeiras décadas do século XX.

⁷⁴ Anísio Spínola Teixeira nasceu em julho de 1900 e faleceu em março de 1971. Um dos mais influentes educadores brasileiros, com reconhecimento internacional. Foi discípulo de John Dewey, e precursor das idéias do movimento de renovação educacional que ficou conhecido como *Escola Nova*. Além de Secretário de Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio exerceu diversos cargos, dos quais podemos ressaltar: reitor da Universidade do Distrito Federal, reitor da Universidade de Brasília, conselheiro de educação da Unesco, secretário de educação e saúde da Bahia, secretário-geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), dentre outros. Sua reforma educacional no Distrito Federal, levou escolas a diversos bairros da cidade e expandiu muito a rede escolar e o número de crianças matriculadas na rede pública. Sua gestão, no entanto, enfrentou forte oposição da Igreja Católica, que o acusava de propagar uma escola laica e o “comunismo ateu”. Anísio, após os acontecimentos da *Intentona Comunista*, do qual foi acusado de simpatizante, teve vários embates com a oposição católica, o que acarretou seu pedido de demissão do governo em dezembro de 1935. Ver COUTINHO, Amélia. In: *DHBB*. Versão CD-ROM.

Segundo o pensamento de Dewey, a aquisição do conhecimento escolar deveria partir da experiência com o mundo real e não mais no acúmulo de conhecimentos dos mestres. A educação deveria ser um instrumento para a dinamização das estruturas, de acordo com as atitudes individuais, estimuladas tendo como referência a realidade do aluno. Também a relação professor-aluno deveria sofrer uma radical transformação: o aprendizado deveria se dar com estímulos dos professores aos seus alunos, a partir de um ambiente propício para a prática docente.

O problema educacional no Brasil, e especialmente na capital republicana, não era novo. Porém, somente em fins da década de 1920 efetuou-se uma ampla reforma, levada à frente pelo professor Fernando Azevedo, secretário de Instrução Pública do prefeito Antonio Prado Júnior. Como posto na citação acima, no pensamento *escolanovista* a estrutura das escolas era fundamental para a efetivação da metodologia. A realidade estrutural das escolas do Distrito Federal, no entanto, era desoladora. Segundo um levantamento feito em 1927, a prefeitura possuía 236 prédios escolares com a seguinte apresentação:

“(...) 147 eram de aluguel, e 89 próprios municipais. Dos prédios de aluguel, todos eram prédios de residência, sendo a maior parte em péssimo estado de conservação. Dos 89 próprios municipais, mais de 60 eram residências particulares, adaptadas pela prefeitura para escolas.”⁷⁵

Essa realidade era incompatível com o planejamento dos educadores *escolanovistas* e a reforma efetuada por Fernando de Azevedo, em 1928, também seguidor desta metodologia, previa o aproveitamento e a reconstrução dos prédios municipais. A Reforma Fernando Azevedo, como ficou conhecida a lei 3.281 de janeiro de 1928, instituiu, dentre outras medidas, o Conselho de Educação, o cadastro escolar, as inspetorias regionais, as inspetorias médico-dentárias, o quadro de enfermeiras visitadoras, as cooperativas e caixas escolares, os museus escolares, o código disciplinar e as subdiretorias. Como

⁷⁵ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.* p. 85.

aponta Gawryszewsky⁷⁶, a intenção desta reforma foi a de reorganizar o caótico sistema educacional carioca, que possuía leis em demasia sem, no entanto, proporcionar uma gerência racional do sistema.

Da Reforma Fernando Azevedo o sistema educacional carioca teve como resultado material a construção de 9 prédios escolares e o novo Instituto de Educação, obra mais importante daquela administração. Esse prédio, uma grande construção em estilo colonial, situada à rua Mariz e Barros na Tijuca, com 64 salas de aulas e laboratórios, 14 salas de administração, 3 bibliotecas, serviço médico e dentário, além de ginásio de esportes e um pavilhão de jardim de infância.

Essas medidas abriram caminho para o trabalho que Anísio Teixeira realizaria a frente da Diretoria de Instrução Pública no Distrito Federal. Nomeado em outubro de 1931, Teixeira elaborou um extenso plano de reestruturação da educação municipal. A abrangência de sua reforma atingiu todos os níveis de ensino, desde a escola primária até a universidade, alterando substancialmente as estruturas educacionais.

Uma das primeiras preocupações do secretário foi com o índice de repetência encontrado nas séries iniciais. Em 1932, cerca de 47% dos alunos da primeira série faziam novamente o curso, 30,8% faziam pela segunda vez, 10,7% cursavam a série inicial pela terceira vez⁷⁷. O Serviço de Promoção e Classificação de alunos, criado em fevereiro de 1932 buscava sanear esse problema, comum não só nas primeiras séries, mas em todos os segmentos escolares, classificando os alunos em turmas diferenciadas e níveis adequados ao ritmo do aprendizado dos alunos, além de permitir uma atenção maior às diferenças individuais.

A reorganização dos serviços educacionais se deu em todas as frentes no Distrito Federal. Teixeira elaborou políticas não só preocupado com os alunos como também viu que seria imprescindível a capacitação do quadro docente. Para tanto, ele investiu na reestruturação da *Escola Normal*, que passou a chamar-se a partir de 1932, *Instituto de Educação*, construindo novos

⁷⁶ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.* p. 85-89.

⁷⁷ TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p.146.

laboratórios, ateliês, salas-ambientes, uma rádio-escola e estúdios de música. Teixeira elevou também os salários dos profissionais de educação e unificou as carreiras do magistério.

Um dos aspectos fundamentais da Reforma Anísio Teixeira foi a construção de prédios escolares. Instituí-se a Comissão do Serviço de Prédio e Aparelhamento Escolar, dirigido pelo professor Nereu Sampaio, com a incumbência de elaborar um Plano Regulador das Edificações Escolares, tendo em vista o quadro caótico dos prédios municipais. Durante sua gestão Teixeira inaugurou 26 novos prédios escolares, localizados em grande parte na zona suburbana da cidade, ampliando sobremaneira o número de alunos atendido pela rede municipal de saúde.

Tabela 4:

Escolas construídas durante a gestão Pedro Ernesto		
Nome	Bairro	Alunos
Gal. Tramposwky	Leme	1000
Pedro Ernesto	Gávea	1000
México	Botafogo	1000
Machado de Assis	Santa Teresa	560
Santa Catarina	Santa Teresa	1000
Chile	Olaria	1000
São Paulo	Brás de Pina	1360
Pernambuco	Maria da Graça	1000
Paraná	Cascadura	1000
Honduras	Jacarepaguá	1000
Paraguai	Mal. Hermes	1000
Nicarágua	Realengo	1000
Ceará	Inhaúma	1000
Getulio Vargas	Bangu	2000
Argentina	Vila Isabel	2000
Paraíba	Anchieta	1000
Pará	Anchieta	1000
Venezuela	Campo Grande	1000
Visconde de Mauá	Marechal Hermes	1300
Mato Grosso	Irajá	1000
Conde de Agrolongo	Penha	1000
Humberto de Campos	Mangueira	240
Minas Gerais	Urca	240
Bahia	Bonsucesso	1000
Rio Grande do Sul	Engenho de Dentro	2000
		Total: 26.700

Fonte: Anais da Câmara Municipal. Abril-Maio de 1935. p. 29-30.

Em sua ampla reforma educacional Anísio Teixeira inaugura, em abril de 1935, como parte de seu projeto de qualificação, a Universidade do Distrito Federal, com nomes de relevo nacional e internacional lecionando em seus quadros: Gilberto Freyre, Heitor Villa-Lobos, Candido Portinari, Delgado de Carvalho, Cecília Meireles, Lucio Costa, Emile Brehier, Pierre Defontaines, Gaston Leduc, Thomas Lynn Smith.

A proposta de uma Universidade do Distrito Federal se encaixa na concepção de sociedade proposta por Anísio Teixeira e Pedro Ernesto. O tecnicismo, a igualdade de oportunidades para os cidadãos, além da crença na democracia e na participação como elementos de mudança da sociedade era comum a ambos. O pensamento de Anísio Teixeira estava impregnado das concepções cientificistas e industrialistas presentes em sua época. Para os que acreditavam nestas concepções, os avanços tecnológicos e as mudanças proporcionadas pela ciência iriam alterar não só a estrutura física, mas também, social das nações. A busca dos avanços da ciência e da industrialização deveria ser uma constante e o estímulo para essas iniciativas deveria partir dos governos.

Nesses tempos de mudanças tão bruscas, as universidades cumpririam um papel fundamental no plano de modernização dos países mais atrasados. Segundo Sarmiento, o projeto da Universidade do Distrito Federal:

“(...) representava um dos pontos principais da execução de um projeto político mais amplo, a ‘utopia renovadora’ de Pedro Ernesto. Dentro desta perspectiva mais ampla, experimentava-se no Distrito Federal a eficácia de um projeto de transformação da sociedade, que através da educação e saúde públicas, consolidava uma forma de perceber e lidar com os problemas sociais, promovendo pela oferta destes serviços à sociedade uma possibilidade de constituição de uma nova sociedade.”⁷⁸

A proposta de Pedro Ernesto não era fundar uma nova sociedade, e sim, aumentar o controle estatal, mesmo que de maneira não diretamente

⁷⁸ SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. p. 147.

repressiva. Condizente com seu horizonte populista, as reformas implementadas, quer sejam na área de saúde, quer sejam na de educação, foram realizadas considerando diversos aspectos, no sentido de minimizar problemas de longa data. Seu projeto de Estado estava alicerçado nos valores presentes na proposta da Aliança Liberal, rompendo com as formas políticas da Primeira República. Para Pedro Ernesto, o Estado deveria ampliar seu alcance no intuito de representar os interesses das classes populares, relegadas até então à marginalidade. Nas palavras do próprio Pedro Ernesto:

“É indiscutível, com efeito, meus senhores, o alargamento de funções do governo, no momento presente. É indiscutível que o mesmo não se pode hoje restringir à sua primeira função de mantenedor da ordem. É indiscutível que deve ir mais longe. Deve manter a ordem, mas sobretudo melhorá-la, porque melhorá-la é, hoje, o único meio de mantê-la. E como querem que façamos isso? Conservando os mesmos órgãos, as mesmas atividades, e as mesmas funções anteriores? Ou, pelo contrário, abrindo ao governo novas possibilidades de contato com o povo, cujos interesses acima de tudo deve defender, sentindo-lhe as necessidades e as aspirações para que as mesmas possam influir e atuar sobre os rumos e as diretrizes que ao governo compete seguir, em face de suas novas responsabilidades e novos deveres?”⁷⁹

As palavras do então prefeito não se resumiam, meramente, a um discurso de ocasião. Sua administração realmente “amplia” as funções estatais. Nesse sentido, o governo Pedro Ernesto é na verdade um marco, pois com suas reformas fez chegar aos lugares de maior concentração da população trabalhadora, os subúrbios cariocas, serviços fornecidos pelo Estado. Se sua intenção foi a inclusão e o controle do contingente populacional na tentativa de constituir uma poderosa base de apoio ao seu governo, parte de sua estratégia foi contemplada, pois seu apoio nessas zonas era incontestável.

Se tomarmos como exemplo governos anteriores, que negligenciavam as reivindicações da classe trabalhadora nas políticas públicas, seu governo foi

⁷⁹ Discurso de Pedro Ernesto na inauguração da União Trabalhista do Distrito Federal. CPDOC/FGV. PEB pi 1935.05.13.

protagonista de uma política social de controle, mas que também serviu de resposta às reivindicações formuladas por esta classe anteriormente.

A modernização do corpo burocrático com a criação e a ampliação de diversas secretarias foi uma das marcas mais prementes, além da presença estatal em lugares onde, até uma década antes, havia um vácuo governamental.

A entrada em cena do Estado atende a demandas da classe trabalhadora, que reivindicava desde o início do século XX uma maior intervenção para regulamentar questões trabalhistas. Atende também à burguesia, elaborando políticas sociais no intuito de controlar as classes “potencialmente perigosas”.

O governo de Pedro Ernesto manifesta-se como uma administração pioneira em algumas práticas políticas, possuindo ainda um forte viés populista. Porém, excetuando-se o livro de Michael Conniff⁸⁰, esse populismo não foi alvo de análises anteriores que se dedicaram a estudar sua gestão. Não há dúvida de que a inauguração de postos de saúde, hospitais e escolas em áreas antes não atendidas pelo Estado deve ser entendida como um expediente que refletia interesses eleitorais, porém poucos estudos dão o peso correto a esse fator, ora preferindo concentrar-se nos meandros dos arranjos políticos partidários⁸¹, ora circunscrevendo-se a enaltecer os feitos de sua administração⁸², encobrando assim, o caráter populista e controlador presente em sua gestão.

Em vários momentos de sua vida pública, Pedro Ernesto se pronunciou como um “democrata”, tentando se desvencilhar de “rótulos” fossem eles de esquerda ou de direita. Sua prisão, em abril de 1936, acusado de participar da

⁸⁰ CONNIFF, Michael L. *Urban politics in Brazil: The rise of the populism, 1925-1945*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1982. Ver especialmente cap. 6 “The populism apogee”.

⁸¹ Como, por exemplo, o importante livro de SARMENTO, Carlos Eduardo B. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁸² Como, por exemplo, LEMME, Antonio César. *Saúde, Educação e Cidadania na Década de 30: o município do Bem Estar Social*. Rio de Janeiro: IMS–UERJ, 1992. [Dissertação] e LEMME, Antonio César. *Rompendo o Silêncio: educação, cidadania na administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, s/d.

*Intentona Comunista de 1935*⁸³ foi parte de uma intensa perseguição do governo varguista. Parte da historiografia sobre o período afirma ser Pedro Ernesto um potencial candidato à sucessão de Vargas⁸⁴, graças à projeção nacional de seu programa e de suas realizações. Seu governo realmente ganhou projeção nacional, no entanto, apesar de alguns jornais estamparem sua pretensa candidatura, não houve, por parte prefeito investimento em alçar um vôo político nacional, em substituição à Vargas.

Ao contrário, o prefeito, quando do episódio dos levantes da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, onde se rebelaram alguns regimentos militares, inclusive no Rio de Janeiro (como exemplo citamos o 3º Regimento de Infantaria e tropas do Campo dos Afonsos), afirmou sua estreita confiança no governo federal. Mostrando-se um importante aliado, chegou, inclusive, a avisar Vargas das intenções dos rebeldes e sobre o que estava sendo preparado, e colocando-se integralmente ao seu lado, disponibilizando, inclusive, a Guarda Municipal para eventuais combates. Essa mostra de lealdade, no entanto, não seria suficiente para livrá-lo do processo que culminou com sua prisão em 1936.

Em um interessante texto escrito por Isabel Lustosa⁸⁵, a autora tenta, dentre outras coisas, compreender os reais motivos que levaram à prisão de Pedro Ernesto. Baseando-se nas experiências de Maquiavel e Tocqueville, Isabel Lustosa nos chama atenção para os ardis do ambiente político, espaço em que, segundo ela, o perfil do prefeito carioca não se encaixava perfeitamente.

⁸³ Organização política fundada em março de 1935 e fechada por decreto federal em 11 de julho do mesmo ano. A ANL congregava em uma frente política setores sociais descontentes com o governo varguista. Reunindo socialistas, comunistas, católicos, democratas, dentre outros, a ANL tinha como programa o combate ao imperialismo, ao fascismo e ao latifúndio, bem como a nacionalização das empresas estrangeiras. Com forte influência do Partido Comunista Brasileiro, preparou alguns levantes em cidades importantes como Rio de Janeiro e Recife, que foram derrotados pelas forças governistas. Em seus comícios, a organização conseguia juntar milhares de pessoas em torno de suas reivindicações. Ver ABREU, Alzira Alves de. *In: DHBB*. Versão CD-ROM.

⁸⁴ Ver LEMME, Antonio César. *op. cit.* e GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.*

⁸⁵ LUSTOSA, Isabel. *As Trapaças da Sorte: pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto à luz das experiências de Maquiavel e Tocqueville*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

“Pedro Ernesto teve sempre, ao longo da vida, uma boa estrela como cirurgião, como empresário da saúde e, depois, na vida política, a sua foi sempre uma trajetória rumo ao sucesso. O sucesso trouxe-lhe o poder. Mas, para mantê-lo, era preciso uma astúcia e uma filosofia de vida que não se coadunavam com o seu estilo. Pedro Ernesto não saberia aparentar convicções que não tivesse. Se tinha habilidades para tecer coligações, atrair simpatizantes, era, no entanto, óbvio demais para se defender de golpes de figuras mais ardilosas. Ao mesmo tempo, era de uma extrema lealdade aos amigos.”⁸⁶

Para Isabel Lustosa, o administrador era um homem idealista, cuja ingenuidade e boa fé não o habilitavam para os meandros do mundo político. A admiração da autora em relação ao prefeito faz com que no texto, o político carioca fosse descrito como um estreante neste meandro, não problematizando toda sua trajetória ao longo dos anos 1920 e seu contato com o ideário do tenentismo, além da confiança depositada pelo Governo Federal expressa na sua nomeação para dirigir a principal cidade do país.

Outro ponto importante salientado pela autora era a admiração de Pedro Ernesto pelo presidente Roosevelt e de suas reformas do *New Deal*. Isabel Lustosa ressalta que o projeto democrático do dirigente municipal não condizia com o momento nacional e mundial, onde as “democracias estavam em crise”⁸⁷. No entanto, vale o esclarecimento de que a “crise” a que se refere a autora alcançou apenas alguns países ocidentais.

Isabel Lustosa considera que culpa pelo declínio de Pedro Ernesto estaria na sua inadequação aos “ardis” do mundo político “... a sorte virara. E quando isto aconteceu, boa parte dos amigos deixou de sê-lo e os que ainda o eram já não lhe podiam valer”⁸⁸. A explicação carece de uma melhor problematização da base de apoio de Pedro Ernesto. Atribuir à sorte e ao abandono dos amigos o seu destino não explica os reveses vividos pelo

⁸⁶ *Idem.* p. 31.

⁸⁷ *Idem.* p. 32.

⁸⁸ *Idem. Ibidem.*

prefeito. Seu projeto populista não conseguiu aglutinar uma base disposta a sustentá-lo em momentos de enfrentamentos como aquele dos idos de 1935.

Nesta análise, Pedro Ernesto estava tão certo do reconhecimento de seu apoio a Vargas que sequer cogitou a possibilidade deste vê-lo como um inimigo do poder público. Sua prisão o pegou de surpresa assim como seus aliados e correligionários do Partido Autonomista, que não foram capazes de articular uma resistência que culminasse em sua libertação.

Outras análises do episódio de sua prisão confirmam a teoria de que Pedro Ernesto seria um possível adversário de Vargas nas eleições que se aproximavam. Carlos Eduardo Sarmiento afirma ser o prefeito uma das forças opositoras ao regime autoritário que se instalaria no país a partir de 1937. Carlos Sarmiento ressalta o programa de governo, nomeado como “utopia renovadora”, articulando o Partido Autonomista, com as realizações de sua administração e a mobilização das massas populares.

“Para a consolidação da ordem autoritária em um Estado de perfil declaradamente centralizador, não era possível que continuassem a existir focos de resistência democrática e de não sujeição ao esboço total de nação, buscando pelos ideólogos e executores de autoritarismo brasileiro. Percebemos a prisão do prefeito carioca como mais um passo em direção ao fechamento do projeto nacional elaborado sob a égide do governo federal, uma etapa necessária a ser cumprida dentro do percurso estipulado. Afastado da vida política, Pedro Ernesto não poderia continuar a figurar como um projeto alternativo para o Brasil, como articulador de forças de oposição e resistência à nova ordem federal, principalmente ao ser categorizado como elemento “comunista”, associado ao panteão nacional do terror, dos extremistas, inimigos da nacionalidade.”⁸⁹

Segundo o autor, o afastamento do prefeito da cena política deve ser entendido como um passo na diminuição da autonomia do Distrito Federal. Nas análises de Carlos Sarmiento, o projeto autonomista, levado a cabo pelo

⁸⁹ SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 206.

prefeito e seu partido, articulava forças de diferentes matizes do campo político carioca.

Seu partido, o PADF, fora capaz de se tornar hegemônico no cenário carioca agregando em sua sigla figuras bastante heterogêneas como Cesário de Melo⁹⁰, Edgard Romero, Ernani Cardoso, sendo o primeiro conhecido como “rei do triângulo”, por dominar politicamente as regiões de Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba. Políticos tradicionais que ainda faziam uso do esquema eleitoral da Primeira República, trocando votos por benesses. A junção desses elementos foi o que tornou possível a grande vitória do PADF nas eleições de 1934, elegendo 21 dos 23 vereadores que compunham a Câmara Municipal, 8 dos 10 deputados federais e ainda as duas vagas de senadores. Cabe ressaltar que Pedro Ernesto como foi o vereador mais votado do pleito, foi eleito indiretamente prefeito.

Carlos Sarmiento chama a atenção para as relações pouco comuns efetuadas entre o grupo de Pedro Ernesto e os elementos mais tradicionais de seu partido. No entanto, acredita que o projeto do prefeito representava uma alternativa às pretensões varguistas.

Mesmo mobilizando setores da classe trabalhadora com suas plataformas eleitorais, não há evidências de que sua administração não representou uma opção real aos anseios democráticos daquele momento. Ao contrário, Pedro Ernesto até sua libertação da prisão, em setembro de 1937, quando foi absolvido pelo Supremo Tribunal Militar e pronuncia um discurso criticando o Governo Federal e apoiando a candidatura de Armando Sales à presidência, não havia se colocado em oposição ao Governo Federal, reivindicando sempre os ideais da Revolução de 1930 e resgatando seus feitos como avanços do país. Em seus discursos anteriores à prisão, seu governo era apresentado como obra da Revolução de 1930.

Suas alianças e opção pelo poder o fizeram refém de um esquema político com bases populares, mas que colocava limites a essa participação.

⁹⁰ Júlio Cesário de Melo nasceu em 06 de setembro de 1876 e faleceu em janeiro de 1963. Influente político da região da zona oeste carioca, zonas eleitorais que possuíam considerável contingente eleitoral. Foi deputado federal por dois mandatos antes da Revolução de 1930. Em 1935, foi eleito senador, como previsto pela legislação da época, em votação dos vereadores do Distrito Federal, pela legenda do Partido Autonomista (PADF). Ver *DHBB*. Versão CD-ROM.

Suas propostas pretendiam um Estado intervencionista que fosse capaz de resolver os problemas sociais. A mobilização popular e a mudança do sistema econômico não era um caminho pretendido por Pedro Ernesto e seu grupo.

Na obra de Alberto Gawryszewski, Pedro Ernesto é visto como um governo de “esquerda”, ao lado de ANL e do Partido Comunista. Analisando a ampliação da cidadania a partir das realizações nas áreas de saúde e educação, o autor faz um bom mapeamento de sua administração, no entanto, utiliza as realizações do governo para caracterizá-lo como um símbolo da resistência ao crescente autoritarismo varguista.

“Em 1935 o Brasil se divide: de um lado a direita de Getúlio Vargas, Góes Monteiro, Dutra, o integralismo (AIB), de outro a esquerda de Pedro Ernesto, H. Cascardo, Prestes, da Aliança Nacional Libertadora (com suas devidas diferenças). Tudo se transformava, nada ficou como estava, a balança se definiu.”⁹¹

Alberto Gawryszewski assinala o caráter de “ampliação da cidadania”, dessa gestão que, segundo ele, atingiu níveis inéditos. Apesar de dizer que Pedro Ernesto não queria a mudança do sistema capitalista, em seu trabalho, Gawryszewski acompanha a evolução do pensamento do prefeito e de seu partido que, segundo o autor, em 1935, passaria a assumir progressivamente um viés “nitidamente renovado, dito como socialista, ou humanista. Esta nova tendência do Partido se devia a influência de um grupo de intelectuais, entre eles Anísio Teixeira e Hermes Lima.”⁹²

Esta obra busca, reiteradamente, aproximar o pensamento de Anísio Teixeira e de Pedro Ernesto. Tal identidade ideológica, apesar de existir, não credencia a interpretação feita por Gawryszewsky. Anísio Teixeira e Pedro Ernesto eram homens que percebiam a polarização ideológica presente na segunda metade da década de 1930, porém não penderam para o lado das

⁹¹ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *op. cit.* p. 35.

⁹² *Idem, ibidem.*

forças comunistas ou socialistas, preferindo uma breve aproximação com os ideais da Aliança Nacional Libertadora.

Para Alberto Gawryszewski, Pedro Ernesto faz um governo inovador nos aspectos de inclusão política da população carioca. Ao enumerar os feitos e o alcance das obras dessa gestão, o autor trabalha com o conceito de cidadania como “direitos e deveres do Estado para com o cidadão e vice-versa”. A ampliação física do Estado juntamente com as leis elaboradas pelo governo para seus funcionários faria dessa administração a que melhor atenderia tais demandas, desde o início do período republicano.

A instalação de serviços públicos estatais de largo alcance não faz desse governo um “promotor da cidadania”. A finalidade dessa administração era o aumento do controle estatal e não a elevação social das camadas populares. Ao implantar serviços públicos nas regiões mais povoadas da cidade, o governo controlava um setor potencialmente perigoso, visto que o crescimento desordenado como demonstrado pelas informações da tabela 1 e 2, justificaram a mudança do caráter da intervenção dos governos.

Pedro Ernesto vai além da mera intervenção na região, ele elabora práticas inovadoras para o tratamento de questões sociais. Sua aproximação com a população foi paulatinamente construída. A utilização de uma estrutura partidária voltada, quase que exclusivamente, para as eleições, a propaganda das obras do seu governo e sua imagem “humanitária”, além da aproximação com os setores organizados da classe trabalhadora, demonstram que sua ideologia estava prioritariamente voltada para a cooptação para seu projeto de governo. Os expedientes populistas por ele elaborados foram, de certa maneira, bastante eficientes no seu intento.

Em outras análises acerca do governo Pedro Ernesto, Antonio César Lemme em sua dissertação de mestrado sobre os aspectos da saúde, educação e cidadania e também em seu livro, publicado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, sobre o governo e a imagem de Pedro Ernesto vai bem mais longe na caracterização do personagem e de sua ideologia.

Nestas obras, o governo Pedro Ernesto é destacado como responsável pela implantação do *Estado de Bem Estar Social* na cidade. Com o sugestivo

título de *Rompendo o Silêncio*, o livro de Antonio C. Lemme sobre sua administração, o prefeito é apontado como o responsável por uma verdadeira expansão dos serviços públicos e de postos de trabalho, que fariam da cidade um invejável pólo de crescimento sem par no Brasil dos anos 1930:

“No então Distrito Federal, com a expansão dada à educação, à saúde, à assistência social e previdenciária e à moradia, realizada de modo universal e independente de inserção no mercado formal de trabalho, construiu-se uma situação semelhante ao do *Estado do Bem Estar Social*, estabelecido em Países do Hemisfério Norte somente após a Segunda Guerra Mundial.”⁹³

Já em sua dissertação de mestrado de 1992, Antonio C. Lemme aproxima, erroneamente, o *Estado de Bem Estar Social*, oriundo dos países europeus, com a realidade vivida durante o governo de Pedro Ernesto:

“No Brasil, a constituição de uma estrutura, no plano municipal, semelhante ao do denominado Estado do Bem Estar Social, implantado em países de sólida tradição democrática, com a distribuição de benefícios sociais universalizados, não tem similares nem sucessores e deve ser considerada dentro da singularidade do município do Rio de Janeiro que era, então, a Capital Federal e, portanto, sede principal dos acontecimentos políticos e culturais do país.”⁹⁴

Como vemos nas citações das obras de Lemme, o governo de Pedro Ernesto assume uma dimensão de ampliação dos serviços municipais que, apesar de verdadeira, o deixa longe daquele alcançado pelos países citados como executores do Estado de Bem Estar Social. O autor confunde o sistema implantado nos países do hemisfério norte com as realizações e os discursos do governo analisado em sua obra.

⁹³ LEMME, Antonio César. *Rompendo o Silêncio: educação, cidadania na administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, s/d. p. 05.

⁹⁴ Idem. *Saúde, Educação e Cidadania na Década de 30: o município do Bem Estar Social*. Rio de Janeiro: PPGH – IMS–UERJ, 1992. p. 13. [Dissertação].

A comparação nos parece falha devido não só às particularidades históricas desses países e do Brasil, bem como o modelo utilizado nos países de capitalismo avançado não guarda senão meras semelhanças com o sistema brasileiro. Nos Estados onde foram implantados os sistemas de bem estar social havia uma preocupação com uma rede de proteção social mais complexa, abrangendo não só a saúde e a educação, mas também o emprego e a estatização da economia, bem como a seguridade social e o fomento do consumo.

Não nos parece que o governo do Distrito Federal tenha conseguido sequer aproximar-se das conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores dos países capitalistas seguidores desse sistema. Aqui, ao contrário, houve somente um aumento da rede de escolas e unidades de saúde, mantendo-se a desigualdade histórica presente na sociedade brasileira, não permitindo assim comparação com o Estado de Bem Estar Social.

O governo Pedro Ernesto também foi tema de trabalhos produzidos fora do Brasil. Dentre estes, destaca-se a pesquisa de Michael Conniff⁹⁵, uma obra de fôlego que analisa a política brasileira entre os anos de 1925 e 1945. Amparado no conceito de populismo, Conniff entende Pedro Ernesto e o PADF como responsáveis pela primeira experiência populista no Brasil.

Em sua análise, o populismo é uma resposta às demandas forjadas na década de 1920 pelo crescimento das camadas médias urbanas, do proletariado, da urbanização, entre tantos outros fatores. Neste sentido, o autor caracteriza a Revolução de 1930 não como um simples conflito que opunha os interesses das antigas oligarquias e dos novos setores, mas sim como uma resposta às frustrações proporcionadas pela República oligárquica às novas elites e aos setores médios.

As lideranças populistas seriam, então, uma resposta a estas demandas e um esforço na tentativa de conformar estes agentes. Para Michael Conniff, “Esses esforços levaram os políticos nacionais em direção ao populismo; o

⁹⁵ CONNIFF, Michael L. *op. cit.*

primeiro experimento foi o Partido Autonomista do Rio, de Pedro Ernesto Baptista.”⁹⁶

Michael Conniff defende que todas as reformas instituídas entre finais dos anos 1920 e meados dos anos 1930 tinham como objetivo a inclusão da população marginalizada. À medida que o Estado “transformasse” os excluídos em cidadãos, estes, em contrapartida, legitimariam o novo Estado, formando assim um pacto social. Para o autor:

“As reformas sociais de Pedro Ernesto foram largamente planejadas para ajudar a integrar os pobres na sociedade urbana, compromisso de sua coalizão populista. Se os pobres, e especialmente os favelados, fossem o “povo” que validaria o novo governo, eles mereceriam programas que deveriam fazer deles bons cidadãos e membros produtivos da sociedade. Este caminho satisfaria os setores médios, pois eliminaria a ameaça de conflitos sociais e simultaneamente criaria novos empregos.”⁹⁷

De fato, as práticas políticas dos anos 1930 estiveram voltadas para a inserção das camadas populares. Contudo, essa inserção não implicou numa idéia de cidadania plena e sim de controle e disciplinarização social. Mais do que formar cidadãos, o Estado estava interessado em amenizar os conflitos, tão constantes nas primeiras décadas do século XX, que os anos 1930 tentariam resolver.

As inquietações vividas particularmente em 1935, não só na Capital Federal, mas também em diversos lugares do país, fazem parte de um momento de acirramento das forças políticas nacionais. Neste sentido, é possível entender porque as análises de uma figura tão representativa quanto Pedro Ernesto Baptista, podem ser tão diversificadas e, algumas vezes,

⁹⁶ *Idem.* p. 78. Tradução livre do autor. (“These efforts led national politics toward populism; the first experiment was Pedro Ernesto Baptista’s Autonomist party in Rio”).

⁹⁷ *Idem.* p. 117. Tradução livre do autor. (Pedro Ernesto’s social reforms were largely designed to help integrate the poor into urban society, the promise of his populist coalition. If the poor, and especially the favelados, were the “people” who validated the new government, they merited programs that would make them good citizens and productive members of society. This approach appealed to middle sectors, for it would eliminate the threat of social conflict and simultaneously create new jobs...).

contraditórias. Ingênuo, visionário, tenente, democrata, populista, socialista, comunista, muitos são os adjetivos que buscam decifrar um dos mais controversos administradores do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

PEDRO ERNESTO: POLÍTICA E POPULISMO

Ao enfocarmos as práticas políticas da administração Pedro Ernesto no Distrito Federal, uma questão impôs-se de imediato: tais práticas fariam de Pedro Ernesto um populista? O fato do interventor/prefeito ter sido um dos precursores de alguns métodos políticos que aproximam o Estado da classe trabalhadora podem dar margem para uma identificação de seu governo com o populismo?

Para responder tais questões fez-se imprescindível recorrer às elaborações conceituais tecidas sobre o populismo, termo tão caro e debatido nas ciências humanas. A discussão vem sendo paulatinamente retomada e vários trabalhos têm se detido acerca da revisão do conceito de populismo. Citamos como exemplo a recente publicação organizada pelo historiador Jorge Ferreira⁹⁸, que reúne diversos artigos, com diferentes visões sobre o conceito, e onde se pretende um aprofundamento do termo populismo, chegando mesmo alguns a questionar sua validade como categoria histórica.

Desde a elaboração do conceito, ainda na década de 1950, a bibliografia acerca do populismo cresceu bastante. Para o propósito de nosso estudo, destacamos aqui alguns desses trabalhos que nos parecem mais fecundos para sua compreensão, bem como do período.

Embora a gestão Pedro Ernesto tenha sido objeto de algumas pesquisas acadêmicas, sua localização como populista não constitui uma preocupação destes trabalhos, exceto por um deles, *Urban Politics in Brazil: the rise of populism: 1925-1945*⁹⁹ de Michael L. Conniff. O autor tece diversas considerações acerca da noção de populismo, definindo-o como uma política de integração cujo objetivo maior era buscar certa “harmonia” entre as classes sociais e o poder público. Tal intento seria obtido através de uma série de medidas que constituiriam a política populista entre elas o aumento do eleitorado e o apelo às massas.

A partir dessa definição, Conniff aponta o Rio de Janeiro como local para o que teria sido a “primeira experiência populista”. Por sua importância histórica

⁹⁸ FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁹⁹ CONNIFF, M. L. *Urban Politics in Brazil: the rise of populism: 1925-1945* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

e sociopolítica, a cidade abrigava vários grupos que compartilhavam o mesmo espaço urbano em uma cidade que cresceu bastante nas primeiras décadas do século XX. A estrutura social complexa da cidade abarcava um crescente setor médio tais como: educadores, tenentes, intelectuais, operários, funcionários públicos, entre outros. Para Conniff, a experiência populista busca dar conta dessa intensa diversidade. Ele afirma ser uma experiência populista pioneira¹⁰⁰, devido às características do partido (PADF) e das políticas adotadas pelo Governo Municipal tais como: o aumento do contingente eleitoral, utilizando-se de estratégias inovadoras como o cadastramento dos novos eleitores em seus lugares de trabalho, dentre eles muitos funcionários da municipalidade. Essa medida permitiu alargar o número de votantes na Capital Federal de 12 mil registros para 70 mil em 1933.

Além disso, foram inauguradas diversas obras públicas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro como escolas e unidades de saúde, Pedro Ernesto também inovou na cena política da cidade utilizando-se de expedientes singulares. Sua tática amparou-se, dentre outras coisas, no uso de uma estrutura partidária legal, aproximação com setores organizados da classe trabalhadora e uma intensa busca pelo apoio popular.

Também faz parte da estratégia desse “experimento populista” empreendido pelo Partido Autonomista a aliança com as antigas elites políticas da Primeira República cujos resquícios de poder e influência permitiam o controle de algumas zonas eleitorais importantes como a hoje denominada *zona oeste carioca*, onde o mais expressivo chefe político era Julio Cesário de Melo, conhecido como *rei do triângulo* (região que abrangia Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande).

Embora Conniff tenha sido o único autor que localize Pedro Ernesto como populista, é necessário buscar outros pontos de vista para que possamos compreender se essa administração é de fato a pioneira na elaboração de práticas populistas.

Para tanto, recorreremos ao debate travado entre as primeiras formulações do conceito, feitas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros –

¹⁰⁰ Ver nota 96.

ISEB, e as posteriores revisões realizadas mais recentemente, enfocando, sobretudo, as análises feitas por Angela de Castro Gomes¹⁰¹ e Jorge Ferreira¹⁰².

A elaboração do conceito de populismo está intrinsecamente ligada à tentativa de compreensão da realidade histórica brasileira por parte da academia, e sua utilização é mais aceita, principalmente, entre os anos “democráticos” que vão de 1945 até o Golpe Militar de 1964, e que ficaram conhecidos como a “República Populista”.

A compreensão do conceito e de sua trajetória no Brasil nos fornece o arsenal teórico para fundamentar a análise acerca do período anterior, especificamente parte da década de 1930, objeto do presente trabalho.

A Trajetória do Conceito

Sem dúvida, não é tarefa das mais fáceis estabelecer um conceito que possa ser operacionalizado no âmbito das ciências humanas, especialmente no que concerne a uma definição do termo “populismo”, cujas ambigüidades têm sido ressaltadas inúmeras vezes, tanto por historiadores quanto por cientistas sociais.

No entanto, tal conceito vem passando por uma saudável reflexão por parte das ciências humanas, como na obra organizada por Jorge Ferreira¹⁰³. Porém, a origem dessas reflexões e mesmo das retomadas do termo não tem data tão recente. Esse balanço vem tomando fôlego, por um lado, a partir do acúmulo proporcionado pelos inúmeros estudos feitos sobre a *Era Vargas*, e

¹⁰¹ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, *in*: FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁰² FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: populismo na política brasileira. *in*: FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁰³ Um importante debate sobre o populismo está no livro recentemente lançado: FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

por outro, pela curiosa ampliação do termo, apropriado pela sociedade, principalmente ao se referir à esfera política quando na definição das ações dos governos contemporâneos.

Apesar das referências correntes ao termo *populismo*, seu estudo por parte da disciplina histórica começará de maneira atrasada. Os primeiros a se debruçarem sobre o populismo serão os cientistas sociais. Nomes como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe (que ficaram conhecidos como o *Grupo de Itatiaia*, por se reunirem nesta cidade do Rio de Janeiro) tecem as primeiras considerações sobre o tema. Mais tarde, estes intelectuais formaram o núcleo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros¹⁰⁴) importante escola de pensamento social brasileiro que, a partir de suas reflexões sobre os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil se debruçaram sobre a análise do período compreendido entre os anos 1930 e 1945. Um dos textos fundamentais do grupo (“Que é o Ademarismo?”, publicado em 1954 na revista *Cadernos do nosso tempo*), identificará o populismo como um dos problemas recorrentes na política brasileira¹⁰⁵.

O diagnóstico do populismo levaria em conta as recentes transformações modernizantes porque passava a sociedade brasileira. Segundo Angela Gomes, para esse grupo o populismo poderia ser assim definido:

“(...) uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As

¹⁰⁴ O ISEB foi criado após o Decreto federal nº. 37.608 de 14 de julho de 1955, tendo sido extinto pelo Governo Militar em 13 de abril de 1964. Como órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o instituto possuía independência administrativa e de pesquisa e tinha como meta a compreensão da realidade brasileira. Seus teóricos indicavam o caminho “nacional-desenvolvimentista”, que visava à superação do atraso brasileiro, com o fomento da industrialização e da modernização capitalista. Ver ABREU, Alzira Alves de. *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*, in *DHBB*. Versão CD-ROM.

¹⁰⁵ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, in: FERREIRA, Jorge (org). *op. cit.*, p. 22.

massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem”¹⁰⁶.

No entender do grupo o populismo resultaria da combinação dinâmica de três elementos:

- Uma política dirigida às massas, mas não necessariamente uma política progressista;
- Seria um expediente usado por uma classe dirigente em crise de hegemonia que precisaria do apoio político da classe trabalhadora para continuar a governar;
- Teria ainda o papel destacado do líder populista, que seria o elemento fundamental para o funcionamento da engrenagem.

Para os membros do grupo, o populismo articularia os três elementos acima citados com o intuito de cooptar a classe trabalhadora para sua concepção de Estado. O momento histórico do nascimento do populismo foi propício para a implementação desse projeto político, concebido em uma conjuntura de crise das práticas oligárquicas características da Primeira República.

Ainda pensando na conjugação desses fatores, temos na construção da figura do líder populista uma das contradições inerentes a essa prática política. Longe de ser oriundo da classe trabalhadora que pretende contemplar em seu projeto, tal líder pertencia às elites mais tradicionais do país, ligadas à propriedade rural e às profissões liberais. Mesmo não compartilhando a origem social dos trabalhadores, cabia ao líder populista articular esta classe, movendo-a de acordo com o jogo político. Para tanto, lança mão de um carisma inequívoco, responsável por inúmeras manifestações populares de apoio ao seu governo, ainda que suas práticas, de fato, não dêem conta de uma melhoria efetiva na qualidade de vida desses trabalhadores. Os paliativos propostos pelos populistas são aceitos e aclamados pela população.

¹⁰⁶Idem. p. 24-25.

As décadas seguintes são prenes em estudos sobre o populismo, seguindo o caminho aberto pelas pesquisas do ISEB e pelo avanço na discussão proporcionado pelos trabalhos de Francisco Weffort. Em 1978, o autor publica o livro *O Populismo na Política Brasileira*¹⁰⁷, reunindo vários ensaios anteriormente editados pela *Revista da Civilização Brasileira*, *Cadernos Cebrap* e *Revista do Cedec*, além de parte de sua tese de doutoramento na USP, que será um marco na discussão sobre o tema. Nesse livro o autor aponta, em alguns artigos, a idéia do populismo como fenômeno de incorporação de massas à cena política, em um Brasil às portas do processo de industrialização. O contraste entre uma sociedade agrária e uma sociedade industrial emergente se revela numa prática política imersa em contradições.

Weffort utiliza a expressão “estado de compromisso”, que se tornará cara aos pesquisadores que enveredam pela seara dos estudos sobre o populismo. Segundo tal premissa, o Estado populista caracteriza-se por uma ação em duas frentes distintas. Uma destina-se às alianças entre as classes dirigentes, as elites nacionais, cuja associação ao Estado permite o trânsito ao poder. Em contrapartida, o líder populista angaria possibilidade de aumento de sua força pessoal, servindo como intermediador entre tais elites e a classe popular, que seria alvo das políticas públicas do Estado. Nesse sentido, Weffort aponta que:

“Se fosse necessário designar de algum modo a essa forma particular de estrutura política, diríamos que se trata de um Estado de Compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular”¹⁰⁸

¹⁰⁷ WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁰⁸ *Idem*. p. 70.

Percebe-se por parte do autor um intenso investimento intelectual na idéia de manipulação das massas populares. Segundo Weffort, essa manipulação não acontece de forma absoluta, à medida que a própria concepção de populismo implica na idéia de um compromisso firmado entre as classes dominantes e o Estado, e não em uma relação “simples” de dominação.

A utilização da idéia de *manipulação*, defendida pelos que estudaram o período até então, pelo termo *aliança* mostra que Weffort entende que não há, de fato, uma manobra pura e simples das classes populares, e sim, uma troca de interesses entre esta e o Estado, firmando a idéia de compromisso dentro do jogo político. No entanto, tal compromisso se dá entre a classe dirigente estatal e as várias frações da elite, relegando à participação popular uma ação “tutelada”, subordinada. Sob este ponto de vista, o Estado, devido à crise de hegemonia das elites, atua como um “negociador” dos interesses da classe dominante.

Outra abordagem clássica do termo encontra-se no trabalho do sociólogo Octavio Ianni exposto em obras como *O colapso do populismo no Brasil*¹⁰⁹ e *O populismo na América Latina*¹¹⁰, onde o autor fundamenta sua análise na existência de uma política de massas, em torno da qual são formulados os diversos projetos políticos de espectro populista.

Para Ianni, a política populista manifesta-se mais visivelmente no que tange à economia. Essa perspectiva se evidencia à medida que este autor, bem como a maioria dos estudiosos que se debruçam sobre este tema no mesmo período, atribui a formação da classe operária brasileira à falência de um modelo agrário e ao conseqüente “êxodo rural” que esta parece acarretar. Nesta análise, a tessitura do Estado Populista ancora-se no binômio industrialização/urbanização.

As transformações da virada do século e as diversas alterações sócio-econômicas pelas quais o Brasil passava ao “acomodar-se” ao novo regime

¹⁰⁹ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹¹⁰ *Idem*. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

republicano são aceleradas com a eclosão da Primeira Grande Guerra. As mudanças processadas pelo conflito na economia mundial atingem, é claro, também a América Latina, exigindo desta uma dinamização do processo de industrialização. Essa conjuntura, combinada à decadência do modelo agro-exportador, lança as raízes do proletariado brasileiro. Esse modelo explicativo “de origem rural” atribui a pouca mobilização desta classe ao seu “horizonte cultural”, impregnado de valores e padrões do mundo rural. Ianni afirma que:

“Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório.”¹¹¹

O impacto da urbanização sobre os antigos camponeses, agora operários, aliado à inexperiência política destes enquanto classe faz deste grupo social terreno fecundo para as práticas populistas, pois neste “mundo urbano industrial, onde imperam as relações de mercado, sobrevivem ou predominam as massas e o líder, cujos vínculos são a demagogia e o carisma”.¹¹²

É certo que vários outros intelectuais se dispuseram a pensar sobre o populismo. Não caberia aqui pensar cada uma dessas idéias acerca do conceito, mas sim, discutir se, apesar de tantas novas roupagens dadas a este termo, se este permanece, ou não, um conceito válido para o entendimento da cena política brasileira entre os anos 1930 e 1945.

Tomando-se a princípio a tese defendida pelo grupo do ISEB na qual o populismo reside no tripé “modernização – crise de hegemonia – liderança”, considerar a questão da modernização como um fator preponderante para esta política não dá conta da complexidade do termo. Supor que a industrialização crescente – e, sem dúvida, inevitável, se atentarmos para a trajetória de alguns

¹¹¹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 57.

¹¹² *Idem*. *O populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 28.

países latinos entre os anos de 1930 e 1950, como México, Argentina e Chile, – e o conseqüente êxodo rural por ela provocado possibilita o esteio para a política populista é uma abordagem superficial, que se limita a uma análise conjuntural para entender um fenômeno que não se restringe ao campo da política. Esta análise transforma a população campestre que migra para a cidade, formando os contingentes de braços da indústria em expansão, numa massa de ingênuos aptos a cair no “conto do populismo” sem maiores reflexões. O ISEB trabalha com a idéia do operário “atônito”, pronto a ser manobrado de acordo com as vontades políticas de um líder carismático.

Embora, sem dúvida, Francisco Weffort avance na discussão, algumas de suas afirmações acabam por suscitar controvérsias. Na utilização ainda recorrente da idéia de Estado de Compromisso reside o maior trunfo desta abordagem, e mostra que ainda não houve uma outra proposta de análise que pusesse esta por terra. De fato, o termo Estado de Compromisso descreve bem a conjuntura e a proposta populista. Apontar também para a existência de certa autonomia da classe trabalhadora, entendendo-a como sujeito histórico é de fundamental importância para os estudos que se seguem sobre este tema.

Entretanto, ao afirmar que o populismo reside em parte em um Estado personalista, Weffort erra um pouco na medida. É certo que a existência de um líder carismático é extremamente importante para a manutenção desta prática no inequívoco jogo de interesses e contrapartidas entre Estado, elites e classes trabalhadoras. Mais do que um líder, o político populista acaba por ser um intermediador de interesses, limitado pelas demandas da economia e da sociedade civil.

As últimas publicações sobre o tema mostram que o conceito não cessa de ser revisitado. Talvez a mais significativa dessas revisões seja o trabalho de Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*¹¹³. Neste estudo a autora, de certa forma, rejeita o termo populismo por entender que tal conceito estaria necessariamente ligado a uma subordinação das massas trabalhadoras ao Estado. Para Angela Castro o que existe, para além de uma subordinação é

¹¹³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

uma troca de interesses, a qual ela denomina *pacto trabalhista*, ainda que reconheça a desigualdade dos atores sociais.

A autora aponta que as bases para o projeto político dos anos 1930 no que concerne ao operariado têm suas raízes nos ensaios de organização desta enquanto classe ainda no período da Primeira República. Seu estudo parte da análise da interlocução entre dois atores que até então não partilhavam do mesmo espaço de negociação: Estado e classe trabalhadora. Afirma ainda que:

“Nesta perspectiva, o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo pacto.”¹¹⁴

Tal proposta é construída em um diálogo com a historiografia tradicional, que pensava a trajetória do movimento operário dividida singularmente em duas fases. Uma, anterior aos anos 1930, a chamada fase heróica, onde a formação dos sindicatos sob influência do pensamento político gestado em fins do século XIX - como as doutrinas socialista e anarquista - faziam destes sindicatos entidades combativas e politizadas. A outra, posterior aos anos 1930, denominada fase alienada, mostra os sindicatos agora submetidos ao Estado, que utilizou manobras coercitivas com o fim de cooptar tais entidades. Sai de cena o sindicato de luta, e entra o sindicato oficial, atrelado ao Estado.

Esta tese pressupõe a existência de um modelo de constituição de classe, ao qual Angela de Castro se opõe. Para ela a classe forma-se de acordo com as contingências históricas, em um processo singular e que não

¹¹⁴ *Idem.* p. 195.

obedece a formulações-modelo. Neste sentido, o conceito de populismo seria datado, sendo preferível a utilização da idéia de trabalhismo, categoria que se refere às práticas políticas, partidárias e sindicais, e que sua origem que remontaria ao período do Estado Novo.

Em artigo, editado anos depois da publicação de *A Invenção do trabalhismo* a autora ratifica sua posição no tocante ao termo populismo, justificando ainda sua rejeição e suas escolhas teóricas. Ainda assim, Angela de Castro ressalta que os estudos sobre o populismo se acentuam na conjuntura posterior ao Golpe de 64, numa busca das ciências sociais em compreender a derrota da esquerda brasileira.¹¹⁵

Seguindo os passos do trabalho de Angela Castro, estão os estudos desenvolvidos por Jorge Ferreira¹¹⁶. O autor trabalha com a idéia que o populismo está ligado fundamentalmente ao “pacto trabalhista”, secundarizando a questão da desigualdade dos atores sociais. Tal viés radicaliza as propostas de Angela de Castro e esvazia a luta de classes, inerente às relações travadas entre Estado e classe trabalhadora. Jorge Ferreira pensa esta relação unidirecionalmente, desconsiderando a desigualdade entre tais agentes e pressupondo demandas de mesmo porte que implicariam em contrapartidas do mesmo âmbito.

Jorge Ferreira reflete o pacto trabalhista como absoluto, como se as massas trabalhadoras fossem simplesmente atraídas pelas práticas populistas, sem que estas sofressem alterações ao longo do percurso, como chama atenção Angela de Castro. Embora perceba que existe um diálogo travado entre as políticas propostas pelo Estado e a articulação das demandas dos trabalhadores, Jorge Ferreira suaviza os conflitos inerentes ao jogo político, valorizando as trocas constitutivas do pacto trabalhista firmado nas bases apontadas por Angela de Castro.

¹¹⁵ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, in: FERREIRA, Jorge (org.), *op. cit.*, p. 32.

¹¹⁶ Ver FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: populismo na política brasileira.” in: FERREIRA, Jorge *op. cit.* e *Idem. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

“No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima, porque histórica.”¹¹⁷

Diferente da autora que o inspira, a análise de Jorge Ferreira entende que esta relação Estado/classe operária é travada entre iguais à medida que há uma troca de interesses no atendimento das demandas de ambos.

Numa análise ainda mais recente, tecida por Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa¹¹⁸, o populismo permanece durante algum tempo fora das temáticas desenvolvidas pelos historiadores. Os autores atribuem tal fenômeno a uma noção de esgotamento deste tema.

“Mais mencionada do que pesquisada, a ‘era populista’ se cristalizava como encarnação da heteronomia operária que a autonomia de “novos personagens” trataria de sepultar. Assim, não foi casual um quase abandono das pesquisas dos historiadores sobre um período cujas possibilidades de investigação pareciam esgotadas.”¹¹⁹

Nesse sentido, os estudos sobre sindicalismo se voltariam para a fase heróica, onde estas estruturas seriam constituídas em um embate constante com a máquina estatal. Os anos pós-1930 marcariam o período em que estes sindicatos ficariam relegados a um apêndice do Estado. A recuperação dos estudos sobre populismo mostra que, de fato, não é possível afirmar que os sindicatos ficaram submetidos completamente, conforme planejava o poder

¹¹⁷ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” *in*: FERREIRA, Jorge (org). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 103

¹¹⁸ SILVA, Fernando T. da e COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes” *in*: FERREIRA, Jorge (org.) *op. cit.* p. 205-271.

¹¹⁹ *Idem.* p. 222.

central. Ao contrário, em algumas dessas entidades ainda se travava um diálogo combativo, o que faz cair por terra a tese de manipulação e dominação dos trabalhadores, tão cara aos tradicionalistas.

Os autores dividem as análises feitas sobre o populismo em três grupos: os negacionistas, que rejeitam o conceito alegando que este não dá conta das realidades do período; os singularizadores, que circunscrevem o conceito, localizando-o no tempo e espaço, dando ênfase nos aspectos singulares de cada fenômeno e os agrupadores, favoráveis à construção de tipos ideais, acreditando que o populismo possa ser aplicado em diferentes épocas.

Nesta discussão sobre a validade do conceito, acabamos por voltar à distinção entre conceito histórico e conceito sociológico. Se encararmos o populismo como um conceito estritamente histórico, então acabaremos por concordar com a premissa de que este será um tema cujo esgotamento parece iminente. Entretanto, se o considerarmos sob a perspectiva sociológica – voltando à origem acadêmica do termo – teremos que todas as práticas pós-1930 serão, de um modo ou de outro, populistas.

Ao superar os muros da academia e ganhar espaço no vocabulário cotidiano da população, o populismo transforma-se, reinventa-se. Acaba por ser lido de tantas e diferentes maneiras que seu uso pode ser mapeado de forma curiosa. Nos primórdios de sua utilização, não possuía o tom pejorativo que conhecemos nos dias de hoje. O populismo dos periódicos dos anos 1950 referia-se ao político empreendedor e próximo das massas populares. Já o populismo dos anos 1990 possui um sentido carregado de demagogia. Entretanto, nem uma nem outra utilização foi completamente descartada. A fluidez do conceito, uma herança acadêmica, ganha vulto nas páginas dos jornais, nas rádios e nos noticiários de televisão. O populista passa a ser tanto o demagogo quanto àquele que empreende políticas públicas de apelo popular.

“O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia e, como folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente,

adequada à posição social e cultural das multidões, das quais ele é a filosofia.”¹²⁰

A recorrência do uso do termo populismo por parte da população faz com que seus usos sejam ampliados e seus sentidos multifacetados. É o conceito da pluralidade, onde a trajetória *academia-senso comum*, muitas vezes faz o caminho inverso e o historiador acaba caindo na armadilha do consenso, confundindo populismo e demagogia, sem considerar o primeiro conjuntamente.

Embora se especule sobre a existência de um “neopopulismo”, refletido na figura de alguns líderes contemporâneos, a utilização do termo para se referir a esses indivíduos é problemática e controversa. Em primeiro lugar porque desconsidera o populismo como fruto de práticas políticas específicas, alianças e cooptações, mudanças de posições no jogo político. Em segundo lugar porque não entende a classe trabalhadora como agente de sua própria história. Se a classe operária dos anos 1930 crescia e se consolidava junto com o processo de industrialização, o processo tem matizes bastante diferenciados sobre os operários contemporâneos.

Assim, o conceito de populismo vai assumindo vernizes e recebendo influências múltiplas ao longo do tempo e de acordo com as matrizes em voga em cada escola interpretativa, passando do uso restrito à academia ao domínio público, provocando polêmicas entre algumas gerações de historiadores.

A constante revisão pela qual vem passando o termo tende a contribuir para a diminuição das extrapolações teóricas que o populismo tem sofrido no decorrer de sua evolução conceitual.

Se nos contentássemos com uma interpretação mais esquemática do populismo encerraríamos nossa análise sem ter o governo de Pedro Ernesto no rol do conceito. Entretanto, ao nos determos sobre sua gestão, encontramos elementos característicos de governos historicamente identificados com o populismo, tais como a promulgação de leis sociais, a construção da figura do líder carismático, aproximação de setores populares, dentre outros. Tais

¹²⁰ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.143.

elementos, no entanto, se analisados isoladamente, não proporcionam uma identificação do conceito de populismo. Para isso foi necessária uma investigação do percurso do governo em questão e de sua evolução ao longo dos anos.

A definição de Michael Conniff¹²¹ de que Pedro Ernesto teria sido o primeiro governo populista nos parece fecunda para analisar o período. Porém, sua interpretação de um *governo populista pioneiro* não dá conta da complexidade envolvida nos anos de sua administração, entre outubro de 1931 e abril de 1936. O exame das experiências neste período nos dá pistas para a conceituação de sua administração como inovadora em alguns aspectos, se comparadas com governos anteriores.

As escolhas feitas pela população continham um cálculo onde pesavam perdas e ganhos visíveis com o governo. É inegável que as realizações da prefeitura ao longo do mandato foram habilmente utilizadas pela administração. Porém, a população percebia que novos serviços públicos, até então inexistentes ou mesmo com acesso restrito, estavam agora instalados em bairros com grande concentração populacional não contemplados por administrações anteriores.

Parte das recentes pesquisas historiográficas¹²² questiona a utilização do populismo como sinônimo de desmobilização e subserviência dos trabalhadores, porém o apoio dado por parte dos trabalhadores aos governos populistas foi imprescindível para seu sucesso.

Adotamos como conceito de populismo o fenômeno político originário de países de industrialização recente, com uma classe operária em formação. A atuação do Estado capitalista neste contexto é fundamental na análise, pois é dele que se espera uma intervenção salvadora dos problemas da sociedade, inclusive por parte de setores dos movimentos sociais organizados. A ideologia populista pregava a colaboração de classes e o apoio aos governos, visto que estes deveriam trabalhar pela melhoria das condições de vida e pelo progresso

¹²¹ CONNIFF, Michael L. *op. cit.* p. 78.

¹²² Ver texto: SILVA, Fernando T. da e COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes" *in*: FERREIRA, Jorge (org.) *op. cit.*

social. Outro importante fator a ser considerado é que parte das experiências populistas – Brasil e Argentina – não prescindiu da figura do líder carismático, que era de extrema importância para o sucesso na implementação de tais políticas.

Pedro Ernesto e suas práticas políticas.

Como afirma Angela Gomes, “escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco”¹²³. Mais arriscada ainda, nos parece a tarefa de escrever sobre os “populistas”. Ao mapearmos a trajetória do conceito, percebemos seus usos e abusos na tentativa de compreender um período tão importante em nossa história recente. No entanto, os investimentos mais recentes da historiografia sobre o tema demonstram que esse construto acadêmico ainda rende variadas interpretações.

Se as atuais explicações sobre o período iniciado em 1930 descartam as categorias muito utilizadas nas primeiras obras tais como *manipulação*, *cooptação*, *cupulismo*, existe também certa cautela em abandonar por completo o conceito populismo. A importância dos novos estudos, muitas vezes centrados em categorias específicas e em determinadas regiões, demonstram com clareza que os modelos explicativos gerais não dão conta das múltiplas realidades. No entanto, a utilização do conceito de populismo por vários estudos e durante muitos anos não credencia sua substituição por novas categorias.

Para a melhor compreensão do período, não se pode prescindir do arsenal acumulado pelos estudos sobre o tema. É importante também buscar ampliar a análise, questionando determinados paradigmas consolidados, que, ao exame da realidade, se mostram insuficientes.

Assim, a administração de Pedro Ernesto é passível de uma interpretação permeada por elementos populistas. Sua gestão ficou marcada

¹²³ GOMES, Angela de Castro. *op. cit.*, in: FERREIRA, Jorge (org.), *op. cit.*, p. 19.

na história da cidade mais por suas realizações na área social do que pelos marcos políticos que empreendeu. O prefeito trilhou o caminho da aproximação das classes populares, utilizando-se de expedientes ainda inexplorados mesmo na esfera federal. O que queremos ressaltar aqui são as inovações e os desafios enfrentados neste período pelo governo municipal, bem como as medidas que o caracterizam como populista.

Desde os primeiros momentos como interventor, Pedro Ernesto, assim como seus antecessores, sofreu pressões, através da imprensa, dos moradores das regiões suburbanas pelo atendimento das reivindicações por melhorias na região. Em uma matéria encontrada nos recortes de jornais presentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em seu volume de outubro de 1931, o jornal carioca *Correio do Brasil*, logo no primeiro mês de governo, clamava por melhorias nas áreas da periferia da cidade. A reportagem tem o sugestivo título “Os subúrbios, terra que a prefeitura esqueceu”,

“Os subúrbios, sempre esquecidos pelos poderes públicos, vivem entregues à sua sorte. As suas ruas esburacadas, sem iluminação, totalmente cobertas pelo mato, atestam de modo flagrante a pouca atenção que lhes dispensam os homens do governo e, no entanto, a grande maioria da população carioca, (...) habita os subúrbios onde se encontram casas mais de acordo com os poucos recursos que dispõe. (...) Os subúrbios, mais necessitados, os administradores esquecem como se não existissem. Qual o motivo? O que fica para lá de São Francisco Xavier não é terra carioca? Por certo, mas só para os devidos fins de pagar impostos extorsivos. (...) Mas o Dr. Pedro Ernesto não nos consta que se perca pela politiquice que deu com o Sr. Bergamini no olho da rua. Certamente, S. S^a. terá em devida conta o malfadado subúrbio que bem precisa dos cuidados do atual prefeito.¹²⁴”

O jornal chamava a atenção do poder municipal para o nível de abandono por parte dos poderes públicos em relação às áreas suburbanas. Frisando que nessa região vivia a maior parte da população carioca, que

¹²⁴ *Correio do Brasil*, 26/10/1931. Recortes de jornais do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Vol. 18-31 de outubro de 1931. A Biblioteca Nacional não possui o acervo do período para o periódico.

também paga impostos. Compara com a situação vivida nos bairros elegantes da cidade, sempre melhor conservados. Menciona ainda, com o tom de exemplo a não ser seguido, o interventor anterior, Adolpho Bergamini, que foi substituído sob um clima de intensas denúncias e muitas críticas por parte da imprensa. Esse tipo de reportagem era recorrente na imprensa da época com o intuito de reivindicar melhorias na região suburbana¹²⁵.

Seu governo, no entanto, soube manejar com extrema habilidade as demandas da população. A reclamada expansão dos serviços públicos foi contemplada por um programa de inauguração de obras naquelas regiões ainda carentes desses serviços. A preferência das instalações públicas na região suburbana demonstra com clareza a estratégia empreendida pelo governo. Das 17 unidades de saúde construídas e/ou iniciadas em sua administração, apenas duas delas não estavam localizadas na região suburbana (Gávea e Paquetá), estando as demais em bairros que foram seus redutos eleitorais mais importantes como Penha, Ilha do Governador, Guaratiba, Cascadura e Méier.

Dessa forma, Pedro Ernesto voltou-se para a reorganização da máquina estatal e da administração pública, assentando as bases do que, dois anos mais tarde, apresentaria o seu partido, o Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), para as eleições de maio de 1933. A utilização política das inaugurações foi intensa durante os anos de 1933 e 1934¹²⁶, bem como a

¹²⁵ *O Jornal*, 29/10/1932, *A Batalha*, 28/10/1931. p.3, “O atual interventor da cidade volta agora as suas vistas para os subúrbios até esta data relegados a um plano inferior nas cogitações dos chefes do executivo municipal. (...) As atenções do Dr. Pedro Ernesto, que vem imprimindo a sua ação um sentido objetivista e útil convergem em boa hora para os subúrbios, procurando atender-lhes as inúmeras necessidades para isto coordenando esforços e recebendo sugestões”. *O Diário da Noite*, 1ª ed. e 2ª ed. 19/10/1931. p. 1 (1ª ed.) e p. 2 (2ª ed.). “O de que necessitam os subúrbios de Central do Brasil” Coluna Queixas e Sugestões. “Cumpra que os poderes públicos municipais não demorem à sua ação, é isso o que exigem os que moram na região suburbana, desde o Engenho Novo até outros pontos servidos pelos trens da Central. E é próprio governo do Distrito Federal, à testa do qual agora se encontra o Dr. Pedro Ernesto, não deve ser indiferente com o que ali ocorre, em relação à falta de conservação de ruas (...) certamente a municipalidade agirá como é de inteira justiça.”

¹²⁶ *Jornal do Brasil*, 02/12/1933. p 10, *O Globo*, 06/01/1934. p. 2. “Cumprindo um programa de assistência” em um trecho a reportagem diz: “Assim, o Sr. Pedro Ernesto vai dando cumprimento ao plano a que se traçou de dotar esta capital dos múltiplos serviços de assistência a altura de suas necessidades e das exigências impostas pelo seu desenvolvimento vertiginoso”.

cobertura da imprensa, esta tática amplamente utilizada na disputa por votos e apoio para o governo.

O PADF teve como prática a aproximação das classes populares, com contornos nitidamente populistas, além da utilização do governo para o atendimento das reivindicações da população. Uma das estratégias era a realização periódica de reuniões que aconteciam nos bairros sob influência de chefes políticos ligados ao partido. Nestas reuniões onde eram recebidas as reclamações e sugestões da população, encontramos claros elementos populistas como a utilização do aparato do Estado como via prioritária para a resolução dos problemas cotidianos.

“Nesta reunião, promovida pelo PADF, os moradores da região apresentam suas reivindicações à prefeitura e ao partido, fundam o Centro Pró-Melhoramentos do Sertão Carioca com o intuito de levar seus reclamos ao prefeito. Solicitam a desobstrução dos rios Pavuna, Passarinho e Camorim, Divisa e Morto; reconhecimento de logradouros públicos; Criação de 3 escolas noturnas em Camorim, Vargem Grande e Piabas, 3 postos de saúde nas mesmas localidades, assistência da prefeitura para o trabalho agrícola e crédito, assistência jurídica.”¹²⁷

Com o intuito de “ouvir a comunidade” o partido fazia dessas reuniões espaços de divulgação das idéias partidárias, arregimentação eleitoral e promoção de seus candidatos. Em resposta às reivindicações dos moradores da região de Jacarepaguá, relatadas em artigo do *Jornal do Brasil*, o governo construiu a escola Honduras e também o sub-posto de atendimento médico de Vargem Grande, mostrando assim que estava atendendo às necessidades daquela região. No mesmo artigo é interessante notar o discurso pronunciado por Luiz Aranha:

“As reivindicações coletivas devem partir da própria coletividade, conquistando-as pela luta e nunca por interferência do indivíduo. Aprecio

¹²⁷ “No sertão carioca: o comício de domingo em Vargem Grande”. *Jornal do Brasil*, 02/12/1933. p.10.

aqueles que trabalham para a efetivação de um ideal coletivo. Só não lutam aqueles que não têm direitos. Não podem merecer a atenção da administração pública brasileira indiferente, os que acreditam que o Brasil possa caminhar por si só.”¹²⁸

A tônica do discurso de Luiz Aranha, que foi vice-presidente do PADF e importante figura de articulação do governo¹²⁹, tendo sido eleito vereador em 1934, com reduto eleitoral na Ilha do Governador, utiliza-se de elementos pertencentes ao ideário do populismo, como a mobilização e a organização da comunidade para a obtenção de suas necessidades.

Tais necessidades poderiam ser satisfeitas somente através do poder público, representado, em suas palavras, “pelo governo honrado do Doutor Pedro Ernesto”¹³⁰. O orador incita a formação de organizações locais que possam levar à esfera municipal as reivindicações cotidianas de cada região. A defesa dessa premissa apóia-se na substituição de ações individuais por ações coletivas.

O latente colaboracionismo expresso na declaração de Aranha, conjuga-se com a atuação da esfera estatal numa relação de reciprocidade. Esse é um dos principais pontos do populismo de Pedro Ernesto, que faz da atuação da administração pública local de concentração das reivindicações e articulações de grupos políticos antes excluídos. Isso marca uma clara diferença com o período imediatamente anterior, ou seja, a Primeira República, onde o espaço para o atendimento de tais interesses era muito reduzido.

O Partido Autonomista foi estruturado para ser a representação “oficial” do governo nas localidades. Aproveitando-se do bom momento vivido pelo

¹²⁸ *Idem. Ibidem.*

¹²⁹ Luis de Freitas Vale Aranha nasceu em 18 de dezembro de 1902 e faleceu em 27 de março de 1978. Oriundo de família estancieira no Rio Grande do Sul exerceu importante atividade política junto ao grupo oriundo da Aliança Liberal. Foi secretário de seu irmão, Osvaldo Aranha, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, atuando também como articulador e fundador do Clube 3 de Outubro. Teve participação ativa na organização do PADF, mas, apesar de ser membro, só veio a ocupar cargo eletivo como suplente. Após a prisão de Pedro Ernesto, Luis Aranha passa a fazer oposição ao seu governo. Ver MOREIRA, Regina da Luz. In DHBB. Versão em CD-ROM.

¹³⁰ “No sertão carioca: o comício de domingo em Vargem Grande”. *Jornal do Brasil*, 02/12/1933. p.10.

governo, os políticos do partido utilizaram-se de variadas formas para fincar as bases do partido. Em entrevista ao Programa de História Oral do CPDOC, Augusto Amaral Peixoto, um dos organizadores do partido esclarece os métodos utilizados para estruturação do partido nos bairros.

“(...) a organização do Partido Autonomista foi feita na seguinte base. Foram criadas chefias de zonas eleitorais, e, então, de acordo com a atuação e as possibilidades eleitorais, cada um ficava como chefe de uma zona. Eu fiquei, por exemplo, como chefe da zona de Copacabana, Botafogo, Gávea e de uma parte da zona da Leopoldina, onde eu tinha muitos amigos que podiam organizar o eleitorado.

Aqui, em Botafogo, eu tive um grupo de médicos amigos que me ajudaram a organizar o partido de tal maneira, que nós alugamos uma casa e fizemos nela uma escola noturna e um ambulatório médico. O ambulatório era chefiado pelo Dr. Renato Pacheco (...) e por um farmacêutico que tinha uma farmácia bem em frente ao partido. (...) Estes homens organizaram o partido na 4ª zona de tal maneira que nós vencemos numa zona difícil. O comandante Átila Soares, engenheiro, também foi presidente do diretório da Lagoa (Botafogo). Era muito católico, muito ligado à Igreja; de maneira que ele teve a habilidade de dividir a Igreja, que apoiava mais o Partido Economista naquela zona. O Átila puxou grande parte para o nosso lado...

(...) Em Copacabana, também, tínhamos uma organização perfeita, porque conseguimos congregar um grande número de estudantes. O núcleo estudantil do Partido Autonomista, em Copacabana, era muito grande. Na praia esses estudantes foram atraindo também os banhistas.

Um chefe dos banhistas, Isidro Pacheco Alves, que era muito conhecido, tinha um grande prestígio, porque era recordista em salvamento. O Isidro aliou-se ao partido, foi membro do diretório do Partido Autonomista de Copacabana. (...) Ele articulava, então, junto dos banhistas, e os banhistas, que naquela ocasião tinham muito prestígio, trouxeram os pescadores; de maneira que fomos, aos poucos, formando uma base eleitoral muito grande.”¹³¹

¹³¹ Augusto do Amaral Peixoto Júnior. Entrevista ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV. Código E39, p. 157-160.

A ampliação do eleitorado para o pleito de 1933 foi habilmente aproveitada pelo partido que, ancorado nas realizações do governo, expandia sua influência em zonas dominadas por outras forças.

Aí reside uma das bases de atuação inovadora do governo Pedro Ernesto. Ao ampliar o poder e a presença da esfera estatal, sua administração foi consagrada como “benéfica” para as camadas mais pobres da população, sendo por isso ainda hoje lembrada¹³². Sua gestão foi fundamental para alicerçar a presença do Estado e o fornecimento de serviços públicos no município. A normatização e a ampliação de serviços como saúde e educação, criam uma nova maneira de gerir a máquina estatal, aumentando sua presença nas áreas mais carentes desses serviços. A partir de Revolução de 1930, ocorre uma alteração na atuação do elemento Estado perante a sociedade. Pedro Ernesto cumpre esse programa de maneira a não deixar dúvida da diferença com o período da Primeira República.

Dentre suas primeiras medidas à frente do executivo municipal, entre os anos de 1931 e 1932, incluem-se vários decretos que regulavam o trabalho do funcionalismo público, tais como o direito à segurança no trabalho, aposentadoria, férias e folgas, licenças médicas, a Assistência Médico-Cirúrgica dos Empregados Municipais, jornada de oito horas de trabalho diário, licença maternidade e salário mínimo.

Medidas como estas não eram reivindicações novas, podendo algumas delas, serem identificadas nas falas dos trabalhadores nas primeiras décadas do século passado, como por exemplo, a lei de férias e da regulamentação da jornada de trabalho. O interventor se apropria então, de demandas existentes desde os primeiros momentos organizativos da classe operária para legitimar-se como governante. Ao levar a cabo o atendimento de algumas demandas trabalhistas, Pedro Ernesto articula uma base de apoio importante para sua legitimidade como governante. Suas medidas repercutem na população carioca e, especificamente entre os trabalhadores, tanto que estes, em dezembro de

¹³² Em entrevista durante a campanha eleitoral de 2004 para o Jornal do Brasil, o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, ainda como candidato, explicita sua referência ideológica: “Nesse ponto, César não se constrange em admitir a herança dos papas brizolistas: – A minha referência está no Pedro Ernesto, que tem muito a ver com Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira”. *Jornal do Brasil*. 10/10/2004. p.3.

1932, manifestam seu apoio à gestão do interventor na forma de um ato público, divulgado pela imprensa:

“Realiza-se amanhã, no Campo de Santana, (...) manifestação de apreço ao Sr. Pedro Ernesto, interventor do Distrito Federal.

Tomam parte na manifestação o funcionalismo e o operariado municipais, o operariado de Bangu, que se transportará em trens especiais, empregados do comércio, a União dos Escoteiros, a União dos Chauffers, a Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, a Sociedade dos Estivadores do Cais do Porto, a União e Sindicato dos Empregados da Light, a Associação dos Professores, a Sociedade dos Bacharéis e outras.

(...) Os manifestantes vão levar ao governador da cidade os votos de bom Ano Novo.”¹³³

Apenas um ano após sua posse, o governo municipal já contava com um considerável apoio entre os trabalhadores, que permitia a Pedro Ernesto contornar as pressões que sofria desde sua indicação como interventor. Essa adesão foi fundamental para o posterior desenvolvimento e mesmo manutenção de seu governo. Se Pedro Ernesto conseguiu ampla aceitação de suas idéias como governante, foi graças a uma administração que procurou atender demandas cotidianas da população trabalhadora carioca. Tal tática incluía setores formadores de opinião como a imprensa diária e mesmo projetos inovadores como a criação de uma rádio-escola, a *PRD-5*, órgão educacional da Secretaria de Instrução Pública, que veiculava notícias sobre os serviços oferecidos pela prefeitura à população, promovendo os feitos da gestão. Em uma entrevista na inauguração da rádio, organizada por Roquete Pinto, a professora e apresentadora Sanira Khury esclarece que a influência da rádio não era só escolar.

“(...) Compreendo bem, como professora, o alcance dessa realização. E não deixa de ser emocionante a gente saber que está encarregada de uma missão tão grande que não se limita a atuar sobre as escolas, mas exerce

¹³³ *A Noite*, 3ª ed. 30/12/1932. p.3.

influência em qualquer parte da cidade onde haja alguém com vontade de aprender alguma coisa”¹³⁴.

Pesquisando na imprensa diária durante seu mandato, verificamos que a cobertura de seu governo seguiu amplamente favorável até meados de 1935, quando o prefeito foi acusado de envolvimento com a Intentona Comunista e caiu em desgraça perante seus aliados.

Sua fase de interventor foi o “laboratório” necessário para a elaboração e implementação de um projeto populista de normatização tentado por seu governo. Chamamos atenção para os aspectos presentes tanto em seus discursos como nas práticas de sua gestão. A ideologia que vai se aprimorando ao longo do período, toma rumos característicos daqueles conhecidos mais tarde como governos populistas. A presença de um Estado responsável pelo atendimento das necessidades e interesses do povo estava presente na fala do governante:

“No período revolucionário, a Interventoria Federal enfrentou os problemas vitais do povo. Não era mais possível deixar ao desamparo crianças, pobres e enfermos; nem tão pouco descurar dos servidores da Municipalidade que encontramos em situação precária, material e moral. A esses garantimos apenas o direito de viver, dando-lhes, pela estabilidade nos cargos, a tranqüilidade no trabalho; proporcionando-lhes vencimentos razoáveis e assegurando-lhes assistência médica, hospitalar e farmacêutica. Unimos, numa só família, com direitos iguais, todos quantos servem à Municipalidade, abolindo de vez, a distinção odiosa entre funcionários e operários.

Às crianças, demos escolas, e aos pobres e enfermos, assistência médica e hospitais.”¹³⁵

Em seu discurso pronunciado na Câmara dos Vereadores em maio de 1935, Pedro Ernesto faz uso do tom pessoal para lembrar as realizações de

¹³⁴ *O Globo*. 06/01/1934. p. 1.

¹³⁵ *Anais da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal*. Abril-Maio de 1935. p.25-29.

sua gestão. Após sua consagração nas urnas em outubro de 1934, onde seu partido elegeu 20 dos 22 vereadores do município e ele foi o vereador mais votado, o líder se sentia seguro para iniciar um momento de escolhas com relativa liberdade governamental. Se, num primeiro momento, sua marca será a de uma fidelidade quase absoluta ao governo central e às idéias da Revolução de 1930, a partir de seu curto período de mandato legal, entre de abril de 1935 e abril de 1936, observamos certo deslocamento de sua matriz ideológica e a busca por relativa autonomia frente ao governo varguista.

É nesse momento preciso que podemos encontrar maiores aproximações com o populismo, que, neste caso, ancora-se nos feitos da sua gestão para traçar seu programa de governo, amparado pelas práticas populistas. A partir da campanha eleitoral de 1933, Pedro Ernesto assumiu mais notadamente o papel de “líder carismático”, quando seu partido fez intenso uso de sua boa “imagem” junto à população carioca. No período em que esteve no comando da prefeitura como interventor, entre outubro de 1931 e abril de 1935, percebe-se os reiterados discursos nos quais Pedro Ernesto aparece freqüentemente como “médico bondoso” e administrador competente, preocupado com as questões sociais. Em uma reportagem póstuma no jornal *Diretrizes*, o jornalista Samuel Wainer assim descreve o governo do prefeito:

“Procurou realizar, como interventor e mais tarde como prefeito do Distrito Federal, uma obra verdadeiramente popular, uma obra humana e útil. Construiu hospitais, muitos hospitais, e escolas, tantas quantas suas verbas permitiam. Reformulou e ampliou os serviços da Assistência Pública, consolidou a situação dos funcionários contratados que tinham mais de dois anos de serviços ininterruptos, estabeleceu a aposentadoria para os servidores públicos portadores de moléstias incuráveis e a licença de três meses para a funcionária em adiantado estado de gravidez. (...) Não deixou de pensar um só instante em seus afilhados dos morros. Deu-lhes escolas, hospitais e alegria.”¹³⁶

¹³⁶ WAINER, Samuel. “Pedro Ernesto – sua vida de cirurgião e revolucionário”. *Jornal Diretrizes*, 15/10/1942. p.3. Revista mensal fundada em 1938 por iniciativa de Samuel Wainer e dirigida por ele e Mauricio Goulart. Circulou como jornal, semanalmente a partir de 1941, com enfoque político mais oposicionista. Reunindo importantes colaboradores como Astrogildo

Apesar do recorrente estilo reverencial das reportagens encomendadas *post-mortem*, o essencial da construção de sua imagem transparece claramente, ou seja, um governo realizador e preocupado com os desfavorecidos socialmente. Imagem que persiste mesmo após sua prisão, sob acusação de participação na movimentação da Intentona Comunista.

A partir de então, ocorreram várias manifestações dos movimentos sociais em prol de sua libertação reunindo sindicatos, diretórios do Partido Autonomista e até mesmo organismos do Partido Comunista, como o Socorro Vermelho. Vários panfletos conclamavam a população para exigir a libertação dos presos políticos, dentre eles Pedro Ernesto e Luis Carlos Prestes. Com o título “Povo Carioca de pé pela liberdade de Pedro Ernesto, o prefeito querido do povo, Luiz Carlos Prestes e todos os presos políticos, o panfleto da comissão pró-liberdade de Pedro Ernesto e todos os presos políticos e empregados da Light”, assim se referia a Pedro Ernesto e ao seu governo:

“Pedro Ernesto está preso porque é ‘extremista’ como mentirosamente afirma o governo de traição nacional – Getulio Vargas! (...)

O prefeito do povo é ‘extremista’ – segundo afirma os escribas de Getulio, porque estava fazendo uma administração popular em franco contraste com seu governo de traição, de opressão e de entrega do país aos magnatas estrangeiros, como os da empresa que nos explora. (...)

Pedro Ernesto dotou o Rio de escolas modernas e higienizadas, para os nossos filhos, postos de assistência nos subúrbios, abrigos para os mendigos e cedeu os próprios municipais para reuniões populares. Por isso está encarcerado.”¹³⁷

Em tais documentos, a figura do prefeito é sempre positiva, ressaltando sua proximidade com a população e as realizações do governo em prol dos excluídos, o que nos dá claros sinais da aceitação de sua política entre os

Pereira e Alceu Marinho Rego, a publicação ficou conhecida por várias entrevistas com personalidades marcantes da época. O posicionamento perante a Segunda Guerra Mundial fez com que o jornal sofresse sanções por parte do Estado Novo, tendo sido vendido em 1945, ano de seu fechamento. Ver LEAL, Carlos Eduardo. *In DHBB*, versão CD-ROM.

¹³⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: BR APERJ CDP DESPS. Doc. n° 1197.

movimentos organizados, parte importante de seu apoio político. Em 1935, momento de intensas convulsões sociais, como o levante Comunista, onde multiplicavam-se os movimentos grevistas, o Governo Federal era o alvo preferido dos documentos, sendo acusado de traidor da nação, ao aliar-se com empresas estrangeiras e encarcerar pessoas identificadas com as lutas por melhores condições de vida da população.

Se a imagem do prefeito foi meticulosamente construída e consolidada, seus atos e palavras deveriam refletir os anseios que a população esperava. A retórica de Pedro Ernesto em seu principal discurso programático que foi pronunciado após sua posse como prefeito, na sacada da Câmara dos Vereadores em abril de 1935, continha elementos que consolidavam sua construção. Naquele momento o administrador alçou seu vôo mais ousado, propugnando modificações no sistema econômico e político. Seu discurso fazia a defesa de uma maior participação popular na política, visto que esta deveria defender os interesses da população.

“As atribuições que o poder confere justificam-se porque delas precisa o Estado para servir o bem coletivo. Nossa preocupação máxima constituirá em não consentir que essas atribuições constitucionais se desvirtuem de sua finalidade. Para isso, é mister que a política, a que o poder serve, se apóie em bases incontestavelmente populares, de modo que o público veja e sinta, pela ideologia e pelos atos, que seus interesses e as suas aspirações estão sendo promovidos e defendidos.”¹³⁸

Se o momento era de intensa movimentação social, cabia uma definição de seu programa, já que agora Pedro Ernesto assumia definitivamente, através de um mandato, o comando da mais importante cidade do País. Anunciar que o poder deve “se apoiar em bases incontestavelmente populares” denota minimamente uma posição diferenciada daquela utilizada na Primeira República, onde o povo era visto como perturbador da ordem social. Essa alteração foi fruto da conjuntura local e nacional de acirramento das lutas

¹³⁸ ERNESTO, Pedro – “Discurso de Posse”. In: *Anais da Câmara Municipal*. Abril de 1935. 1ª Legislatura. p. 25/8.

sociais. A preocupação, presente no discurso, com a função do governo de atender os interesses coletivos não passava de uma proposta retórica, pois seus atos como prefeito não levaram a termo seus intentos iniciais.

Continuando seu discurso, o governante propõe a concretização de um governo “técnico”, formado pelos mais capazes. A proposta proferida amortecia as reivindicações, elaborando uma resolução mediada pelo Estado e dentro da ordem constitucional. Ao longo do pronunciamento, fica claro como deveria ser a condução do governo. A proposição de conselhos técnicos que norteariam as realizações da administração, juntamente com o auxílio da ciência, seriam a forma de concretizar o caminho objetivado.

“(…) Isto posto, a primeira necessidade de um governo, que vise incorporar à política nacional todas as conquistas modernas da técnica e da ciência, é a de difundir por todos os modos e meios, a cultura correspondente a esses últimos progressos humanos.

(…) A esse trabalho que será diretamente desenvolvido e promovido para a formação, esclarecimento e mobilização do pensamento moderno e científico, seguir-se-á um plano de racionalização das atividades públicas e privadas, não imposto, mas progressivamente desenvolvido por meio da persuasão a que levariam os inquéritos, investigações, julgamentos dos competentes. A essência dessa organização de governo condensa-se em ampla e sistemática difusão de cultura e de saber, e na direção pelos mais capazes. A distinção está em que, ainda obedecendo às melhores regras de ciência, esse governo se aparelhará com todos os recursos e todos os métodos de estudo e exame dos problemas, cuja solução pretende encaminhar.

(…) Depois do que acabo de dizer, todos compreenderam que o governo que vou iniciar será um governo de orientação técnica e científica, que procurarei resolver por esta forma os problemas de ordem econômica, quer a ordem econômica, digamos humana, quer a ordem econômica material.

(…) Para a realização deste programa cercar-me-ei de homens de notória capacidade intelectual e de idoneidade moral, que constituirão um conselho técnico do meu governo.”¹³⁹

¹³⁹ *Idem. Ibidem.*

Segundo os termos do discurso, são propostos de maneira vaga, tanto o “progresso humano” como a “redistribuição dos bens e comodidades”. Tal programa se concretizaria através de uma ampliação das funções estatais e o comando do governo por um corpo técnico. Entretanto, não há nenhum investimento por parte da administração nessa direção. Mesmo a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), com seu corpo docente povoado de intelectuais de grande renome nacional e internacional – como Gilberto Freyre, Candido Portinari, Pierre Defontaines, Gaston Leduc, dentre outros – não contemplava tal propósito. As diretrizes daquela instituição voltavam-se, prioritariamente, para o ensino e a reformulação dos currículos escolares e sua prática não conseguiu ultrapassar os muros da universidade.

A idéia de um governo técnico não era nova, mas nessa ocasião cumpriu um papel relevante de mostrar alternativas àqueles projetos que eram então veiculados com maior destaque. Os da esquerda, representada pelo Partido Comunista e por setores integrantes da Aliança Nacional Libertadora, e os da direita, representada pelo Integralismo, por setores mais conservadores do governo varguista e da Igreja Católica. Pedro Ernesto trilhou um caminho alternativo, permeado de propostas populistas para atrair a população trabalhadora.

Ao anunciar, no palanque, que seu governo sugeria a inserção do povo e que sua gestão devia atender o bem coletivo, Pedro Ernesto invocava elementos que, especialmente naquele momento, tornavam-se potencialmente perigosos. Em um momento de intensa polarização ideológica, como o vivido em 1935, propor bandeiras identificadas com as tradições progressistas foi perigoso o suficiente para o Governo Federal. Isso contribuiu para reforçar a oposição à sua administração. Os aliados de outrora agora estavam na oposição e o ataque ao seu governo não tardou a acontecer, culminando com sua prisão em abril de 1936.

Se antes de 1935 o prefeito gozava de simpatia dos formadores de opinião, da imprensa e principalmente do Governo Federal. A partir de meados desse ano formou-se uma frente que aglutinou membros do seu partido, jornais da grande imprensa, capitaneados pelo *O Globo*, setores do governo federal,

liderados por Góes Monteiro e ainda membros da Igreja Católica, descontentes com a desvinculação do ensino religioso das escolas municipais.

Como resposta aos ataques, Pedro Ernesto ancorou-se no movimento social organizado, fundando, em maio de 1935, a *União Trabalhista do Distrito Federal (UTDF)*, órgão que tinha a adesão de sindicatos e associações, visando a colaboração com o governo. A UTDF foi um dos expedientes populistas usados em busca de apoio no movimento social utilizado por Pedro Ernesto para tentar frear as críticas ao seu governo e manter sua base popular.

“A associação que, hoje, aqui se instala solenemente, e que tenho a honra de ser presidente, é o primeiro núcleo de mobilização das forças trabalhadoras do Rio de Janeiro e do Brasil para uma colaboração e aproximação mais estreita com o governo.

(...) A aproximação que, hoje, se inicia entre o governo e as camadas verdadeiramente populares, virá dar fontes de inspiração e de apoio as iniciativas do governo, rasgando novos rumos para maior justiça econômica e maior justiça social.”¹⁴⁰

Apesar das declarações explícitas de aproximação do governo com as classes populares, não encontramos indícios de uma real atuação da UTDF nem de sua influência no movimento social organizado. Essa foi mais uma demonstração de força por parte da administração municipal frente aos ataques que sofreu. Tipicamente populista, o apelo às massas foi um recurso pensado para tentar dar novo fôlego ao governo. No entanto, seu destino, bem como o de sua administração, foi muito diferente daqueles momentos de aceitação quase unânime.

Em curto período como governante eleito, de abril de 1935 a abril de 1936, Pedro Ernesto sofre toda espécie de revés. Seu partido se desagrega, sua obra como prefeito é questionada, é acusado de extremista, devido a pressões, se vê obrigado a demitir um de seus principais secretários, Anísio

¹⁴⁰ Discurso de Pedro Ernesto na inauguração da União Trabalhista do Distrito Federal. CPDOC/FGV. PEB pi 1935.05.13.

Teixeira, responsável pela reformulação educacional, sofre intensa oposição por parte da imprensa, tudo isso culminando com sua prisão em 1936.

É emblemática a prisão do primeiro prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro. Seu projeto populista estava em franco descompasso com o governo central e sua tentativa de um plano diferenciado escolhendo aliados, vistos com muita cautela pelo executivo federal, não foi tolerado. O populismo precoce do governo carioca vai levá-lo a uma rota de colisão com Vargas, que um ano mais tarde, implanta a ditadura do Estado Novo e começa a pavimentar seu populismo federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanharmos a trajetória de Pedro Ernesto e de sua administração, fez-se necessário uma discussão acerca das modificações sociais, políticas e econômicas por que passou a cidade do Rio de Janeiro desde o final do século XIX. As alterações operadas na cidade foram fruto de uma modernização capitalista que se implantava definitivamente no país, e que teve sua culminância com os desdobramentos da Revolução de 1930. O período que vai do final do século XIX até 1930 transforma uma cidade com feições coloniais, numa metrópole mais adequada aos anseios de uma burguesia ávida por negócios promissores.

Ao passo que a sociedade carioca crescia e se complexificava, as demandas para uma alteração da intervenção estatal aumentavam significativamente. Se o Rio de Janeiro foi, desde o período imperial, o centro político do país, sua importância não se refletia num real atendimento dos anseios da maioria da população, a classe trabalhadora. Ao contrário, observamos que a configuração de poder minimizava o peso político dos trabalhadores, relegando políticas, ora compensatórias, ora repressivas às suas demandas.

Apesar de, durante todo o período republicano e mesmo antes, assistirmos ao crescimento de questionamentos sobre o papel do Estado, foi nas primeiras décadas do século XX, que propostas alternativas às da elite ampliaram-se de tal forma, que não mais podiam ser desconsideradas. Como expressão disso, apesar de muito diferentes, temos o movimento operário e o tenentismo.

O governo Pedro Ernesto se insere num momento de intenso debate dessas questões. É a partir principalmente, da década de 1920, que vemos alavancar tais questionamentos. Podemos apontar a crise dos anos 1920 como um momento precursor de um novo modelo de Estado que ainda estava em elaboração, e que vai encontrar no populismo da gestão Pedro Ernesto, uma tentativa de romper os limites impostos no período da Primeira República.

A marca desse período foi o paulatino afastamento e desprezo dos sucessivos governos em relação à maioria da população. O controle da máquina estatal, exercido por uma oligarquia agrária, impedia não só a classe

trabalhadora de ver atendida suas reivindicações, como também a emergente burguesia industrial não concordava com esse funcionamento. Tais elementos foram alguns dos ingredientes que contribuíram para a ascensão, em 1930, do grupo reunido em torno dos ideais da Aliança Liberal.

Para uma melhor compreensão dos acontecimentos ligados ao movimento que toma o poder em 1930, dos quais Pedro Ernesto é descendente direto, é necessário debruçar-se sobre as mudanças sociais ocorridas anteriormente. Movimentos como as reformas urbanísticas e sanitárias, o tenentismo, o modernismo, além do agravamento da questão social, fizeram das primeiras décadas do século passado, profícuos para o estudo da sociedade brasileira. No entanto, muitas das modificações implementadas a partir do período varguista, têm suas raízes nas reivindicações ocorridas anteriormente. Isso aponta para o atendimento de propostas formuladas por diferentes atores sociais nas primeiras décadas do século passado e que serão de alguma forma, relidas pelo governo que é objeto de nosso estudo.

Alçado ao poder devido ao seu passado “tenentista”, Pedro Ernesto assumiu a interventoria do Distrito Federal em setembro de 1931. Seu governo teve como prioridade a ampliação dos serviços de saúde e educação do município. Tal aumento, entretanto, objetivava o controle e a normatização de um amplo setor da população antes excluído. A inauguração de hospitais e escolas possibilitou a reorganização do velho sistema oligárquico, sob comando dos políticos mais identificados com os expedientes da Primeira República e a aproximação de políticos *novos* advindos, alguns, do movimento tenentista.

Com a implementação de medidas que beneficiam a população carioca, Pedro Ernesto acaba por ampliar o alcance do Estado, não só “físico” como também “ideológico”, já que sua presença será sentida, não só na zona urbana, mas também nas periferias da cidade. A orientação seguida pelo governo buscava consolidar uma proposta de inclusão da população através dos serviços oferecidos pelo Estado e também de medidas subjetivas que aumentavam a visibilidade do poder público, tornando-o “palpável”.

Aí encontra-se uma das principais inovações implementadas pelo governo. Como membro de um movimento revolucionário, Pedro Ernesto comungava de ideais do grupo pertinentes à reformulação do aparelho estatal. Sua concepção de governo, no entanto, amplia o contato com setores da população carioca através da esfera governamental, seja por meio de um aumento do contingente eleitoral ou através dos canais articuladores abertos pelo governo, como o próprio Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) ou a União Trabalhista do Distrito Federal.

Essa mudança significou uma alteração qualitativa nas relações entre Estado e classes populares, pois para além das inovações inseridas em seu período, as práticas políticas de seu governo integraram as antigas relações clientelistas com um populismo inovador.

Ao trazer as classes populares para a cena política, seja com medidas governamentais, seja com o apelo às massas em seus discursos, o governo rompia com os pressupostos dos seus aliados na esfera federal. Durante todo seu período como interventor, Pedro Ernesto vai acumulando forças e pavimentando sua base de apoio.

As reformas na saúde e na educação servem a este intento. Seu governo executou um programa de implantação de escolas e unidades de saúde em áreas de concentração populacional intensa. Ao incluir essa população em serviços prestados pelo Estado, sua administração cumpriu o papel de tentar minimizar possíveis conflitos. Seu governo soube manejar com habilidade as reivindicações populares de longa data e assegurar uma importante base de apoio para seu projeto político.

O crescimento do aparato estatal atendia aos interesses tanto da população, como dos políticos, que viram o aumento dos cargos como excelente oportunidade de estender sua influência. No entanto, a entrada definitiva em cena por parte do Estado como articulador e executor de políticas públicas. Tal projeto envolveu tanto a classe trabalhadora como a burguesia e os políticos.

Essas políticas sociais faziam parte de um projeto de controle que só seria possível com uma nova atuação da esfera estatal. Para isso, fez-se

necessário obter uma legitimidade perdida durante a Primeira República. O apelo às massas cumpriu esse papel. A campanha política foi permeada da divulgação de um novo projeto de governo, onde as classes populares teriam seu lugar resguardado pelo Estado.

No entanto, não fez parte do projeto político de Pedro Ernesto uma ruptura com o modelo social vigente, e sim uma série de reformas que buscavam um ordenamento do esquema oligárquico e clientelista vigente na Primeira República.

Para isso, a aproximação de elementos políticos novos com o velho setor oligárquico criou a necessidade da elaboração de um aparelho institucional que os unificasse. A fundação do PADF por iniciativa de Pedro Ernesto respondeu a esta demanda.

A estruturação do PADF reuniu em seus quadros membros oriundos do tenentismo e políticos ligados às práticas de controle de votos próximas ao esquema da Primeira República. Figuras como Cesário de Melo (*o rei do triângulo*: Campo Grande, Bangu e Santa Cruz), Paulo de Frontin e Sampaio Corrêa, claramente identificados como contrários à Revolução de 1930, serão figuras de proa no partido, garantindo assim, os votos necessários para a formação de uma grande bancada na Câmara dos Vereadores e a maioria da bancada carioca para deputado federal constituinte em 1933. Conseguiu ainda, a indicação, pela Câmara dos Vereadores de um senador pelo partido, Jones Rocha.

Os políticos do PADF usaram a boa imagem do governo e do interventor para angariar votos da população. Para isso, a máquina da prefeitura foi fundamental, pois forneceu os meios necessários e a visibilidade pretendida. Os expedientes empregados foram os mais diversos, desde repartições públicas usadas como posto de alistamento eleitoral até anúncios em rádios chamando a população a apoiar o partido.

Apesar de sua crescente reputação no município, sua administração fez uma tentativa de aproximação da população, com a intenção de sair da crise em que se encontrava junto ao Governo Federal. Os seus desgastes perante o

governo Vargas já estavam estampados nas manchetes dos principais jornais e mesmo se aventava a possibilidade de sua candidatura presidencial em 1935.

Sabedor do prestígio que o prefeito vinha angariando perante a população, Vargas utilizou uma suposta participação do prefeito nos episódios da Intentona Comunista como um expediente para a neutralização de um futuro adversário que começava a surgir na arena política local e nacional.

O ocaso do governo Pedro Ernesto se deu em meio a circunstâncias especiais. Após um longo período de imensa confiança que Vargas depositava no chefe do executivo municipal, Getúlio não titubeou em atrelar Pedro Ernesto ao movimento da Aliança Nacional Libertadora. O prefeito foi acusado de estar ao lado daqueles que tentavam *desestabilizar* o regime. A acusação custou sua prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, que o manteve prisioneiro por mais de um ano.

Suas maiores “inovações” foram exatamente no sentido de adequar as classes trabalhadoras e marginalizadas à nova ordem econômica e social proposta pelo grupo que ascende ao poder em 1930. As contradições de seu governo podem ser observadas nas suas ações políticas, que buscam não só obter o apoio popular, mas também reproduzir a hegemonia das classes dominantes, em crise com a emergência desses novos grupos sociais.

Tais medidas populistas formam uma ideologia embasada na inclusão subordinada das classes populares no sistema capitalista brasileiro. Sua política social tinha uma dimensão clara de resposta às reivindicações populares. Ao ampliar os serviços estatais de saúde e educação, o governo carioca buscou controlar alguns setores como a população da periferia do Distrito Federal, que até então não tinham acesso satisfatório a esses direitos básicos. Sua administração, embora tenha realizado medidas de inegável valor social, buscou também conformar, utilizando-se de medidas populistas, as potenciais “classes perigosas”, tentando amenizar os possíveis conflitos entre uma classe em formação e a velha elite dominante.

A administração Pedro Ernesto não queria, nem podia romper com as velhas estruturas. Seus limites encontravam-se em suas próprias alianças. Ao optar por congrega em torno de si e de seu partido, grupos não identificados

com sua ideologia, seu governo se distanciou daquela que poderia sustentá-lo perante a crise que se avizinhava: a classe trabalhadora. Em seu projeto, a população interessava somente como contingente eleitoral, sendo excluída das instancias decisórias do governo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Periódicos:

Anais da Câmara Municipal do Distrito Federal. 1935 – 1936. Distrito Federal. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 1935 e 1936.

Batalha (A). Rio de Janeiro, outubro/1931.

Boletim da Assistência Municipal, Ano 1, 1935. Prefeitura do Distrito Federal. 1935.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. 1931 – 1936. Distrito Federal

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, outubro/1904, abril/1926

Correio do Brasil. Rio de Janeiro, outubro/1931.

Diário da Noite. Rio de Janeiro, outubro/1931.

Esquerda (A). Rio de Janeiro, setembro/1929.

Globo (O). Rio de Janeiro, janeiro/1934.

Jornal (O). Rio de Janeiro, outubro/1932.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, janeiro/1903, novembro/1904, dezembro/1933.

Noite (A). Rio de Janeiro, dezembro/1932.

Arquivos pessoais, Entrevistas e Livros:

Arquivo *Pedro Ernesto Batista*, FGV/CPDOC.

Augusto do Amaral Peixoto Júnior. Entrevista ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV. Código E39. 1975.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. *Cem anos de Pedro Ernesto: sessão solene e seminário no plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. 1985.

CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução destruiu*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural / Divisão de Editoração, 1980.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991.

Odilon Batista. Entrevista ao Programa de História Oral do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Código: E18. 1978.

SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de (et. al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Versão CD-ROM.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil; um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Ensaio, 1982.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1866-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONNIFF, Michael L. *Urban Politics in Brazil: the rise of populism, 1925-1945*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano (vol. 2): o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. Vol. 2, Nº. 4.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORTES, Alexandre (et al.). *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FRITSCH, Winston. “1922: a crise econômica”. *Estudos Históricos*. vol. 6, n. 11. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Administração Pedro Ernesto: Rio de Janeiro (DF) 1931-1936*. Niterói: UFF – PPGH, 1988. [Dissertação].

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, in: FERREIRA, Jorge (org.), *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Tradutor: Carlos Nelson Coutinho. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1982.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto M. *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O Populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LEMME, Antonio César. *Rompendo o Silêncio: educação, cidadania na administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, s/d.

_____. *Saúde, Educação e Cidadania na Década de 30: o município do Bem Estar Social*. Rio de Janeiro: IMS–UERJ, 1992. [Dissertação].

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto à luz de das experiências de*

Maquiavel e Tocqueville. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

PEREIRA NETO, André de Faria. *A política de saúde de Pedro Ernesto (1932): algumas considerações*. Rio de Janeiro: Mimeo.

PRESTES, Anita L. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

REIS, João José. "A Greve Negra de 1857". *Revista USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.18, 1993.

_____. "De Olho no Canto: Trabalho de Rua na Bahia na Véspera da Abolição". *Afro-Ásia*. Salvador: v.24, 2000.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

_____. *Autonomia e participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Rio de Janeiro: PPGH – UFRJ, 1996. [Dissertação].

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Ed. Scipione, 1993.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Fernando T. da e COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes" *in*: FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

TEIXEIRA, Claudia R. Rodrigues Ribeiro. *A Reforma Pedro Ernesto (1933): Perdas e Ganhos para os Médicos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: PPGH-COC-FIOCRUZ, 2004. [Dissertação].

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TENENTISMO E REVOLUÇÃO

O movimento tenentista foi uma das marcas da crise década de 1920. Oriundo de matriz militar, pregava a “moralização” da política, voto secreto, expansão da educação e a mudança pela via armada. Teve atuação política destacada até 1935. Suas críticas à política da Primeira República obtiveram grande simpatia da opinião pública. Os ideais defendidos pelos tenentes marcaram toda uma geração, aí incluído Pedro Ernesto.

PEB foto 001: Revoltosos do Forte de Copacabana marcham pela Avenida Atlântica, de encontro às tropas legalistas.

Data de produção: 06 de julho de 1922.

O episódio registrado pela foto ficou famoso como marco da ousadia e disposição dos tenentes. No entanto, a distância do povo foi e a falta de uma sólida base de apoio popular foi o principal sintoma de sua derrota.



PEB foto 017-1: Pedro Ernesto e outros no Rio de Janeiro após a vitória da Revolução de 1930.

Data de produção: 28 de outubro de 1930.

(esq/dir): João Carlos Barreto; Mario Mariante; Augusto de Tasso Fragoso; Pedro Ernesto; João de Deus Mena Barreto; Oswaldo Aranha; Isaias de Noronha; Afrânio de Melo Franco; Sadock de Sá e Bruno Lobo.

Vitoriosos, tenentes e aliancistas começam a escrever um novo momento da história política republicana brasileira.

Fonte: CPDOC/FGV

TENENTISMO E REVOLUÇÃO

PEB foto 018-7: Pedro Ernesto e outros durante a Revolução de 1930. Data de produção: outubro de 1930. Pedro Ernesto (à esquerda) e Hugo Guimarães (ao centro). ***A Revolução esteve presente no cotidiano da geração de Pedro Ernesto. Sua participação no movimento lhe rendeu o posto de “tenente-civil” e foi designado para organizar a brigada médica em Minas Gerais.***



PEB foto 018-5: Pedro Ernesto e outros durante a Revolução de 1930.

Data de produção: outubro de 1930

Esq/dir: Jones Rocha; Hugo Guimarães; Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque(4º); Pedro Ernesto (6º); David Rabelo; Julio Santiago; Haroldo Pereira.

Pedro Ernesto em registro de uma das brigadas médicas por ele organizadas em Minas Gerais.

Fonte: CPDOC/FGV

REVOLUÇÃO DE 1930 E PODER

Após a tomada de poder, o grupo de revolucionários reunidos em torno da plataforma da Aliança Liberal organiza o novo modelo de Estado.



PEB foto 020 - Pedro Ernesto e outros no Automóvel Clube por ocasião do almoço em sua homenagem.

Data de produção: 22 de novembro de 1930.

Esq./dir.: (sentados) Solano Carneiro Cunha; João Batista Luzardo; Lindolfo Collor; Yolanda Batista; Afrânio de Melo Franco. (em pé) Osvaldo Cordeiro de Farias; João Neves da Fontoura; Virgílio de Melo Franco; Hugo Ramos; João Carlos Barreto; Augusto do Amaral Peixoto; Odilon Batista; Simas Enéias; Jones Rocha; Heitor Bianco Pedroso; Eduardo Gomes; Carlos Chevalier; Filinto Müller; Lourival Seroa; Pedro Ernesto; Mário Brandt; Mário Lima.

PEB foto 021: Pedro Ernesto, Francisco Campos, Afrânio de Melo Franco, Osvaldo Aranha e outros reunidos no Jôquei Clube.

Data de produção: entre novembro de 1930 e março de 1932.

Esq/dir: (sentados) Francisco Luis da Silva Campos; Osvaldo Aranha; Djalma Pinheiro Chagas; Afrânio de Melo Franco; Lindolfo Collor; Mário Brant. (em pé) Odilon Braga (4º); Pedro Ernesto (7º); Sadock de Sá (9º); Aristarco Pessoa; Leopoldo Neri da Fonseca; Amaro Lanari; Virgílio de Melo Franco; David Rabelo (15º).



PEB foto 024-1: Pedro Ernesto, Getúlio Vargas, Leite de Castro, João Gomes e outros.

Data de produção: entre setembro de 1931 e junho de 1932.

Esq./dir: Leite de Castro (2º); Pedro Ernesto (de terno); Getúlio Vargas (5º, de terno); João Gomes.

A atuação revolucionária de Pedro Ernesto rendeu-lhe a proximidade com o núcleo do poder.



Fonte: CPDOC/FGV

O CLUBE 3 DE OUTUBRO

O Clube 3 de Outubro foi uma organização política fundada em fevereiro de 1931, com o intuito de pressionar o governo varguista na adoção das propostas tenentistas e contrapor-se politicamente às oligarquias regionais que apoiaram Vargas. Foi um importante centro de discussões políticas e Pedro Ernesto participou dele desde sua fundação, chegando inclusive a ser seu segundo presidente, em julho de 1931. Sua nomeação para a interventoria do Distrito Federal foi, em parte, devido à pressões exercidas pelos membros do Clube.

PEB foto 032-1: Diretoria do Clube 3 de Outubro.

Data de produção: 3 de outubro de 1931.

Esq./dir.:(sentados) João Vicente Bulcão Viana; Pedro Ernesto; Góes Monteiro; Rui da Cruz Almeida. (em pé) Augusto do Amaral Peixoto; Capitão Limeira(3º); Tasso de Oliveira Tinoco.



PEB foto 023: Reunião do Clube 3 de Outubro [?].

Data de produção: entre fevereiro de 1931 e janeiro de 1932.

Esq./dir.: (Sentados) Augusto do Amaral Peixoto(5º);

Juarez Távora; Pedro Ernesto; Lourival Seroa da Mota; Jones Rocha; Virgílio Melo Franco(11º).

A importância do Clube pode ser medida pelo prestígio de seus membros ao longo do governo Vargas.

Fonte: CPDOC/FGV

O GOVERNO PEDRO ERNESTO



PEB foto 031-9: Aspectos da atuação de Pedro Ernesto na Interventoria e na Prefeitura do Distrito Federal.

Data de produção: entre setembro de 1931 e abril de 1936.

Esq./dir.: Milton de Souza Carvalho (2º), Gastão Guimarães (6º, olhando para baixo), Pedro Ernesto (9º, de bengala e chapéu na mão), Protógenes Guimarães (abaixado, colher de pedreiro na mão).

PEB foto 038: Pedro Ernesto e Barreto Pinto na Assistência Hospitalar do Brasil.

Data da produção: 1931.

Pedro Ernesto (sentado) e Barreto Pinto (em pé, ao centro).

Pedro Ernesto em seu primeiro cargo público, na Assistência Hospitalar do Brasil, onde ficou onze meses, até assumir a interventoria do Distrito Federal.



PEB foto 051: Pedro Ernesto e outros por ocasião da assinatura do decreto regulamentando o horário de serviço no comércio.

Data de produção: 31 de outubro de 1932.

Pedro Ernesto (recebendo caneta); Lourival Fontes (ao centro, de terno branco).

Parte de seu apoio popular foi conseguido com medidas de grande impacto para a população trabalhadora, como leis de férias, licença maternidade, aposentadoria, além da inauguração de escolas e unidades de saúde localizadas em bairros com concentração operária.

Fonte: CPDOC/FGV

O GOVERNO PEDRO ERNESTO

O governo Pedro Ernesto foi um marco na cidade do Rio de Janeiro. Suas práticas políticas inovaram o cenário carioca e tornaram-se referência para outros governantes. Política, obras, e aproximação do povo foram os objetivos de sua administração. Baseado em um programa que teve como eixos a saúde e a educação, sua gestão aumentou consideravelmente a presença do aparato estatal. Em uma cidade que crescia desordenadamente, o foco de suas obras localizou-se nas áreas de maior concentração da população trabalhadora. O apoio da população não tardou a aparecer e seu partido foi o mais votado, elegendo a maior bancada de vereadores da primeira legislatura do Distrito Federal.

PEB foto 052: Visita de Pedro Ernesto à Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados.
Data de produção: 18 de dezembro de 1932.

Esq./dir.: Pedro Ernesto (7º); José Pinto (10º).

Parte de sua imagem de “médico bondoso” foi adquirida durante sua carreira, mas foi habilmente trabalhada na campanha política de seu partido. A colônia portuguesa foi um dos suportes de sua construção.



PEB foto 125-1: Posse de Pedro Ernesto como prefeito do Distrito Federal.

Data de produção: 8 de abril de 1935.

Esq./dir.: (1º plano) Pedro Ernesto (2º); Cesário de Melo (3º, de barba); Olímpio de Melo (5º, de óculos).

Pedro Ernesto no auge de sua popularidade, quando de sua posse como primeiro prefeito eleito da Capital Federal. No entanto, ele só ficaria um ano no cargo.

Fonte: CPDOC/FGV

PEDRO ERNESTO E A AMPLIAÇÃO DA INTERVENÇÃO ESTATAL

Em seu governo, Pedro Ernesto levou a presença do Estado para regiões que, anos antes, reclamavam por melhorias urbanas. A inauguração de prédios públicos teve a estratégia de disciplinar a força de trabalho compulsoriamente levada para as regiões suburbanas. O papel de seu governo foi fundamental para dinamizar o crescimento das regiões de moradia popular.

PEB foto 117: Pedro Ernesto, Anísio Teixeira e outros diante da maquete de uma escola.

Data de produção: entre 1934 e novembro de 1935.

Anísio Teixeira (ao centro, terno escuro, cigarro entre os dedos); Pedro Ernesto (à esquerda de Anísio Teixeira); Azurém Furtado (2º à esquerda de Pedro Ernesto)



PEB foto 081-5: Pedro Ernesto e outros durante visita à obras de hospitais.

Data de produção: 1933.

Pedro Ernesto (na 1ª fila, de chapéu); Júlio Novais (na 2ª fila, atrás de Pedro Ernesto, terno escuro).

Fonte: CPDOC/FGV

PEDRO ERNESTO E A AMPLIAÇÃO DA INTERVENÇÃO ESTATAL

Em seu governo, foram construídas 25 escolas e 17 unidades de saúde, espalhadas pelas regiões mais populosas da cidade. Tal ordenamento atendia também aos interesses políticos de membros de seu partido, criando importantes bases eleitorais e de apoio popular.

PEB foto 091-1: Pedro Ernesto e outros em lançamentos de pedras fundamentais de escolas.

Data de produção: entre janeiro e fevereiro de 1934.

Pedro Ernesto (ao centro, com bengala); Gastão Guimarães (à esquerda de Pedro Ernesto); Anísio Teixeira (de óculos, à esquerda de Gastão Guimarães); Bagueira Leal (à direita do religioso).



PEB foto 114-14: Construção de escolas no Distrito Federal.

Data de produção: 1934.

Escola Bahia, em Bangu.

Obs.: A referência da foto evidentemente está equivocada, pois a escola Bangu localiza-se em Bonsucesso e a escola localizada em Bangu chama-se Getúlio Vargas, conforme tabela 4 do capítulo II.

Fonte: CPDOC/FGV

MANIFESTAÇÕES POPULARES, ELEIÇÕES E PARTIDO

A criação do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), em março de 1933, atendeu aos interesses do grupo capitaneado por Pedro Ernesto e fez grande sucesso entre o eleitorado carioca, sendo o partido mais votado. Composto por membros oriundos do tenentismo e por políticos representativos da Primeira República, o PADF mesclava uma difusa ideologia baseada na autonomia do Distrito Federal com propostas de conciliação entre patrões e empregados, além da defesa da administração baseada na técnica.

PEB foto 086: Pedro Ernesto e outros por ocasião de manifestação popular no palácio da prefeitura do Distrito Federal. Data de produção: entre 1933 e 1934. Pedro Ernesto (ao centro, em 1º plano, de terno escuro); Amaral Peixoto (pai) (à esquerda de Pedro Ernesto, de óculos).



PEB foto 031-2: Aspectos da atuação de Pedro Ernesto na Interventoria e na Prefeitura do Distrito Federal.

Data de produção: entre setembro de 1931 e abril de 1936.

Sem legenda.

Fonte: CPDOC/FGV

MANIFESTAÇÕES POPULARES, ELEIÇÕES E PARTIDO

O Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) tornou-se num breve espaço de tempo, uma “máquina eleitoral”, angariando votos através da utilização da boa imagem de Pedro Ernesto, mas também da estrutura da prefeitura. Um dos aspectos inovadores trazidos pelo PADF foi o alistamento do eleitorado em seus locais de trabalho. As repartições da Prefeitura foram amplamente usadas no cadastramento de eleitores.

PEB foto 112 - Pedro Ernesto e outros em inauguração de posto eleitoral.
Data de produção: 1934.

Pedro Ernesto (ao centro, terno branco, de bengala); Jones Rocha (à esquerda de Pedro Ernesto); Rafael Pinheiro (entre Pedro Ernesto e Jones Rocha, na 2ª fila); José Pinto (atrás de Jones Rocha, de óculos); Joaquim Pimenta (à direita, terno cinza, paletó aberto); Lourival Fontes (terno branco, na 2ª fila, à esquerda de Joaquim Pimenta).



PEB foto 062: Pedro Ernesto e outros na inauguração do posto eleitoral da prefeitura.

Data de produção: 10 de fevereiro de 1933.

Esq./dir.: José Pinto (5º, de óculos); Peri de Oliveira (7º, de branco); Jones Rocha (8º); José Duarte (10º). Pedro Ernesto (sentado).

Fonte: CPDOC/FGV

MANIFESTAÇÕES POPULARES, ELEIÇÕES E PARTIDO

A vitória nas eleições obtida pelo PADF, que conseguiu a maior bancada carioca para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934, bem como a maioria da bancada de vereadores deveu-se a utilização de táticas eleitorais inovadoras, como a utilização de rádio nas repartições públicas divulgando os serviços oferecidos pela Prefeitura e a aproximação com os movimentos sociais organizados.

PEB foto 099: Antônio Carlos, Odilon Braga e outros diante do Palácio Tiradentes após a vitória do Partido Autonomista na Assembléia Nacional Constituinte.

Data de produção: 8 de junho de 1934.
Odilon Braga (ao centro, de óculos); Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (na 1ª fila, de paletó preto e calça branca); Jones Rocha (à direita de Ribeiro de Andrada).

Um partido com apenas um ano de criação conseguiu projeção nacional, elegendo seis deputados e um senador.



PEB foto 103: Pedro Ernesto e outros durante homenagem a ele prestada pelo Centro Cívico pró-melhoramentos de Quintino Bocaiúva.

Data de produção: 19 de agosto de 1934.

Pedro Ernesto (em 1º plano, ao centro, de terno cinza).

O atendimento de reivindicações dos bairros foi elemento importante na campanha eleitoral.

Fonte: CPDOC/FGV

PRISÃO E JULGAMENTO

O crescimento de sua imagem e de seu apoio foi o estopim para início da investida contra o prefeito. Acusado de participar da Intentona Comunista, Pedro Ernesto foi preso em abril de 1936 e julgado culpado pelo Tribunal de Segurança Nacional em maio de 1937 e absolvido em setembro do mesmo ano pelo Supremo Tribunal Militar. Sua liberdade, em 14 de setembro de 1937, levou milhares de pessoas às ruas para saudar o prefeito.

PEB foto 139-3: Pedro Ernesto durante sua prisão no Hospital da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência.

Data de produção: entre abril de 1936 e maio 1937.

Pedro Ernesto.



PEB foto 140-21: Aspectos do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.

Data de produção: setembro de 1937.

Sem legenda.

Fonte: CPDOC/FGV

LIBERDADE E APOIO POPULAR

Apesar de sua liberdade, Pedro Ernesto não mais se envolveria na política carioca, reservando-se a poucos pronunciamentos em favor da democracia e a respeito da posição brasileira na Segunda Guerra Mundial.

PEB foto 140-28: Aspectos do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.
Data de produção: setembro de 1937.
Pedro Ernesto (de bengala).



PEB foto 140-13: Aspectos do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.
Data de produção: setembro de 1937.
Esq./dir. (abraçados): Pedro Ernesto e Mário Bulhões Pedreira.
Pedro Ernesto e seu advogado após a vitória no seu julgamento.

Fonte: CPDOC/FGV

LIBERDADE E APOIO POPULAR

PEB foto 140-4: Aspectos do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.
Data de produção: setembro de 1937.
Sem legenda.



PEB foto 141-2: Manifestação popular por ocasião do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.
Data de produção: setembro de 1937.
Sem legenda.

Fonte: CPDOC/FGV

LIBERDADE E APOIO POPULAR

Em uma das maiores demonstrações de apoio popular vista na cidade, Pedro Ernesto fez um discurso após sua liberdade para milhares de pessoas na Esplanada do Castelo, nega que seja comunista e afirma sua convicção na democracia.

PEB foto 141-1: Manifestação popular por ocasião do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.

Data de produção: setembro de 1937

Sem legenda.

Para demonstrar sua popularidade, Pedro Ernesto sai da prisão e junta milhares de pessoas na Esplanada do Castelo para um discurso.



PEB foto 140-5: Aspectos do julgamento de Pedro Ernesto no Supremo Tribunal Militar.

Data de produção: setembro de 1937
Sem legenda.